

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



MULHERES DE BACALHOEIROS:
SAZONALIDADE E GÉNERO
(1950 – 1974)

Nuno Miguel Patação Loureiro da Costa

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Museologia: Conteúdos Expositivos

Orientadora

Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Setembro 2008

À memória do meu avô

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora, a Professora Luísa Tiago de Oliveira, pela forma como orientou a minha tese e guiou o meu trabalho, com dedicação, sapiência e bondade. Não quero deixar de agradecer também ao Professor Jorge Freitas Branco, coordenador do Mestrado em Museologia: Conteúdos Expositivos, os saberes transmitidos ao longo destes anos de contacto. Agradeço ainda a todos os Docentes do Mestrado em Museologia: Conteúdos Expositivos e a todos os Professores da Licenciatura em Antropologia, assim como a toda a comunidade do ISCTE.

Um enorme agradecimento ao Professor António Amorim por ter gentilmente revisto a tese. Agradeço ainda à D. Rosário Ribeiro, Técnica Profissional da biblioteca do Museu Marítimo de Ílhavo, pelo auxílio e conhecimento que me ofereceu durante a investigação. Com grande admiração e respeito agradeço aos meus amigos Paulo Cónego e Aníbal Bela, Pilotos da Barra de Aveiro e Lisboa respectivamente, pela forma disponível e amigável com que sempre me receberam e esclareceram as minhas dúvidas. Quero ainda agradecer ao Hugo Calão, responsável pela inventariação e catalogação do espólio do Arquivo da Paróquia de São Salvador - Ílhavo, pela sua total disponibilidade.

Agradeço ao Capitão João Laruncho São Marcos as conversas esclarecedoras e inesgotáveis que teve comigo sobre a pesca do bacalhau. Agradeço igualmente ao Sr. Cabral Monteiro a disponibilidade que teve em transmitir os seus conhecimentos sobre a Casa dos Pescadores de Aveiro. Agradeço a todas as mulheres de bacalhoeiros que gentilmente aceitaram participar nesta investigação.

Agradeço a toda a minha família. Agradeço ao meu irmão por estar sempre presente. Agradeço profundamente à minha Patrícia e aos pais dela. Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma participaram na realização desta tese.

A todos um grande Bem-haja.

Resumo:

Assumindo a pesca bacalhoeira um papel de destaque nas políticas económicas do Estado Novo, ao considerá-la como “indústria nacional”, o regime salazarista implementou medidas que impulsionaram a produção nacional neste sector, tentando fazer frente aos elevados números das importações de bacalhau.

O aumento da produção nacional necessitava automaticamente de mais mão-de-obra. No Concelho de Ílhavo essa necessidade fez-se sentir, uma vez que esta actividade se tornou numa das que mais população activa abrangia. O peso da pesca do bacalhau em Ílhavo é significativo, assim como é significativa a preponderância dos ilhavenses nesta actividade, quer em número, quer na ocupação de cargos de chefia.

As longas viagens desta pesca privavam os homens da companhia das suas famílias. Consciente deste facto o Estado Novo proporciona-lhes uma acção social abrangente e com alicerces diversificados, para o pescador e para a sua família, de modo a minimizar os danos sociais, morais e familiares que as ausências prolongadas podiam causar.

A doutrina do Estado Novo assentava em fortes valores morais e de família, para os quais a mulher desempenhava especial importância, sendo-lhe reservado o papel de garante do bem-estar familiar e da elevação moral dos seus.

As especificidades da pesca do bacalhau, com grupos socioprofissionais bastante hierarquizados, prolongadas ausências masculinas e entradas sazonais de dinheiro, acentuavam ainda mais a centralidade da mulher nos domínios da família e do lar. Percebemos então que as características do sector e as ideologias vigentes à época influenciam fortemente as memórias femininas sobre os seus quotidianos.

Palavras – Chave: Mulheres, Pesca do Bacalhau, Estado Novo e Ílhavo

Abstract:

The cod fishing industry assumed a relevant position in the economic policies of the “Estado Novo”, who designated it as a “national industry”. Salazar’s régime tried to counterbalance the high import rate of cod by promoting the national production in this economic sector.

The increase of national production immediately called for more manpower. That need was particularly felt in the Ílhavo region, where the activity was involving a large part of the population and represented a significant part of the local economy. On the other hand, the Ílhavo population retained a large part of the jobs of this national activity, including administrative positions.

The long fishing campaigns deprived men from the company of their families. Conscious of the fact, the “Estado Novo” implemented a broad social security system based on diversified grounds for fishermen and their families, minimizing the family, social and moral damages derived from the long absences.

The ideology of the “Estado Novo” was based on solid moral and family values, where the woman had the particularly relevant role of warranting the family’s well-being and moral sustenance.

The specificities of cod fishing industry, with its very hierarchical socio-professional groups, men’s prolonged absences, and seasonal earning incomes, were enhancing the central role of women in the family and at home. We recognize that the industry’s characteristics and the ideologies of that time strongly influence women’s memories of their daily lives.

Keywords: Women, Cod fishing industry, Estado Novo, Ílhavo

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice da Tese	v
Índice de Gráficos	vii
Índice de Tabelas	vii
Índice de Figuras	vii
Índice do conteúdo do CD-ROM	viii
1. Introdução	1
1.1. Motivação Pessoal	1
1.2. A Pesca do Bacalhau em Portugal	2
1.3. A Pesca do Bacalhau em Ílhavo	6
1.4. Revisão Bibliográfica	8
1.5. Definição do Objecto de Estudo	10
1.6. Metodologia e Fontes	13
2. Pesca Bacalhoeira, Grupos Sociais e os Homens de Ílhavo	16
2.1. Frota Bacalhoeira	17
2.1.1. Navios à Linha	17
2.1.2. Navios Arrastões	19
2.2. Hierarquização Socioprofissional nos Navios da Frota Bacalhoeira	20
2.2.1. Oficiais	21
2.2.2. Mestrança	26
2.2.3. Marinhagem	28
2.3. Os Homens de Ílhavo na Campanha de 1960	32
2.3.1. O Peso dos Bacalhoeiros de Ílhavo nos Bacalhoeiros em Geral	33
2.3.2. O Peso dos Bacalhoeiros de Ílhavo por Navios	35
2.3.3. O Peso dos Bacalhoeiros de Ílhavo por Função	38
2.3.4. Caracterização dos Bacalhoeiros de Ílhavo	40
2.4. População e Trabalho em Ílhavo em 1960	41
3. A Acção Social do Estado Novo e os Pescadores Bacalhoeiros	46

3.1. A Expressão da Acção Social	47
3.1.1. As Casas dos Pescadores	48
3.1.2. A Casa dos Pescadores de Aveiro	51
3.2. Modos de Regulação Social	57
4. Memórias da vida quotidiana	61
4.1. Ir e Voltar	62
4.1.1. Calendários Diferenciados	62
4.1.2. Partidas	64
4.1.3. Chegadas	66
4.1.4. Rituais de Recepção	67
4.2. Economia no Feminino	70
4.2.1. Pagamentos dos Marítimos	70
4.2.2. Gestão do Orçamento Familiar	73
4.3. Quotidianos Femininos	78
4.3.1. Vida Familiar Sem Marido	78
4.3.2. Vida Familiar Com Marido	85
4.3.3. Grandes Decisões	88
4.3.4. Redes de Apoio	90
4.3.5. Para Além do Trabalho	91
4.3.6. Práticas Religiosas	93
4.4. A Importância das Comunicações	95
4.4.1. Cartas, Telegramas e Encomendas	96
4.4.2. A Hora da Saudade	98
5. Conclusão	105
6. Fontes e Bibliografia	110
6.1. Fontes	110
6.2. Bibliografia	112

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da Frota Bacalhoeira de 1950 a 1974	17
Gráfico 2 - Distribuição dos homens da campanha de 1960 por Concelho de proveniência	35
Gráfico 3 - Representatividade dos homens de Ílhavo nos navios arrastões da campanha de 1960	36
Gráfico 4 - Representatividade dos homens de Ílhavo nos navios à linha da campanha de 1960	37
Gráfico 5 - Importância dos homens de Ílhavo nas 3 categorias de tripulantes	38
Gráfico 6 - Volume dos homens de Ílhavo no total de cada função	39
Gráfico 7 - Distribuição dos pescadores bacalhoeiros por Freguesias do Concelho de Ílhavo	40
Gráfico 8 - Distribuição dos homens de Ílhavo por tipologia de navio	40
Gráfico 9 - Distribuição da população do Concelho de Ílhavo por Freguesia	41
Gráfico 10 - Actividades profissionais (em percentagem) no Concelho de Ílhavo em 1960	43
Gráfico 11 - Homens e Mulheres com profissão e ocupação no Concelho de Ílhavo em 1950 e 1960	44

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Classificação dos Pescadores nos navios à linha	31
Tabela 2 - Proveniência dos tripulantes na campanha de 1960	33
Tabela 3 - Distribuição por sexos das actividades profissionais no Concelho de Ílhavo em 1960	42
Tabela 4 - Assistência prestada pela Casa dos Pescadores de Aveiro entre 1954 e 1966	54

Índice de Figuras

Figura 1 - Fotografia do marido no Dóri	17
Figura 2 - Fotografia do navio onde o marido andava embarcado	19
Figura 3 - Fotografia do marido na Escola de Pesca	27
Figura 4 - Fotografia do marido a escalar bacalhau	30
Figura 5 - Cartão de sócio da Casa dos Pescadores	49
Figura 6 - Comprovativo do pagamento de quotas da Casa dos Pescadores	49
Figura 7 - Cartão de beneficiário da Casa dos Pescadores de Aveiro	52
Figura 8 - Centro Social de Ílhavo e Bairro dos Pescadores	55
Figura 9 - Fotografia da chegada	66
Figura 10 - Preçário da loja	68
Figura 11 - Máquina de costura	68
Figura 12 - Fotografia dos filhos antes da chegada do pai	69
Figura 13 - Folha de vencimento dum pescador	70
Figura 14 - Fotografia para mostrar ao marido a prosperidade do quintal	73
Figura 15 - Livros de apontar o fiado	75
Figura 16 - Conteúdo dum livro de apontar o fiado	75
Figura 17 - Boneca trazida como prenda	84

Figura 18 - Fotografia da família de companhia a bordo	88
Figura 19 – Procissão em Honra do Senhor Jesus dos Navegantes	94
Figura 20 - Envelope de carta com o endereço do representante da empresa	96
Figura 21 - Fotografia da família enviada por carta	97
Figura 22 - Envelope de carta com o endereço do marido	97
Figura 23 - Cartas individuais para cada um dos filhos	98
Figura 24 - Salão da Hora da Saudade	99
Figura 25 - Boneca pedida pela filha na Hora da Saudade	99
Figura 26 - Plano da Hora da Saudade	100
Figura 27 - Mesa de honra da Hora da Saudade	102

Índice do conteúdo do CD-ROM

1. - Dissertação em Museologia

1.1 – Mulheres de Bacalhoeiros: Sazonalidade e Género (1950 – 1974) – Nuno Miguel Costa.pdf

2. – Objectos

2.1 – Catalogação de Objectos.pdf

3. – Composição e preenchimento da Frota Bacalhoeira de 1960

3.1 – Adélia Maria.pdf	3.23 – Dom Deniz.pdf
3.2 – Águas Santas.pdf	3.24 – Elizabeth.pdf
3.3 – Alan Villiers.pdf	3.25 – Estêvão Gomes.pdf
3.4 – Álvaro Martins Homem.pdf	3.26 – Fernandes Lavrador.pdf
3.5 – António Coutinho.pdf	3.27 – Foz do Mondego.pdf
3.6 – António Pascoal.pdf	3.28 – Gazela I.pdf
3.7 – António Ribau.pdf	3.29 – Hortense.pdf
3.8 – Argus.pdf	3.30 – Ilhavense.pdf
3.9 – Ave Maria.pdf	3.31 – Inácio Cunha.pdf
3.10 – Aviz.pdf	3.32 – Invicta.pdf
3.11 – Bissaya Barreto.pdf	3.33 – João Álvares Fagundes.pdf
3.12 – Brites.pdf	3.34 – João Corte Real.pdf
3.13 – Capitão Ferreira.pdf	3.35 – João Ferreira.pdf
3.14 – Capitão João Vilarinho.pdf	3.36 – João Martins.pdf
3.15 – Capitão José Vilarinho.pdf	3.37 – José Alberto.pdf
3.16 – Celeste Maria.pdf	3.38 – Lousado.pdf
3.17 – Coimbra.pdf	3.39 – Luíza Ribau.pdf
3.18 – Comandante Tenreiro.pdf	3.40 – Lutador.pdf
3.19 – Conceição Vilarinho.pdf	3.41 – Neptuno.pdf
3.20 – Condestável.pdf	3.42 – Nossa Senhora da Vitória.pdf
3.21 – Creoula.pdf	3.43 – Novos Mares.pdf
3.22 – David Melgueiro.pdf	3.44 – Oliveirense.pdf

3.45 – Pádua.pdf
3.46 – Pedro de Barcelos.pdf
3.47 – Rio Alfusqueiro.pdf
3.48 – Rio Antuã.pdf
3.49 – Rio Lima
3.50 – S. Gabriel.pdf
3.51 – Sam Tiago.pdf
3.52 – Santa Joana.pdf
3.53 – Santa Mafalda.pdf
3.54 – Santa Maria Manuela.pdf
3.55 – Santa Princesa.pdf
3.56 – Santo André.pdf
3.57 – São Gonçálinho.pdf
3.58 – São Jacinto.pdf
3.59 – São Jorge.pdf
3.60 – São Rafael.pdf
3.61 – São Ruy.pdf
3.62 - Senhor dos Mareantes.pdf
3.63 – Senhora da Boa Viagem.pdf
3.64 – Senhora da Vida.pdf
3.65 – Senhora das Candeias.pdf
3.66 – Senhora do Mar.pdf
3.67 – Sernache.pdf
3.68 – Sotto Mayor.pdf
3.69 – Terra Nova.pdf
3.70 – Vaz.pdf
3.71 – Vila do Conde.pdf
3.72 – Vimieiro.pdf
3.73– Viriato.pdf

1. Introdução

A actividade económica da pesca do bacalhau detém especial relevo no panorama socioeconómico do Concelho de Ílhavo. Desta actividade ocupavam-se, em 1960, 17% da população masculina activa, o que faz dela a actividade profissional com grande expressão no Concelho¹. Porém, as características específicas da pesca do bacalhau, as prolongadas viagens, as consequentes ausências masculinas e a sazonalidade dos vencimentos atribuem à comunidade características sociais particulares. Dado o elevado número de homens que participavam nesta safra e tendo em conta o período mínimo de 5 meses que as viagens duravam, poder-se-ia tentar perceber, numa visão antropológica, o que é que isso modificava nos costumes da comunidade, se esses costumes teriam sido moldados à realidade das ausências ou qual a visão que o grupo tinha de si. Porém, as características específicas da pesca do bacalhau originaram outra realidade, a qual não influi directamente na actividade económica, mas que se revela fundamental para equilibrar a ausência masculina durante vários meses, que é a realidade feminina.

1.1 Motivação Pessoal

A escolha deste objecto de estudo para a realização duma dissertação em Estudos Museológicos prende-se com motivações pessoais: o facto de ter nascido e crescido na cidade de Ílhavo poderia, por certo, justificar a escolha desta temática; no entanto, são as recordações pessoais e as memórias de infância que abrem caminho ao interesse por esta temática e, em especial, pelas mulheres, a parte menos visível desta actividade económica, central no Concelho de Ílhavo, que é a pesca do bacalhau.

Olhando para a pesca do bacalhau somente como actividade económica, certamente que as mulheres dos pescadores não são as primeiras a serem evocadas, já que não participavam directamente no desenrolar dessa actividade. No entanto, se nos focarmos nas questões da comunidade e nas práticas sociais que se desenrolam à volta da pesca do bacalhau, as mulheres desses pescadores tornam-se, como mostraremos mais à frente nesta dissertação, elementos importantes para os agentes desta actividade económica.

É unicamente do ponto de vista das práticas sociais, que surgem as memórias pessoais e as recordações de infância, pois a minha relação com o mar resume-se somente a uma enorme admiração. Como qualquer pessoa de Ílhavo, também eu tive na minha família

¹ INE, 1960, “X Recenseamento Geral da População, Tomo V – 2º Volume”, **Condições perante o trabalho e meio de vida**, pp. 56-57

alguém ligado ao mar, o que me proporciona memórias a ele ligadas, não à pesca do bacalhau propriamente nem à vida de marítimo, mas às práticas sociais que estavam por trás desta actividade económica, às vidas que dela dependiam e às famílias que por ela sofriam. Apesar dos escassos anos em que contactei com esta realidade, permanecem bem vivas na minha memória a preocupação das partidas, a alegria das chegadas, o cheiro húmido dos cabos dos navios, a mescla de odor a óleo e salitre do convés e ainda muitas outras recordações. Por isso, aproveitei a possibilidade de, através da realização desta dissertação, investigar, estudar e comunicar a vida quotidiana das mulheres dos homens de Ílhavo que partiam para a Faina do bacalhau.

1.2 A Pesca do Bacalhau em Portugal

“Separated from home by 3000 miles of sea, the fishermen of Portugal orb to crop a vital need, an ancient fishing ground discovered by their ancestors centuries before them. They struggle for six month of each year, living lives of unbearable hardship from which some will never return”²

A entrada do bacalhau na dieta alimentar europeia, nos séculos XV e XVI, leva a uma intensa procura deste bem alimentar por parte dos povos europeus, que viam nele uma natural fonte de proteínas animais. Com condições bioceanográficas excepcionais, os bancos da Terra Nova apresentam circunstâncias favoráveis às lides da pesca, pois situam-se num cruzamento de correntes frias polares com as águas quentes vindas do Sul. Isto, juntamente com a baixa profundidade dos bancos, proporciona o crescimento de microrganismos que sustentam determinadas espécies, das quais o bacalhau se alimenta, garantindo assim a existência de aglomerados do “fiel amigo”, os quais atraíam os veleiros europeus para esta zona do globo.

De acordo com estimativas de Álvaro Garrido, “supõe-se que no ano de 1578 tenham frequentado os “bancos” mais de setecentos navios” (GARRIDO, 2004: p.26), tendo especial relevo os britânicos, portugueses, bretões, normandos, bascos e noruegueses. Desta forma, percebe-se que a pesca transoceânica, mais precisamente a pesca de bacalhau, é já no século XVI uma realidade para os portugueses, os quais, juntamente com os bascos, dominaram esta actividade até finais do século XVI. Julga-se que este domínio da pesca à distância se deverá ao domínio da produção de sal, que era essencial na conservação do pescado. Após o domínio português das rotas do bacalhau, as frotas inglesas e francesas, que também investem na

² “The Lonely Dorymen: The Portugal’s Men of the Sea”, 1968, George Sluizer e David Seltzer National Geographic Society.

produção de sal em Portugal, expandem-se e apropriam-se do domínio desta actividade, anulando por mais de dois séculos a actividade portuguesa nesta área.

Após este interregno da actividade portuguesa nos mares da Terra Nova, em 1835 a Companhia de Pescas Lisbonense envia uma expedição de cinco navios aos bancos da Terra Nova. De facto, o bacalhau já estava bastante interiorizado na dieta alimentar portuguesa e constituía uma grande percentagem nas importações. Para este retorno aos bancos da Terra Nova contribuiu também um Decreto, em 1830, que abolia as contribuições sobre o peixe e sobre as embarcações e incentivava à pesca. As contribuições referentes à pesca do bacalhau seriam repostas em 1843. Desde 1835 que os portugueses nunca mais deixaram de ir à Terra Nova pescar bacalhau. A Companhia de Pescarias Lisbonense representou a reentrada de Portugal nos circuitos da pesca do bacalhau, mas extinguiu-se em 1857, dando origem ao surgimento de outras companhias, como a *Bensaúde & C.^a* e a *A. Mariano & Irmão*, também elas importantes no crescimento desta actividade em Portugal.

O crescimento da frota bacalhoeira de algumas empresas era notório. Por exemplo, a companhia *Bensaúde & C.^a*, em 1891, ano em que se transforma em Parceria Geral de Pescarias, detinha uma frota de oito navios. No entanto, o bacalhau ainda era tributado como importação, o que prejudicava a produção nacional. Em 1886 o Ministério da Fazenda passa a tributar apenas o bacalhau como pescado, mas fá-lo apenas para uma frota bacalhoeira total de 12 navios, o que desencorajava a expansão das companhias ou a criação de novas, limitando o crescimento do sector e beneficiando o monopólio das importações. Esta situação apenas seria modificada em 1901, quando “uma carta de lei de 12 de Junho de 1901 viria a estabelecer uma descida considerável dos direitos cobrados sobre o “bacalhau português” e poria termo ao “regime de monopólio” (GARRIDO, 2004: p.42). Esta lei permitiu o crescimento acentuado da frota bacalhoeira, a qual triplicou e passou dos 12 navios permitidos até 1900, para 36 navios em 1912, mesmo antes do início da I Guerra Mundial, guerra essa que trouxe declínio e incertezas à pesca bacalhoeira.

Após o término da I Grande Guerra Mundial, mais precisamente nos anos de 1918 e 1919, a frota pesqueira de bacalhau aos bancos da Terra Nova era de 11 e 13 barcos, respectivamente. Deste modo, a “produção nacional” de bacalhau baixou, mas a importância deste género alimentar estava enraizada na população, principalmente nas classes mais baixas, o que leva a um aumento descontrolado, de 48,6%, nas importações de bacalhau: de 22917 toneladas em 1918, para 34059 toneladas em 1923.

A resposta ao problema é pronta, pois no ano de 1924 partem para a pesca do bacalhau 65 navios. No entanto, este afluxo à Terra Nova revela-se desorganizado e insuficiente, pois a

percentagem de auto-provisionamento não ultrapassa os 12%, o que mostra que as toneladas de bacalhau pescadas pelos navios portugueses não conseguiam cobrir as necessidades de mercado, o que fazia subir as importações de bacalhau. Porém, a conjuntura económica mundial no final da década de 20 veio agravar ainda mais a crise no sector. Em 1929, a intensa crise no mercado internacional de bacalhau fazia chegar a Portugal este género alimentar a preços muito baixos e impraticáveis para as companhias portuguesas, o que as impossibilitava de escoar totalmente o seu produto. Mário Moutinho afirma: “evidentemente que as importações representavam uma saída importante de divisas, o que era na altura fonte de preocupação para aqueles que procuravam maneira de desenvolver a pesca do bacalhau” (MOUTINHO, 1986: p.46). Deste modo, devido à incapacidade de conseguir cobrir as necessidades de consumo e a ser impossível competir com os preços praticados no mercado internacional, deixou de ser financeiramente viável apostar na indústria bacalhoeira. Como consequência, até 1934 o número de navios enviados à pesca do bacalhau desceu abruptamente, atingindo o valor mínimo de 26 navios em 1931.

O início da década de 30 é marcado por sérias crises na indústria bacalhoeira. Desta forma, as políticas intervencionistas do Estado Novo declaram, através da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, criada em 1934, “o problema do Bacalhau” (GARRIDO, 2004: p.121) como uma questão nacional. Este problema do bacalhau resume-se, muito sucintamente, à dificuldade de colocação no mercado do bacalhau pescado por navios portugueses em concorrência com o bacalhau pescado por companhias estrangeiras, independentemente da quantidade de toneladas pescadas pelos navios portugueses. Para combater este problema “bastava que fossem promulgadas medidas capazes de auxiliar a substituição de importações” (GARRIDO, 2004: p.93).

Durante o ano de 1934 foram criadas leis de reorganização da pesca do bacalhau, as quais remetiam para o Estado, através da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, o controlo das políticas da pesca bacalhoeira, limitando as importações, dando preferência no comércio ao bacalhau “nacional”, estabelecendo quotas de pesca e preços de mercado, tornando assim a pesca e preparação do bacalhau na “mais portuguesa de todas as indústrias” (GARRIDO, 2004: p.92).

O início da década de 30 não marca somente o ponto de viragem na reorganização da pesca do bacalhau. Marca também a mudança de rumo da frota bacalhoeira: os mares da Terra Nova tornaram-se pequenos para as ambições da frota e os lugres rumam à Costa da Groenlândia, onde a pesca era muito mais difícil, mas muito mais proveitosa. Este alargamento do rumo da frota bacalhoeira reorganizou o calendário das viagens, com partidas

em finais de Março / princípios de Abril e chegadas em finais de Agosto. Neste sentido, a duração das viagens aumenta e com a quotização da pesca do bacalhau imposta pelas políticas corporativas do Estado Novo, a frota não regressava sem a quota ter sido estabelecida. Segundo Inês Amorim: “Em Ílhavo, o Senhor dos Navegantes ocupa o 1º Domingo de Setembro (...), festa que o ritmo do bacalhau levou, por vezes, a duplicar em Novembro, anos de 1941, 1951, 1955 e em Dezembro em 1956” (AMORIM, 2001: p.142).

A intervenção do Estado Novo na indústria bacalhoeira não se verificou apenas no controlo e regulamentação da pesca em si. Após as leis reorganizadoras de 1934, e à medida que o controlo da pesca do bacalhau ia sendo efectuado, as preocupações do Estado voltaram-se para as questões sociais, alargando-se a organização corporativa das pescas também à “obra social”. Deste modo, a regulamentação dos aspectos sociais da pesca do bacalhau proporcionou também ao Estado Novo um melhor controlo sobre esta indústria. Ou seja, “o fomento estatal da “grande pesca” supunha ainda instituir mecanismos compensatórios do sistema de exploração intensiva do trabalho, tais como a assistência, alguma previdência e a melhoria das condições de trabalho a bordo” (GARRIDO, 2004: p.149), havendo ainda a normalização dos salários e a regulamentação das políticas de recrutamento, o que facilitava o controlo da luta de classes, a regulação dos conflitos de interesses por parte do Estado e a consequente aplicação da organização corporativa das pescas. No entanto, as preocupações com as questões sociais são visíveis pelo aumento constante, entre 1938 e 1967, das despesas do Estado com a previdência e assistência das Casas dos Pescadores³.

As Casas dos Pescadores surgem na organização corporativa como representativas do “poder” atribuído aos pescadores, pois era-lhes “permitido” a associação e a representação profissional, através das mesmas que, construídas nos principais centros piscatórios, levavam a uma forte vigilância social, mas também proporcionavam o auxílio social, médico e moral a quem estava no mar e a quem estava em terra. A Casa dos Pescadores funcionava assim, como a base da organização corporativa das pescas, ou seja, o ponto de contacto e de auxílio aos pescadores pelos patrões e pelo Estado.

Algumas dimensões de intervenção do Estado na pesca do bacalhau duraram cerca de trinta anos, desde 1934 até 22 de Julho de 1967, data da portaria do secretário de Estado do Comércio na qual vinha expressa a liberalização do comércio do bacalhau, deixando de haver limitações às importações, assim como também deixou de haver tabelas de preços e quotas de pesca. A liberalização do comércio do bacalhau está directamente relacionada com a adesão

³ (GARRIDO, 2004: p.218), que tem como fonte: (Estatísticas da Organização Corporativa (e Previdência), INE, 1938 – 1967.

de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), em 1960, proporcionando “a implosão da campanha” (GARRIDO, 2004: p.330) ou “a ruína da indústria bacalhoeira” (AMORIM, 2001: p.143).

O peso dos arrastões na pesca do bacalhau, verificado a partir do início dos anos 60⁴, contribuiu para um avanço rápido do declínio da pesca bacalhoeira. Desta forma, a limpeza descontrolada e desmedida dos fundos dos mares, aliada à redução constante de mão-de-obra devido ao uso do arrasto e às políticas de liberalização do comércio do bacalhau, levaram a que, “a partir de 1968, as deficientes e duras condições de trabalho, transpuseram a vida destes pescadores para outras direcções, ora a emigração, ora a pesca costeira” (AMORIM, 2001: p.143).

1.3 A Pesca do Bacalhau em Ílhavo

A história da pesca do bacalhau em Ílhavo acompanha o percurso da história da pesca do bacalhau em Portugal. Sendo uma população costeira, as lides da pesca seriam há muito conhecidas das gentes de Ílhavo: “em época anterior à formação da laguna se afirmava que já entre Mira e Ovar corriam navios de marear que deitavam redes a pescar” (FONSECA, 2007: p.153). No entanto, não há certezas. Por outro lado, a proximidade da água proporcionava à população de Ílhavo, juntamente com a de Aveiro, a produção de sal. Como vimos no ponto anterior, a produção de sal foi essencial para o domínio português das rotas bacalhoeriras no século XVI.

A formação da laguna da Ria de Aveiro, que se revelou morosa e indeterminada, só ficou realmente concluída em 1808, altura da abertura da actual barra da Ria de Aveiro. Até então as actividades marítimas seriam bastante irregulares, dependendo sempre das condições da laguna, da fluidez das águas e da distância à abertura da barra.

Conforme se verificou no ponto anterior, as viagens dos veleiros portugueses à Terra Nova em busca do bacalhau tiveram início no século XVI. Sobre este facto, tanto Álvaro Garrido (2004) como Inês Amorim (2001) afirmam que estes veleiros seriam compostos por pescadores de Viana do Castelo e de Aveiro, assegurando ainda Inês Amorim que “o Pe. Carvalho da Costa traduz o envolvimento de Aveiro na pesca do bacalhau, ao contar, em meados do séc. XVI, 60 embarcações que se dirigiam à Terra Nova” (AMORIM, 2001: p.134). Parece claro que o domínio da origem dos pescadores de bacalhau nessas primeiras

⁴ Altura em que o volume de pescado dos arrastões ultrapassou o volume de pescado dos veleiros, pese o facto de o número de homens nos arrastões corresponder a um terço do número total dos homens da pesca do bacalhau. (GARRIDO, 2004: pp.263-284).

investidas à Terra Nova pertence a duas cidades, já bastante mercantilizadas devido à proeminência dos seus portos à época. De realçar também que, tanto numa zona como noutra, a produção de sal era uma realidade, o que não está dissociado do relevo destas gentes nas primeiras levadas de pescadores do bacalhau.

A inexistência de relatos de pescadores de Ílhavo nessas embarcações acaba por ser natural, pois a documentação é escassa e apenas refere as embarcações que saíam dos portos dessas cidades. No entanto, um autor local crê, por uma conjugação de factores, na existência de pescadores ilhavenses nesse rol de bacalhoeiros do século XVI. Segundo Senos da Fonseca, “a interligação entre as duas populações piscatórias, a de Ílhavo e a de Aveiro, vinha já de há séculos por via da mesma origem. Dificilmente se distingue uma população da outra” (FONSECA, 2007: p. 171). Este pensamento leva o autor a afirmar que, “ávidos de lonjuras (...) os Ílhavos, com os camaradas da região lagunar, teriam partido no séc. XVI, acompanhados pelas gentes de Viana, para se instalar nas costas da Terra Nova” (FONSECA, 2007: p. 170). Neste sentido, continuando sem certezas, a proximidade de Ílhavo com o mar, os conhecimentos na produção de sal e a vizinhança com Aveiro fazem crer que também terão havido pescadores ilhavenses nos bacalhoeiros do século XVI.

Com o regresso da frota bacalhoeira portuguesa aos mares da Terra Nova, em meados do século XIX, e com a constituição de empresas dedicadas ao envio de navios para a pesca do bacalhau, os homens de Ílhavo vêm nesta actividade profissional o sustento para as suas famílias. Para além disto, é-lhes reconhecido o domínio das artes marítimas. Segundo Inês Amorim, “entre 1890 e 1899 sabemos que grande parte dos capitães era procedente de Ílhavo, (...) com base na sua carreira profissional e numa altura em que não possuíam o curso da Escola Naval” (AMORIM, 2001: p.130), posição concordante com a de Mário Moutinho (1985). Porém, segundo a mesma autora, o maior número de homens em geral era oriundo do Algarve e da Figueira da Foz. Por esta altura, já os homens de Ílhavo dominavam, pelo posto ocupado, os veleiros que iam ao bacalhau, mas só quando foi implantada a organização corporativa das pescas é que os pescadores de Ílhavo começaram a dominar, em número, a pesca do bacalhau.

De 1934 em diante, com a criação da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, a reorganização da pesca longínqua, o surgimento das leis proteccionistas desta actividade e a organização corporativa das pescas, os homens de Ílhavo embarcaram nesta indústria. É de referir que o recrutamento de homens para o bacalhau, durante o Estado Novo, acontece preferencialmente no litoral Norte, desde a Figueira da Foz até Viana do Castelo, passando

por Ílhavo, Murtosa e Caxinas. É certo que os pescadores de Olhão também têm alguma representatividade, mas o litoral Norte cede a maior parte dos homens.

O domínio em número de homens de Ílhavo na pesca do bacalhau é sustentado pelos dados apresentados por alguns autores. Segundo Inês Amorim, num universo de 23400 indivíduos embarcados entre 1935 e 1967, “os concelhos que maior volume de mão-de-obra forneciam para esta actividade seriam Ílhavo (14,7%), Figueira da Foz (8,9%) (AMORIM, 2001: p.138). Já Álvaro Garrido (2004), que trata um espaço temporal um pouco mais alargado, de 1934 a 1970, apresenta valores relativos diferentes, onde os pescadores de Ílhavo seriam 10% do total de homens da pesca do bacalhau. No entanto, um importante ponto a reter é que ambos mostram que os homens de Ílhavo surgem em maior número do que os dos outros concelhos.

Mostrando os dados apresentados a influência que a população de Ílhavo tinha na pesca do bacalhau, certamente que em tantos anos de ligação a esta actividade também esta população foi influenciada por esta actividade nas suas relações sociais, nos modos de vida e na sua visão do mundo.

1.4. Revisão Bibliográfica

A bibliografia utilizada neste trabalho está dividida em três grandes blocos. No primeiro bloco estará a bibliografia que aborda Ílhavo, no segundo a que aborda a pesca do bacalhau e no terceiro, a que trata as mulheres em contextos marítimos. É necessário enquadrar o objecto de estudo, perceber a sua relação com o meio envolvente, Ílhavo, e com a actividade económica que o caracteriza, a pesca do bacalhau.

Na bibliografia sobre Ílhavo, surge com especial destaque o recente livro de Senos da Fonseca (2007) que, num período de tempo que vai do século X ao século XX, aborda a fundação da localidade, a sua história, as suas características físicas e sociais, os costumes e as personalidades de maior destaque na comunidade. No entanto, não abordando a problemática das mulheres dos homens que iam ao bacalhau, não deixa, mesmo assim, de ser um contributo importante, pois enquadra e caracteriza a comunidade de Ílhavo.

Outros autores locais que abordam Ílhavo, como (ALCOFORADO, 1997) e (PARRACHO, 1992), mencionam os costumes da localidade, caracterizam os seus hábitos e pessoas, destacam as personalidades mais influentes, ajudam a contextualizar o objecto de estudo, mas também não analisam as diferentes facetas da situação das mulheres dos homens do bacalhau, pois apenas lhes destacam a beleza, o sofrimento e a personalidade recatada.

Já Diniz Gomes, no livro *Costumes e Gente de Ílhavo* (1941), caracterizara a mulher de Ílhavo enquanto mulher de homem do mar, no seu papel de governanta da casa, de educadora dos filhos e controladora dos meios financeiros.

Sobre a pesca do bacalhau, a bibliografia existente é extensa e esclarecedora, retratando a vida marítima, os afazeres, as condições das viagens e os homens que nela trabalham. Salientam-se as obras *Estado Novo e a Campanha do Bacalhau* de Álvaro Garrido (2004), *História da Pesca do Bacalhau: Por uma Antropologia do “Fiel Amigo”* de Mário Moutinho (1985) e *A Campanha do Argus* de Alan Villiers (2005) para o enquadramento do objecto de estudo na pesca do bacalhau.

O *Estado Novo e a Campanha do Bacalhau* aborda a pesca do bacalhau numa óptica política e socioeconómica, provando o autor que o Estado Novo a utilizou como argumento político para estabilizar a economia e regular a sociedade. Neste sentido, é útil para esta dissertação perceber de que modo é que toda a “máquina” montada por trás da pesca do bacalhau influenciou a vida social dos pescadores e das suas famílias.

A obra *História da Pesca do Bacalhau: Por uma Antropologia do “Fiel Amigo”* é essencial para perceber o trajecto histórico da pesca do bacalhau em Portugal, desde os meados do século XIX até ao terceiro quartel do século XX.

O livro *A Campanha do Argus* é a crónica de uma viagem à pesca do bacalhau, onde se descreve o percurso à Terra Nova e à Groenlândia, as peripécias da pesca e toda a azáfama envolvente, desde os preparativos da viagem até à chegada. Para além de ser bastante elucidativa sobre a materialidade da pesca, a importância desta obra para a dissertação assenta essencialmente no relato da partida e da chegada desta campanha, momentos em que se percebe a emoção das mulheres e dos filhos nestas ocasiões.

Na bibliografia sobre mulheres em contextos marítimos destacam-se três obras pela sua importância para esta investigação, pois possibilitam o enquadramento e a dimensão comparativa.

A obra organizada por Inês Amorim (2001) representa o segundo volume da colectânea *História do Trabalho e das Ocupações*, o qual tem a como objectivo tratar das pescas, proporcionando uma clara perspectiva da divisão do trabalho das pescas em Portugal e esclarecendo como se dividem as ocupações no sector piscatório em geral, para além de contextualizar as acções das mulheres nos diferentes meios piscatórios.

Quanto à antropologia marítima sobre a realidade portuguesa, o lugar das mulheres apenas é central nas obras de Sally Cole e na de Inês Meneses e Paulo Mendes.

As Mulheres da Praia de Sally Cole (1994), que resulta do trabalho de campo da autora junto de uma comunidade piscatória, Vila Chã, onde as mulheres desempenham uma função determinante e directa na indústria da pesca, possibilita o confronto da acção das mulheres de Vila Chã com as de Ílhavo.

Da autoria de Inês Meneses e Paulo Mendes (1996), a obra *Se o Mar Deixar* aborda uma comunidade piscatória do Litoral Alentejano, sendo que o facto de abordar as questões de género nessa comunidade a torna essencial para a dimensão comparativa.

Na obra “Mulheres do Meu País”, Maria Lamas (2002) faz uma caracterização específica de cada realidade feminina ao longo do país. Sobre as mulheres de Ílhavo a autora afirma: “as suas mulheres conhecem todas as angústias e sobressaltos de quem vê partir o marido, o filho, o irmão ou o noivo, para longa viagem no grande oceano, em paragens de neblina e gelo (...) no fundo, porém, são mulheres do mar, porque a sua vida, o seu amor, a sua felicidade e até os seus interesses materiais estão mais ligados ao mar do que à terra.” (LAMAS, 2001: p.338).

1.5. Definição do Objecto de Estudo

“As mulheres e crianças olharam para trás, sem acenar, em silêncio, como que aterradas pela enormidade da separação que se avizinhava”⁵

O principal tema desta dissertação é a vida quotidiana das mulheres dos homens que iam ao bacalhau. Neste sentido, não está em causa a possível relação da vida de tais mulheres com as lides da pesca. Assim, o intuito desta investigação passa por fazer uma recolha das memórias do dia-a-dia sobretudo destas mulheres de pescadores e de oficiais da pesca do bacalhau, da sua vida familiar, económica e social.

Com efeito, as mulheres dos homens que iam ao bacalhau estão marcadas pelo meio piscatório. Porém, não são pescadoras como as mulheres de Vila Chã: “as mulheres pescavam com os homens (...) o que serve para os homens serve para as mulheres. Toda a gente as respeita, homens e mulheres” (COLE, 1994: p. 90). Também não peixeiras, como as da Nazaré: “são elas que toda a noite, quando se pesca toda a noite, separam o peixe, o amanham, o secam no tendal e o levam para os armazéns da salga” (BRANDÃO, 1973: p. 153). A função da mulher na sociedade e no quotidiano da comunidade é diferente. A mulher do homem que ia ao bacalhau é vista como obrigada a exercer uma boa acção como esposa,

⁵ VILLIERS, 2005: p. 66.

como governanta da casa, como mãe e como educadora. Deste modo, a sua vida quotidiana é substancialmente diferente do quotidiano das restantes, aos vários níveis.

Embora inserida num meio piscatório e com forte ligação da comunidade com o mar, o papel social da mulher dos homens que iam ao bacalhau mostra-se substancialmente diferente do das outras mulheres de meios piscatórios. Segundo Inês Amorim: “a ausência masculina, especialmente na pesca do bacalhau, marcava uma maior exigência na capacidade e empenho da mulher na gestão da casa” (AMORIM, 2001: p.50). A ausência masculina revela-se essencial na caracterização social duma comunidade, em que grande parte dos homens fazia viagens ao bacalhau que demoravam meio ano. Sem acção directa na pesca do bacalhau, o papel feminino torna-se fundamental para o bom funcionamento desta indústria, acabando por caber às mulheres o domínio e governação do lar entendidas como esposas, mães e filhas.

O Estado Novo, ao considerar a pesca do bacalhau como um “problema nacional” e querendo tornar essa actividade económica na “mais portuguesa das indústrias”, não descurou a questão da ausência masculina por largos períodos. Com a implementação de uma soldada fixa, o Estado Novo introduziu uma medida inédita no sector das pescas e exclusiva da pesca longínqua, mais propriamente da pesca do bacalhau.

A soldada fixa, atribuída aos pescadores do bacalhau durante os meses que estavam em viagem, proporcionava novas condições para o governo da casa, quando os homens estavam ausentes e sem se saber ao certo o resultado da pescaria. Se o pescador pescasse mais do que a quota imposta, recebia mais algum dinheiro, indicado por uma tabela de cotas preconcebida. Durante os meses que o navio estava atracado em terra, os homens que iam ao bacalhau recebiam um terço do ordenado de quando estavam embarcados. Esta medida pretendia também ser um regulador social. Segundo Inês Amorim, “o Estado Novo (...) considerava que as soldadas fixas e as percentagens sobre a pesca realizada haviam de representar um capital capaz de acudir ao sustento da casa e de ser também o necessário para evitar que a mulher e os filhos menores fossem obrigados a, diariamente, abandonar o lar, para angariar o complemento que era indispensável para prover à modesta manutenção” (AMORIM, 2001: p.53). Deste modo, os homens que iam ao bacalhau conseguiam trazer dinheiro para casa, dar sustento à sua família e contribuir para a regulação do lar. No entanto, o papel feminino mostra-se mais uma vez fundamental, pois era a mulher que geria a soldada fixa quando o homem não estava, era ela que governava a casa, a quem, como Inês Amorim afirmou, se pedia todo o empenho no seu papel exigente de gestora da casa.

Consciente da centralidade do papel feminino na gestão da casa e da família, mais uma vez o Estado Novo, através da Organização Corporativa das Pescas, intervém de modo a regulamentar as questões sociais que se desenvolviam nas ausências dos homens que iam ao bacalhau. Deste modo, a Junta Central das Casas dos Pescadores (JCCP), elemento do organigrama corporativo, editou folhetos informativos e sugestivos de como deveria ser o dia-a-dia da mulher como, por exemplo, “Conselhos às mulheres dos pescadores de bacalhau”, “Alimentação infantil” ou “Como cuidar das crianças” (LUCENA, 2001), e deu formação às mulheres nas Casas dos Pescadores, de modo a orientá-las na melhor forma de gestão familiar e da casa. Para além disto, ainda havia as “visitadoras”, mulheres que vigiavam a higiene e arranjo do lar, assim como o tratamento que era dado às crianças recém-nascidas.

Um dos pressupostos do corporativismo do Estado Novo assentava no retorno da mulher ao lar. (PIMENTEL, 2001) A liberdade e a individualidade concedidas às mulheres pelo liberalismo, descaracterizavam a noção de família que o Estado Novo queria como pilar para o seu regime. Para acentuar o regresso da mulher ao lar e consolidar a figura da mulher na família, o discurso transmitido pelo Estado Novo enaltecia os trabalhos femininos domésticos, como a educação dos filhos, a protecção da família ou o bem-estar social do lar (PIMENTEL, 2001). Segundo Irene Pimentel, a família, na concepção do Estado Novo, tinha duas economias distintas: “uma representada pelo salário do homem, e outra, pela produção no seio da família, que cabia, segundo a divisão do trabalho salazarista, à mulher” (PIMENTEL, 2001: p.28)

Ao retirar a mulher do mercado de trabalho e atribuir-lhe um lugar fundamental no seio familiar, o Estado Novo não se preocupava apenas com o equilíbrio moral e emocional das famílias, mas também com o decréscimo da taxa de desemprego e com o pagamento de ordenados menos baixos à mão de obra especializada. Ou seja, a mão-de-obra feminina estava a ser explorada por alguns patrões, como não especializada e mal remunerada, o que aumentava a taxa de desemprego entre os homens e baixava consideravelmente os ordenados da mão-de-obra especializada.

No fundo, a visão salazarista que remetia a mulher para os domínios domésticos tinha como base dois pressupostos distintos: o equilíbrio moral e familiar do lar e o enquadramento económico-financeiro e social do trabalho feminino. Ambos tinham como objectivo estimular a mulher a ser “fada do lar”.

É no âmbito da função social que o Estado Novo reservou às mulheres que se deve entender, em grande parte, toda a dinâmica da acção social do Estado Novo, não só aos pescadores bacalhoeiros, como também ao seu agregado familiar. É ainda à luz da função

social reservada pelo Estado Novo às mulheres que devemos entender os trabalhos femininos domésticos, os valores familiares e morais vivenciados pelas mulheres dos pescadores na ausência destes.

É, pois, meu objectivo nesta dissertação identificar os tópicos das memórias femininas sobre o seu quotidiano de mulheres de bacalhoeiros, tendo presente a configuração deste grupo social e o seu peso em Ílhavo.

Sendo Ílhavo o principal núcleo de bacalhoeiros a nível nacional e sendo Ílhavo a localidade onde hoje se situa o grande pólo de comunicação da pesca do bacalhau em Portugal, que é o Museu Marítimo de Ílhavo, penso que, ao abordar a problemática das mulheres dos bacalhoeiros, estou, ainda que de forma sucinta e limitada, a contribuir para uma visão diferente, mas complementar e enriquecedora, do conhecimento de uma indústria que numa determinada época marcou a antiga Vila de Ílhavo, em particular, e no geral o país.

1.6 Metodologia e Fontes

De acordo com a metodologia de investigação em Ciências Sociais, após ter definido um objecto de estudo e de se ter apetrechado o seu conhecimento com bibliografia pertinente, o investigador detém o papel de principal instrumento na investigação, pois entra em contacto com o terreno, aproxima-se do seu objecto de estudo, relaciona-se com ele. Firmino da Costa corrobora a ideia de que o investigador detém o papel de principal instrumento de pesquisa, pois este “observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. (...) Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente.” (COSTA, 1986: p.132) Esta afirmação servirá de base no desenvolvimento desta dissertação e na análise do objecto do presente estudo, afirmação cuja força procurei ter presente ao longo deste meu trabalho.

Assim, as entrevistas referidas fazem parte da metodologia primordial deste trabalho, a História Oral. Com efeito, através do recurso à memória das entrevistadas, pretende-se perceber as suas vivências e o seu quotidiano, ao nível da vida familiar, económico, da sociabilidade e das práticas culturais. Para isso serão realizadas entrevistas semi-directivas com um guião predefinido mas possibilitando respostas que não sigam a ordem da grelha de entrevista.

Este método irá permitir a constituição de fontes históricas pois, após a recolha das entrevistas, proceder-se-á à transcrição, resultando assim em documentos escritos. Deste

modo, estes documentos escritos possibilitarão a constituição de um arquivo oral e outro escrito sobre o tema. Das fontes orais recolhidas serão escolhidos excertos, os quais serão cruzados, comparados e confrontados de modo a possibilitar um discurso sobre o tema em questão. O material recolhido nas entrevistas, depois de trabalhado, será ele próprio uma fonte histórica pronta a ser utilizada, tendo-se em conta que as fontes orais são discursos produzidos no presente sobre qualquer acção no passado. A História Oral foi utilizada de modo expressivo bem como analítico.

Recorreu-se também a periódicos de época como fontes históricas, destacando-se o “Jornal do Pescador” e o jornal “O Ilhavense”.

O “Jornal do Pescador”, com a primeira edição em Janeiro de 1939 e a última a Dezembro de 1983, era uma publicação nacional periódica, mensal, editada pela Junta Central das Casas dos Pescadores. As suas finalidades consistiam essencialmente na actualização das novidades sobre a pesca, na propaganda da obra social do sector promovida pelo Estado Novo, tendo como fim a instrução profissional e moral dos activos nas pescas e dos seus familiares.

O jornal “O Ilhavense”, jornal local fundado em 1921, com edição semanal, passando a quinzenal, como actualmente, efectua um acompanhamento histórico e social bastante interessante da comunidade de Ílhavo.

No arquivo do Museu Marítimo de Ílhavo está guardado o espólio do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (GANPB). Deste espólio fazem parte as fichas de inscrição dos pescadores no GANPB. Estas fichas eram preenchidas antes da primeira viagem dos homens na pesca do bacalhau. Sem essa inscrição nenhum homem podia embarcar. As informações recolhidas nestas fichas, explicadas no segundo capítulo, permitiram desenvolver a análise da importância dos homens de Ílhavo, tanto na pesca do bacalhau em geral, como da função e da tipologia de navio.

Outro arquivo consultado foi o Arquivo da Paróquia de São Salvador – Ílhavo. Neste arquivo, para além de se terem encontrado informações úteis para a realização do ponto sobre a Festa do Senhor Jesus dos Navegantes, também se encontram róis de confessados, os quais me pareceram úteis para a caracterização do trabalho e da população de Ílhavo. Porém, numa análise mais aprofundada dos mesmos, percebeu-se que a análise pretendida se tornaria pouco representativa, uma vez que faltavam, em muitos fogos, informações pertinentes para a análise que se pretendia realizar.

Os Recenseamentos Gerais da População de 1950, 1960 e 1970, tornaram-se pertinentes para a análise da população e do trabalho no Concelho de Ílhavo no período

temporal do objecto de estudo em questão. Estes dados estavam disponíveis no arquivo digital do Instituto Nacional de Estatística, consultáveis no seu sítio da Internet⁶.

Com o intuito de enriquecer a pesquisa para a realização do terceiro capítulo tentou-se encontrar o arquivo da Casa dos Pescadores de Aveiro. Nem no que resta da Casa dos Pescadores de Aveiro, nem no que resta do Centro Social de Ílhavo foi encontrado qualquer tipo de arquivo desta altura. Contudo, o Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro foi indicado como possível paradeiro desse arquivo, uma vez que as Casas dos Pescadores e as Casas do Povo foram incorporadas no Ministério da Segurança Social. Aqui, também não se encontrou o arquivo da Casa dos Pescadores de Aveiro, mas conseguiu-se o contacto de Cabral Monteiro, administrativo da Casa dos Pescadores de Aveiro desde 1958. Através deste contacto ficou-se a saber que o arquivo da Casa dos Pescadores de Aveiro tinha sido destruído logo após a Revolução de Abril e que só restavam alguns objectos que tinham sido doados ao Museu Marítimo de Ílhavo. Porém, os conhecimentos de funcionário administrativo sobre o funcionamento e a acção da Casa dos Pescadores de Aveiro revelaram-se muito úteis e ficaram registados em áudio.

⁶ INE, 1950, 1960 e 1970, **Recenseamento Geral da População**, Lisboa [acedido em 18 de Março de 2008]. Disponível na internet: <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>

2. Pesca Bacalhoeira, Grupos Sociais e os Homens de Ílhavo

As memórias recolhidas das mulheres de Ílhavo têm como elemento comum a pesca do bacalhau, a actividade profissional dos maridos, independentemente dos anos de laboração que os mesmos viveram nessa actividade. É certo que a experiência pessoal de cada mulher varia consoante as suas vivências e objectivos de vida. No entanto, nessas memórias de vida recolhidas estão reflectidas questões gerais da pesca do bacalhau, as quais remetem para a tipologia da embarcação e para a função do marido dentro do navio.

De forma a perceber melhor o que foi transmitido por cada mulher, far-se-á uma análise sucinta sobre a frota bacalhoeira portuguesa no terceiro quartel do séc. XX, as suas especificidades e as repercussões que elas tiveram na vida social dos seus tripulantes.

As dimensões e capacidades de pesca do navio podiam variar bastante, mas a hierarquização socioprofissional que existia no seu interior mantinha-se, independentemente de qualquer característica física do navio. A função de cada homem dentro do navio estava bem definida antes da partida para a viagem, assim como as relações hierárquicas e as percentagens sobre o pescado, as quais se recebiam no final de cada campanha. Deste modo, tentar-se-á perceber melhor as memórias, motivações e ambições das mulheres dos homens que iam ao bacalhau.

Este estudo tem como objecto de trabalho as memórias das mulheres sobre a sua vida quotidiana no Concelho de Ílhavo na altura em que o marido andava embarcado nos navios bacalhoeiros. Sendo o estudo confinado ao concelho de Ílhavo, procurei porém, perceber algumas questões essenciais que, em boa parte, possuem um âmbito nacional, tais como a quantidade dos homens de Ílhavo nas campanhas do bacalhau, a representatividade dos homens de Ílhavo nas várias funções da pesca do bacalhau em termos nacionais, a problemática da população activa e o impacto que esta actividade representaria para o Concelho de Ílhavo. Para responder a todas estas questões escolhi o ano de 1960, principalmente devido à existência de um recenseamento geral da população, o que possibilita uma comparação directa dos dados do Censo de 1960 com os dados relativos à campanha desse mesmo ano, obtidos através da pesquisa nas fichas de inscrição dos tripulantes no Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau.

2.1. Frota Bacalhoeira

O terceiro quartel do século vinte representa uma viragem na composição da frota bacalhoeira portuguesa. No gráfico sobre a evolução da frota bacalhoeira portuguesa no terceiro quartel do século XX, verificamos a importância de cada tipologia de navio e também constatamos que a frota bacalhoeira portuguesa atinge o seu número mais alto, em 1958.

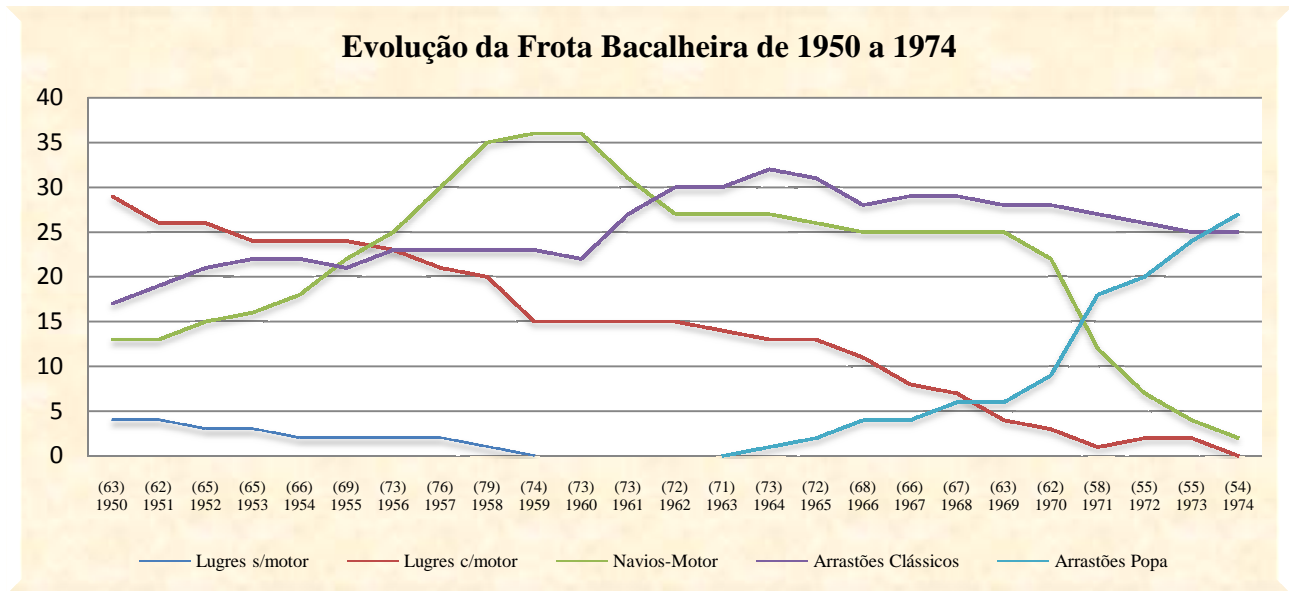


Gráfico 1: *Evolução da Frota Bacalhoeira de 1950 a 1974*

Fonte: Museu Marítimo de Ílhavo, Arquivo do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau; “Jornal do Pescador” (1939-1974)

2.1.1. Navios à Linha

No quartel anterior, a frota bacalhoeira portuguesa era composta essencialmente por navios da pesca à linha. Este formato de pesca era realizado individualmente por cada homem, o qual se fazia ao mar em pequenas embarcações individuais de madeira, os dóris, para pescar bacalhau através de uma linha com vários anzóis presos a si, o trol. Depois de



cada pescaria, os homens nos seus pequenos dóris regressavam ao navio principal, onde descarregavam o bacalhau, recolhiam a pequena embarcação e se preparavam para amanhar e conservar o peixe. Seja qual for o modelo do navio, se o método de pesca for a pesca à linha, o processo de pesca é sempre este, o qual privilegiava a qualidade do pescado em detrimento da quantidade.

Figura 1: Fotografia do marido no Dóri

Proprietária: D. Crisanta

Dentro deste método de pesca existem três tipologias diferentes de navio. Os primeiros, mais frequentes na década de trinta, eram os veleiros, construídos em madeira, sem qualquer tipo de motor auxiliar, comumente designados por lugres. Estes navios não levavam mais de 50 tripulantes. Até 1935 esta tipologia representava mais de 50% dos navios da frota bacalhoeira. A última viagem dum veleiro sem motor auxiliar foi realizada na campanha de 1958.

Outra tipologia de navio envolve na mesma os veleiros, mas diferenciados por possuírem um motor auxiliar. Estes navios, que são mais conhecidos por lugres-motor, estiveram em maioria na frota bacalhoeira portuguesa, de 1936 a 1955. Mesmo com condições de actividade profissional precárias, estes navios fizeram parte da frota bacalhoeira portuguesa de 1932 até 1973.

Depois da reorganização das pescas em 1934, as políticas do Estado Novo para o sector das pescas pretendiam o aumento acentuado da capacidade de auto-aprovisionamento da indústria bacalhoeira portuguesa. Neste sentido, incentivou-se a construção de mais e melhores navios. Porém, alguns armadores não possuíam capital financeiro suficiente para armar navios arrastões, o que levou ao investimento em navios de maior tonelagem e com capacidade para mais tripulação, mas que continuavam a praticar o método da pesca à linha, vulgarmente conhecidos como navios-motor. Estes surgem na campanha de 1939, curiosamente depois do surgimento do primeiro arrastão, e efectuam a última viagem na campanha de 1974. Os navios-motor estiveram em maioria na frota bacalhoeira portuguesa de 1956 a 1962.

Na época em estudo os navios de pesca à linha mais utilizados são os navios-motor. Estes podiam ser construídos em madeira ou em aço, sendo estes últimos de maiores dimensões com capacidade para tripulações entre os 70 e os 110 homens. Nos navios-motor a conservação do peixe era feita pelo método da salga. Contudo, o que distinguia os navios-motor dos restantes navios da pesca à linha era a sua capacidade de armazenagem do isco, que podia chegar aos 200 m³, sendo que, quanto mais isco houvesse para pescar, mais os homens pescavam. A capacidade de pesca destes navios situava-se entre as 8 e as 20 toneladas. Os aposentos para a tripulação consistiam em dois refeitórios, um situado na popa do navio para os oficiais e para a mestrança e outro na proa para a marinhagem. Os oficiais e a mestrança alojavam-se em camarotes individuais. A marinhagem era alojada em dormitórios.

2.1.2. Navios Arrastões

A pesca por arrasto é outro método de pescar bacalhau. Para o aplicar os navios necessitam de estar preparados com redes em forma de cone, que são lançadas ao mar e arrastadas durante algumas horas. Esta rede é segura por cabos e portas, que se mantêm abertas durante o arrasto. Existem dois tipos de arrasto: o arrasto clássico ou lateral e o arrasto pela popa. Depois de recolhida a rede para o convés do navio, o tratamento e conservação do peixe são realizados de modo semelhante ao método da pesca à linha. Neste método de pesca, ao contrário da pesca à linha, os pescadores não saíam do convés. O arrasto é feito em profundidade, uma vez que o habitat do bacalhau se situa entre os 110 e os 500 metros de profundidade.

O primeiro navio arrastão surge na frota portuguesa na campanha de 1937. Curiosamente, alguns países europeus tinham navios arrastões na pesca do bacalhau desde a primeira década do século XX. Mesmo com a necessidade de aumentar a produção nacional de bacalhau, os navios arrastões, que possuíam muito maior tonelagem, demoraram a implantar-se como maioritários na frota bacalhoeira portuguesa, o que aconteceu apenas a partir de 1967. Entre os anos 50 e 60 esta tipologia de navio não ultrapassava o 1/3 da frota, mas a sua tonelagem correspondia a cerca de 2/3 do total geral.

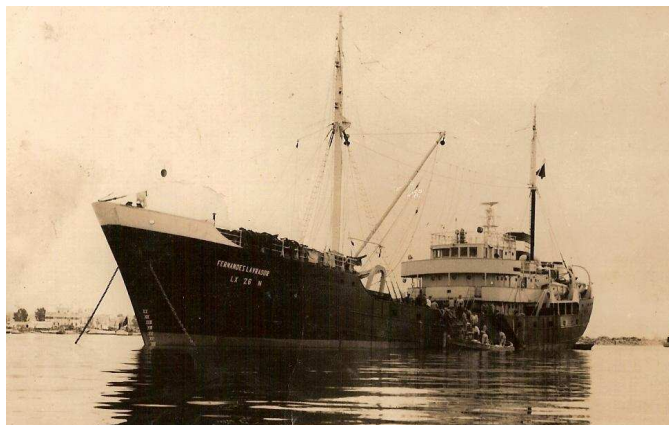


Figura 2: Fotografia do navio onde o marido andava embarcado
Proprietária: D. Auzenda

Sendo os navios arrastões construídos em aço e sendo os primeiros construídos no estrangeiro, já que a construção naval portuguesa ainda não estava tão evoluída, armar um navio arrastão consistia num grande investimento por parte dos armadores. Em 1940, foram construídos os primeiros arrastões bacalhoeiros nos estaleiros navais da CUF, mas durante vinte anos ainda se importaram navios construídos em estaleiros estrangeiros.

Contudo, a grande maioria dos armadores continuava a não apostar no investimento neste tipo de pesca, mesmo estando os navios preparados para maiores tonelagens e

disponíveis para fazer duas viagens. Esses armadores argumentavam que, embora pescassem em maior quantidade, a rede trazia bacalhau de todos os tamanhos e, na altura de escoar o produto, o bacalhau maior era mais rentável e o pequeno e médio não era tão apreciado pelo comprador. Dando conhecimento das reticências de alguns armadores, Álvaro Garrido transcreve os seus argumentos: “um quintal de bacalhau pescado por navios de artes de anzol valia em média mais 20% do que sessenta quilos de bacalhau do arrasto, considerando a diferença de tamanhos e visto que a tabela oficial sempre previra preços mais remuneradores para o peixe de tamanhos médios e superiores” (GARRIDO, 2004: p.276).

A pesca do bacalhau por arrasto, mesmo com vozes discordantes, tornou-se essencial para o auto-provisionamento e equilíbrio da balança comercial na indústria do bacalhau. A tonelagem dos navios arrastões era superior à dos navios-motor, sendo estes últimos os que tinham mais tonelagem na pesca à linha, pois os navios de arrasto lateral do terceiro quartel do século XX tinham a sua capacidade de pesca situada entre as 15 e as 30 toneladas. Neste método de pesca o volume de mão-de-obra era menor, uma vez que estes navios comportavam um mínimo de 60 e um máximo de 75 homens na sua tripulação.

A modernização da frota continuou a ser uma preocupação do Estado Novo. Por isso, em 1964, foi construído nos estaleiros navais de Viana do Castelo o primeiro navio de arrasto pela popa, com tecnologia mais moderna, melhor adaptado às necessidades da indústria e mais rentável. As principais mudanças desta tipologia de navio foram: o arrasto da rede passou a ser feito pela popa do navio; proporcionar um arrasto constante e estável, uma vez que o navio não necessitava de se mover lateralmente para arrastar a rede, como acontecia no arrastão clássico; a economia de mão-de-obra, uma vez que só necessitava de cinco homens a manusear o aparelho de pesca, ao contrário dos arrastões clássicos que necessitavam de doze homens; a outra evolução conseguida foi a própria protecção do navio, uma vez que os cabos e a rede deixavam de roçar e bater na lateral do navio, o que provocava estragos e manutenção frequente (SILVA, 1957). A frota bacalhoeira portuguesa é dominada pelos navios arrastões a partir de 1967.

2.2. Hierarquização Socioprofissional nos Navios da Frota Bacalhoeira

Os navios da frota bacalhoeira funcionavam como unidades industriais: devido aos vários meses de intensiva actividade piscatória e à coabitação de várias dezenas de homens num espaço físico reduzido, necessitavam de uma metodologia de trabalho organizada,

estruturada e hierarquizada, de modo a que a pesca do bacalhau e o enchimento da tonelagem do navio com pescado permitissem regressar às origens o mais rápido possível.

A divisão do trabalho dentro do navio estava bem definida e a hierarquização social também. Como refere Inês Amorim: “o pescador-marinheiro é a espinha dorsal deste complexo” (AMORIM, 2001: p.127). A sua acção era fundamental para o desenvolvimento da pesca durante vários meses, pois pescava, armazenava e conservava. Numa tripulação, os marinheiros representavam cerca de dois terços da mesma, mas estavam na base da pirâmide hierárquica socioprofissional do navio. O seu grupo social é denominada “marinhagem”. A marinhagem é sempre chefiada por um dos seus, que por ter mais experiência na faina e por possuir competência profissional no desempenho das suas funções é nomeado pelo Capitão, para chefiar um segmento da tripulação, transmitir as ordens dos oficiais e fazer a ponte de diálogo entre a marinhagem e os oficiais. A este núcleo chamaremos mestrança. No topo da hierarquia, estão os oficiais, que são todos os elementos da tripulação que têm formação superior. A mestrança e os oficiais juntos perfazem um terço da tripulação. Deste modo, a hierarquia socioprofissional fica assim estabelecida: oficiais, mestrança e marinhagem.

O estabelecimento desta divisão suscitou algumas dúvidas: a bibliografia consultada apontava para um divisão entre pescadores e tripulantes, mas o contacto com homens do mar e o discurso oral do Capitão João Laruncho São Marcos levaram à reformulação desta divisão, pois “tripulantes são todos os homens que estão no navio” (entrevista ao Capitão São Marcos, Ílhavo, 04-03-2008). Portanto, propõe-se a seguinte hierarquia socioprofissional das tripulações dos navios: oficiais, indivíduos com formação superior; mestres, constituído pelos chefes de segmentos de produção; marinheiros.

2.2.1. Oficiais

Definidos os oficiais como todos os tripulantes que detêm formação superior, estes constituem o grupo social de liderança dentro do navio. Deveriam manter uma relação de respeito e distanciamento com o resto da tripulação. As suas relações sociais ou de amizade dentro do navio deveriam cingir-se aos restantes oficiais e as relações com os outros grupos deveriam ser estritamente profissionais, com respeito e disciplina de modo a manter a hierarquização social do navio e organização do trabalho a bordo.

Os aposentos dos oficiais ficavam na ré do navio, do lado oposto aos aposentos da restante tripulação, que ficava na proa, assim como a sua sala de refeições, a qual também era diferente da restante tripulação. A alimentação também era diferenciada, o que não significa

por si só de melhor qualidade ou melhor confeccionada. Deveria ser sempre diferente. A ponte, local de comando do navio era o principal posto de trabalho dos oficiais, onde não sofriam tanto com o frio e onde tinham melhores condições de trabalho.

O comando do navio era vulgarmente atribuído aos indivíduos com a carta profissional de Capitão, mas não era regra. Porém, as funções de comando e de liderança dentro do navio mantinham-se independentemente da categoria que cada indivíduo tivesse. Segundo o Capitão São Marcos: “Era Deus no Céu e o Capitão no seu navio” (entrevista ao Capitão São Marcos, Ílhavo, 04-03-2008). Esta visão é concordante com as afirmações de Inês Amorim: “o Capitão tinha, sobre toda a tripulação, a autoridade de exigir a disciplina a bordo, zelar pela segurança da embarcação e pelo bom êxito da campanha” (AMORIM, 2001: p.127). A D. Maria Júlia, mulher do Imediato do navio-motor Capitão José Vilarinho, tece algumas considerações, quando afirma que “nessa altura eles passavam por muitas complicações no mar. Eram uns escravos. Só o Capitão, por ser o chefe, é que tinha algumas regalias. Por um lado, compreende-se, pois tinha de manter o respeito da tripulação durante os 6 meses da viagem, lidando com homens de toda a espécie, de diferentes feitios. Por outro lado, eram muito severos, pois os Capitães também tinham de zelar pelos interesses dos Armadores” (entrevista a D. Júlia Labrincha, Gafanha d’Aquém, 22-2-2008).

Alguns meses antes da largada, já o Capitão começava a preparar a viagem, recrutando a tripulação e tratando de aparelhar o navio da melhor forma com vista a uma viagem bem sucedida, pois o seu objectivo seria carregar o navio de bacalhau e trazê-lo de volta ao Porto de Amarração, com a tripulação sã e salva.

No navio sob o seu comando o Capitão era soberano, pois o navio com bandeira nacional Portuguesa é em qualquer lugar uma parcela do território nacional, sendo incumbência do Capitão aplicar o Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante.

Para chegar a Capitão, o indivíduo tinha de frequentar a Escola Náutica. No testemunho de D. Beatriz, mulher do Capitão do arrastão Santo André, a mesma refere: “O meu marido era Oficial da Marinha Mercante. (...) Ele saiu da Escola Náutica, nós casámos e ele foi para o bacalhau, onde fez o seu percurso natural: Piloto, Imediato e Capitão” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008). Depois do curso elementar da Escola Náutica, o primeiro embarque era sempre efectuado como Praticante de Piloto. Existiam contudo excepções, como é o caso do Capitão João Laruncho São Marcos que embarcou na sua primeira viagem ao bacalhau como Imediato, no navio Rosita, uma vez que havia falta de recursos humanos. Depois da viagem como Praticante de Piloto, teria de fazer pelo menos três viagens como Piloto, para depois subir na carreira e chegar a Imediato. Para chegar a Capitão,

teria de fazer o curso complementar da Escola Náutica. Convém porém recordar que nem todos os homens que comandavam os navios eram Capitães. O comando do navio não atribui a categoria de Capitão. Há casos, referidos por Inês Amorim (2001), Mário Moutinho (1985) e pelo Capitão São Marcos (entrevista ao Capitão São Marcos, Ílhavo, 04-03-2008), de navios que foram comandados por homens que, pela sua experiência no mar, conseguiam comandar um navio, ou outros casos de navios de menor tonelagem apenas precisarem de homens com carta de Imediato para os comandar.

Em termos de percentagem final de pesca, tudo era calculado em relação ao recebido pelo Capitão. Ou seja, o Armador contratualizava com o Capitão, cuja percentagem a receber seria de um determinado valor, desde que fosse atingida uma determinada cota de tonelagem de pescado. O valor da percentagem a receber pelo Capitão correspondia ao índice 100, a partir do qual eram calculadas as percentagens a receber pelos restantes tripulantes, desde o índice 90 a receber pelo Imediato até ao índice 10 a receber pelos dos Moços.

“O Armador era um empresário que, na maioria das vezes não percebia nada de pesca, só via números. O Capitão, que percebia muito de pesca, era um representante do Armador dentro do navio, zelando pelos seus interesses, lutando e garantindo a salvaguarda da embarcação e da tripulação e empenhando-se em conseguir a maior quantidade de peixe pescado. Se o Capitão cumprisse estas obrigações, os Armadores também zelariam pelos interesses do Capitão.” (entrevista ao Capitão São Marcos, Ílhavo, 04-03-2008). Esta afirmação do Capitão São Marcos deve ser entendida tendo em atenção o facto de o Armador dar ao Capitão, como parte interessada num bom carregamento de bacalhau, o proveito sobre as partes do bacalhau que não eram salgadas. Para salgar bacalhau é necessário cortar-lhe a cabeça e abri-lo ao meio para lhe retirar a espinha, não sendo a cabeça aproveitada para salga. No entanto, as caras de bacalhau, as línguas e os samos também eram comestíveis e comercializáveis. Fazia parte do acordo entre o Armador e o Capitão que o proveito dessa comercialização fosse inteiramente para o Capitão. Ainda em termos de remuneração, o Capitão recebia uma soldada fixa durante os meses de Inverno em que o navio estava atracado, a qual correspondia, diariamente, a uma milésima parte do seu índice 100 estipulado.

Outro elemento do grupo dos oficiais é o Imediato, a segunda figura do navio. Com o curso elementar da Escola Náutica, este posto é o máximo que se pode atingir. Dentro do navio as funções do Imediato são: “para além de substituto do Capitão em casos de força maior, alternava na ponte quer na direcção da manobra quer na faina da pesca. Tem ainda a seu cargo as operações de salga do peixe.” (LEITÃO, 2006: p.31). Neste sentido, a D. Júlia

Labrincha, mulher do Imediato do navio-motor Capitão José Vilarinho, recorda: “Numa viagem em que o meu marido era Imediato foi necessário ele ir para o porão baldear sal. Para baldear sal, era preciso uma pá para passar o sal de um lado para o outro do porão. Como ele tinha as mãos mimosas, a pá criou-lhe calos nas mãos, que acabaram por infectar e a infecção alastrou para o braço todo. Como era preciso fazer o trabalho, ele nem assim parou. Só parou quando caiu à cama cheio de febre, com o braço em chagas e sem mobilidade nenhuma. Ele precisava de acompanhamento médico, mas o capitão achou que não devia ir com ele para terra perder dois ou três dias de viagem e ficou a ver se aquilo passava. Como não passou, acabou por ligar para o Gil Eanes, de onde lhe disseram que tinha de ir imediatamente para terra porque aquela situação era grave. O meu marido foi hospitalizado e, já em terra, disseram-lhe que mais um tempo sem tratamento e teriam de lhe amputar o braço. Depois, acabou por vir embora no primeiro navio que veio para Portugal. A vida deles no mar era muito dura.” (entrevista a D. Júlia Labrincha, Gafanha d’ Aquém, 22-2-2008). Esta memória revela que, mesmo estando no topo da hierarquia, o principal objectivo consistia no preenchimento da capacidade de pesca do navio, pois só em casos extremos é que se parava a faina e um dia menos de pesca significava mais um dia no mar ou menor percentagem no final.

O Piloto era dos três oficiais de comando o que tinha menos experiência mas, no entanto, detinha já lugar decisivo nas acções de manobra do navio e de manutenção da operacionalidade da pesca. A categoria de Piloto era constituída por três subcategorias: Piloto de terceira, Piloto de segunda e Piloto de primeira. Só depois de subir nestas categorias é que podia desempenhar a função de Imediato. A evolução na categoria de Piloto só era conseguida através da acumulação de horas de embarque. A nível prático, o Piloto recebia do Capitão ordens directas de manobra do navio na ponte de comando. Assim como o Imediato supervisionava a salga do bacalhau, o convés do navio era supervisionado pelo Piloto, o qual zelava pela manutenção da sua limpeza e segurança. Em termos de ordenado o Piloto recebia bastante menos daquilo que poderia um dia receber nas categorias superiores de comando: “o Piloto recebia um resquício do que recebia o Capitão e o Imediato” (entrevista ao Capitão São Marcos, Ílhavo, 04-03-2008). Mesmo recebendo menos, usufruía dos aposentos da ré, os mesmos do Capitão e do Imediato e fazia parte do topo da hierarquia socioprofissional.

O Praticante de Piloto era uma categoria que não existia em todos os navios da frota do terceiro quartel do séc. XX, mas apenas nos arrastões. Note-se que qualquer elemento das três categorias anteriores saía da Escola Náutica como Praticante de Piloto. Só com um determinado número de horas de embarque como Praticante de Piloto é que se podia subir de

categoria. As viagens efectuadas nesta categoria funcionavam como estágio, sem funções de comando ou de decisão, apenas de aprendizagem. Tal como na categoria de Piloto, também nesta os ordenados eram baixos, relativamente aos ordenados dos melhores pescadores, mas esta era uma categoria transitória e obrigatória para atingir categorias superiores.

A categoria de oficial de máquinas está dividida em três subcategorias: 1º de Máquinas, 2º de Máquinas e 3º de Máquinas. A obtenção da carta de maquinista era conseguida através do curso elementar de máquinas na Escola Náutica. A subida nestas subcategorias era feita através da formação em cursos específicos sobre determinada potência dos motores dos navios. Ou seja, quando saíam da Escola Náutica, os Maquinistas estavam aptos a trabalhar com motores até 600 cv de potência, o que lhes conferia a carta de 3º de Máquinas; porém, só quem tivesse a carta de 1º de Máquinas é que podia trabalhar com motores de mais de 1000 cv de potência. Os Maquinistas “têm a seu cargo a máquina de propulsão a hélice, a máquina do leme e outras complementares na Casa das Máquinas. A condução é feita em resposta a solicitações da ponte de comando, por intermédio de um telégrafo eléctrico. As máquinas exigem permanente manutenção e reparação de avarias” (LEITÃO, 2006: p.31). Com esta categoria, fecha-se o conjunto de oficiais essenciais nos navios-motor, ressalvando que os mesmos poderiam não ter maquinistas, mas sim motoristas – dos quais falaremos na marinhagem – devido à potência reduzida do motor.

O Radiotelegrafista é uma categoria que só existe nos navios arrastões. Com esta função, terminam os oficiais com curso ministrado pela Escola Náutica. Para a descrever recorrer-se-á à visão de um radiotelegrafista: “o radiotelegrafista tem por missão assegurar todas as ligações telegráficas com a Rádio Marconi, no que respeita ao tráfego comercial, com as estações costeiras e com outros navios, no apoio à manobra e à navegação; faz a recepção dos boletins meteorológicos e dos comunicados sobre o movimento e localização dos icebergues, limites dos campos de gelo, acompanhamento dos ciclones tropicais e de outros fenómenos meteorológicos” (LEITÃO, 2006: p.31).

O Médico é um elemento que raramente se encontra na tripulação dos navios, visto o navio hospital Gil Eanes acompanhar a frota durante a maior parte do tempo da sua permanência no mar. No entanto, encontram-se alguns barcos, com maior número de tripulantes, que possuem um médico na sua tripulação. De realçar que, para embarcar um Médico, tem sempre de embarcar um Enfermeiro.

A existência de Enfermeiros nas tripulações é bastante frequente, pois pela sua acção poder-se-iam evitar paragens no tempo de pesca. Isto é, o Enfermeiro trata de ferimentos, sutura e avalia o estado de gravidade dos doentes de bordo, passando por si a decisão de

contactar com os Médicos do navio hospital Gil Eanes ou, em casos mais complicados, a decisão se o doente tem de ir para terra ou não. De realçar que nos barcos, que não tinham Enfermeiros, o Imediato ou o Piloto possuíam um curso de primeiros socorros, passando por eles os tratamentos ligeiros e o contacto com o Gil Eanes.

O Electricista trata da manutenção da parte eléctrica do navio, da iluminação dos aposentos, da manutenção do telégrafo da casa das máquinas, dos geradores, das bombas e de todos os motores eléctricos. Nos navios arrastões com guincho, o funcionamento do guincho é da inteira responsabilidade dos electricistas, dadas as componentes eléctricas que o mesmo possui.

2.2.2. Mestrança

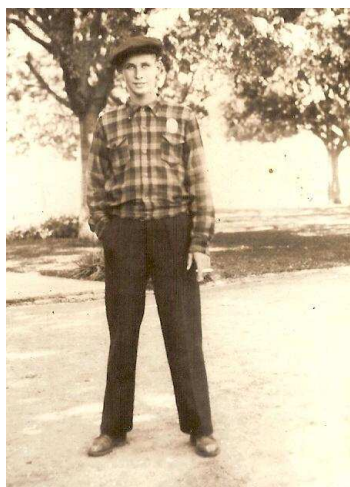
A categoria da mestrança é aquela que engloba menos funções, mas todas elas com elevado estatuto dentro do navio: Contramestre, Cozinheiro, Mestre de Salga e Mestre de Redes. São apenas quatro funções, mas revelam-se importantíssimas para a organização do navio, para o bom funcionamento da pesca e para a diminuição do distanciamento entre oficiais e marinhagem, quer pelos anos de experiência de mar que estes homens possuíam, quer pela confiança que transmitiam ao Capitão, que os designava para tais funções. Antes da largada e uma vez que competia ao Capitão a supervisão do apetrechamento do navio, era nestes homens que o mesmo delegava tais funções. O Cozinheiro tinha de prever a quantidade de alimentos que levava para seis meses; o Mestre de Salga estimava a quantidade de Sal; o Mestre de Redes preparava as redes e o Contramestre aprovisionava todo o resto que não competisse aos anteriores. Daí que o Capitão São Marcos revele: “a mestrança é importantíssima quer na preparação da viagem quer na viagem em si” (entrevista ao Capitão São Marcos, Ílhavo, 04-03-2008).

A função de Contramestre nos navios à linha é um pouco distinta da dos navios arrastões. Nos navios à linha, o Contramestre sai nos dóris para pescar com o resto dos pescadores. No entanto, sua qualidade piscatória não influenciava o seu desígnio para o cargo. Era importante, mas não influenciava. Nas fichas de inscrição no Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau, o (GANPB), verificou-se a existência de Contramestres que não eram os que pescavam mais, sendo mesmo de 3ª linha.

Salvo esta pequena diferença, a função do Contramestre mantinha-se igual nos dois tipos de navio. Ao escolher o Contramestre, o Capitão depositava nele confiança necessária para organizar as movimentações do convés e lhe dava capacidade para mandar entre os

demais pescadores. Inês Amorim refere: “esta função que desempenhava com competência, impunha-o no conjunto da tripulação, pelo prestígio e reconhecimento unânimes que recolhia, baseados quer na capacidade que demonstrava na organização de trabalho a bordo quer nas decisões tomadas na resolução de actos menores de indisciplina praticados pelos colegas pescadores.” (AMORIM, 2001: p.131). No discurso oral recolhido, a D. Auzenda, mulher do Contramestre do arrastão Fernandes Lavrador, afirma: “ele era o patrão do barco. Era ele que organizava tudo (...) eu gostava que ele fosse Contramestre, porque ganhava bem, mas fazia com que ele estivesse mais tempo fora de casa. Tinha de estar sempre no barco. Qualquer trabalho que fosse feito no barco, ele tinha de estar presente” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008). Logo, percebe-se que o estatuto socioprofissional do Contramestre é elevado, mas as responsabilidades também o eram, o que não deixava de ser recompensado pelo Capitão.

O Cozinheiro é o mestre da sua cozinha. Dentro do barco todos lhe chamam mestre e não cozinheiro. Tal como os seus ajudantes, também não tem escolarização avançada mas, como é responsável pela sua unidade de produção, é considerado membro da mestrança. Ao cozinheiro compete liderar a sua equipa de ajudantes, que pode ser composta por um ou mais, dependendo do tamanho da cozinha. A esta função compete a confecção da alimentação diária



da tripulação, assim como a cozedura diária de pão. O cozinheiro tem de saber manter a tripulação bem alimentada, variando no tipo de pratos e conseguindo racionar equilibradamente o que aprovisionou no início da viagem até ao seu fim. Tendo a mestrança de manter um ponto de equilíbrio entre os oficiais e a marinhagem, o Cozinheiro estava contudo numa posição mais complicada, pois para os marinheiros a quantidade e a qualidade nem sempre eram satisfatórias, fazendo por vezes somente o que lhe era permitido.

Figura 3: Fotografia do marido na Escola de Pesca
Proprietária: D. Rosa Santos

A função de Cozinheiro não necessitava de formação específica, mas o discurso da D. Rosa Santos, mulher do Cozinheiro do arrastão Santo André, é revelador do acesso a essa função: “ele andou na Escola de Pesca em Pedrouços e embarcou como moço na primeira viagem no Rio Alfusqueiro. Como nessa viagem acharam que ele tinha conhecimentos para ficar na cozinha, nas seguintes ele foi de Ajudante de Cozinheiro. Mais tarde, foi para Pedrouços outra vez fazer um curso de três meses, onde lhe ensinaram a fazer pão, a trabalhar

com os fogões e a fazer as contas para a viagem. Com essa formação embarcou depois como Cozinheiro no Santo André” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008).

O Mestre de Salga é uma função específica que só existe como tal nos navios arrastões. Nos navios à linha, a salga do bacalhau também é feita e existe na mesma um responsável pela salga do bacalhau; porém, como todos os homens do convés são pescadores e saem nos dóris, a categorização dos homens é feita pelas suas qualidades na pesca e não pelas suas funções pós-pesca, ou seja, no convés. Desta forma, a percentagem final da pesca era feita de acordo com a quantidade de peixe pescado e não pelas funções de convés, algo que nos arrastões não acontece, pois os homens não saem nos dóris, vindo o peixe no saco. Sendo a supervisão da salga feita pelo Imediato, a coordenação da acção é da competência do Mestre de Salga. É um marinheiro que se terá especializado na salga do bacalhau e que, pela sua experiência de salga ou pela sua competência profissional, é nomeado para chefiar o sector. Em termos de estatuto socioprofissional o Mestre de Salga está na categoria da mestrança. Porém, mesmo dentro da mestrança, o Contramestre, coordenando as acções de convés, coordena também a acção do Mestre de Salga. Todavia, competindo a este último providenciar o carregamento de sal antes do início da viagem, essa não era a sua função mais difícil, pois bastava saber a tonelagem total do navio e aprovisioná-lo para tal. A função do Mestre de Salga era extremamente importante porque o sal, que era carregado no início da viagem tinha de durar até ao final da mesma. Para além disso, um bacalhau mal curado e apodrecido poderia afectar a restante carga e poria em causa toda a campanha.

O Mestre de Redes, em termos gerais, tem uma função semelhante à do Mestre de Salga. Pelas mesmas razões, cinge-se aos navios arrastões e o atingir desta função processa-se da mesma maneira. O Mestre de Redes é o responsável máximo pela elaboração do aparelho de pesca que era ordenado pelo Capitão. Ou seja, pela preparação das redes, conserto quando necessário e armazenamento das mesmas, assegurando a sua utilização até ao final da campanha. Em termos socioprofissionais o estatuto do Mestre de Redes é idêntico ao do Mestre de Salga.

2.2.3. Marinhagem

A categoria da marinhagem é aquela que mais homens abrange, sendo cerca de dois terços da tripulação. Dentro da marinhagem as funções são as mais variadas e diversificam consoante o tipo de embarcação e a capacidade de pesca. A marinhagem compreende as várias funções dos pescadores, mas também as funções dos que não são pescadores. Os

elementos da marinhagem são o “motor” da pesca do bacalhau: são eles que pescam, que conservam e que armazenam o bacalhau. São eles que cumprem as ordens e sem eles a “Faina Maior” não se fazia. Começaremos pelas funções dos que não pescam.

A função de Motorista, tal como a de Maquinista, divide-se em várias categorias; 1º Motorista, 2º Motorista, 3º Motorista, Ajudante de Motorista e Praticante de Motorista. Tal como os Maquinistas, os Motoristas também têm a seu cargo a Casa das Máquinas e todo o trabalho que dela advém, diferindo dos Maquinistas por não terem frequentado a Escola Náutica. Por isso, o 1º Motorista, que é o topo desta função, só possui carta de condução de motores até 600 cv. Logo, os navios de menor dimensão e de menor potência podiam ter a sua Casa das Máquinas composta por uma equipa de Motoristas, assim como a mesma equipa podia ter Maquinistas e Motoristas ao mesmo tempo, desde que os Maquinistas estivessem nas categorias mais altas. A carta de Motorista podia ser tirada por qualquer marinheiro, desde que se submetesse e fosse aprovado num exame realizado nas Capitánias. O discurso da D. Maria Lucília, mulher do Motorista do arrastão António Pascoal, é revelador desse processo: “O meu marido chegou a ser motorista, mas começou como pescador” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008). O surgimento dos motoristas deveu-se ao aumento da frota e à escassez de Maquinistas, que procuravam, com sucesso, trabalho nas indústrias em terra.

Na cozinha do navio, também havia elementos da marinhagem, que eram os Ajudantes de Cozinheiro e os Aprendizes de Cozinheiro. A sua função consistia em auxiliar o Cozinheiro em toda a lide da cozinha, podendo ser só um ou vários, dependendo do tamanho da cozinha e da dimensão do navio. O Ajudante de Cozinheiro podia viajar sozinho com o Cozinheiro, mas o Aprendiz de Cozinheiro só viajava com a presença de pelo menos um Ajudante de Cozinheiro.

A função de Moço divide-se em dois subtipos: o Moço de Câmara e o Moço de Convés. A função de Moço de Câmara era mais suave, cabia-lhe tratar da câmara dos oficiais, da limpeza da mesma, do tratamento das roupas e da feitura das camas. As refeições à Ré também eram servidas pelos Moços de Câmara. Os Moços de Convés tinham um trabalho mais árduo, pois “limpavam o navio, auxiliavam a arriar os dóris, a salgar as caras e as línguas do bacalhau escalado, bem como a preparar o óleo de fígado de bacalhau” (AMORIM, 2001: p.133). Um marinheiro que se iniciasse na pesca do bacalhau teria obrigatoriamente de fazer duas viagens como Moço, independentemente se era de Moço de Câmara ou Moço de Convés. A colocação inicial de Moços influenciava muitas vezes as opções futuras, acabando os Moços de Câmara por abraçar funções como Ajudantes de

Cozinheiro ou de Ajudante de Motorista, escolhendo os Moços de Convés qualquer uma das funções de convés em que fossem mais competentes.

Existem navios que levam homens com função de Criado, os quais faziam exactamente o mesmo que os Moços de Câmara, mas estando apenas ao serviço do Capitão.

Falando agora apenas nas funções de convés, convém desde logo esclarecer que há divisão entre as funções da marinhagem dos navios arrastões e as da marinhagem dos navios à linha. No entanto, em qualquer uma das tipologias de embarcação, existe a diferenciação entre pescadores Verdes e Maduros. Os Verdes estavam a iniciar as suas funções de marinheiro e tinham sempre a supervisão de um Maduro. Os Maduros eram já marinheiros experientes, com alguns anos de mar e com competências provadas. O discurso da D. Maria Nova, mulher do Maduro do arrastão Santa Mafalda, revela o percurso do marido nesta função, “Ele começou de Moço, mas quando nos casámos ele já ia de Verde. Mais tarde passou para Maduro” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008).

Nos navios arrastões, nenhum homem saía do convés. Por isso as suas funções específicas no convés estavam bem definidas. Havia Salgadores, Escaladores, Redeiros, Troteiros e Parte-Cabeças; destas duas últimas funções os seus elementos apenas eram conhecidos por Maduros ou Verdes.

Para melhor perceber a sua acção na pesca do bacalhau, nada melhor do que descrever a actividade no convés após a abertura da rede. O Troteiro apanha um bacalhau com a trota, um facalhão de dois gumes, abre o peixe e tira-lhe as vísceras, atirando de seguida o bacalhau



Figura 4: Fotografia do marido a escalar bacalhau

Proprietária: D. Auzenda

para cima da mesa da escala. O Parte-Cabeças corta a cabeça e passa o bacalhau para o Escalador. Os Escaladores têm a função mais importante nesta acção: são eles que abrem o bacalhau totalmente, que lhe retiram metade da espinha, que o espalmam e que lhe dão o aspecto com que é comercializado.

Os Salgadores, em consonância com o Mestre de Salga, tratam da salga do bacalhau: “dos trabalhos de convés o dos salgadores é o mais insano. No porão de salga os salgadores (...) agachados, protegidos por joelheiras, salgavam e empilhavam os peixes escalados (...) mas, sem poderem usar luvas, tinham as mãos gretadas pelo sal e a sua postura era muito cansativa” (LEITÃO, 2006: p.34).

Os Redeiros, tal como o Mestre de Redes, e sob a sua coordenação, tinham a função de preparar as redes, consertá-las quando necessário e armazená-las para que estivessem utilizáveis até ao final da viagem.

Nos navios à linha, os trabalhos de convés também eram realizados mas, como todos os pescadores tinham de sair para o mar, incluindo o Contramestre, a classificação das funções era feita de acordo com a quantidade de peixe que cada homem pescasse. Deste modo, os pescadores eram classificados da seguinte forma: Especial; 1ª Linha; 2ª Linha; 3ª Linha; e Verde. Esta classificação era feita de acordo com o quadro em baixo, o qual foi elaborado através das informações retiradas dos cartões individuais de cada pescador, constantes do espólio do GANPB.

A classificação que cada indivíduo tivesse atingido no ano anterior era sempre um cartão-de-visita apelativo para os Capitães, que queriam ter no seu navio os melhores pescadores. Como refere a D. Arminda, mulher do Especial do navio-motor Capitão João Vilarinho: “o Capitão tinha muita estima por ele. O meu marido pescava sempre muito” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008). No entanto, a distribuição das classificações por navio estava imposta pelo GANPB, “nos navios que pescassem na Terra Nova, a distribuição imposta pelas autoridades para a campanha de 1937 era a seguinte: Especiais 10%; 1ª Linhas 26%; 2ª Linhas 35%; 3ª Linhas 19% e Verdes 10%” (AMORIM, 2001: p.140). A contratação relativa a estes números reporta sempre às classificações do ano anterior. Podia acontecer que a pescaria não corresse bem e o navio não tivesse nenhum Especial ou, por outro lado, um homem contratado como 3ª Linha acabasse a viagem como Especial.

Classificação	Quantidade de Pescado (em Quintais ⁷)
Especial	A partir de 250 Quintais
1ª Linha	A partir de 200 até 250 Quintais
2ª Linha	A partir de 150 até 200 Quintais
3ª Linha	A partir de 100 até 150 Quintais
Verde	Até 100 Quintais

Tabela 1: *Classificação dos Pescadores nos navios à linha*

Fonte: AMORIM, 2001; Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB

⁷ Cada Quintal é equivalente a 50,8 Quilogramas

Em termos de remunerações, as especificidades da frota também revelam algumas diferenças nos ordenados da marinhagem. Nos navios à linha, era dado ao pescador um avanço antes da viagem, repartido por duas vezes, 50% por altura do contrato apalavrado e o restante no acto da matrícula. No total, o avanço correspondia ao índice 10 do recebido pelo Capitão do navio. No final da viagem, a percentagem de cada um estava indexada à quantidade de pescado. Ou seja, um pescador Verde, que pescava até 100 quintais, recebia no mínimo o equivalente ao índice 10, os restantes pescadores recebiam consoante a classificação que tivessem obtido, recebendo o Especial o equivalente ao índice 25. Nos navios arrastões, a percentagem do final da viagem para marinhagem era igual para todos. Neste caso, não havia avanço mas todos os tripulantes tinham direito a uma mensalidade.

A marinhagem está na base da hierarquia do navio: era a categoria que cumpria as ordens e as condições de trabalho eram bastante fracas. O contacto com os oficiais resumia-se ao indispensável, sempre com muita distância. Com a mestrança, o contacto era mais aberto, mas era esta categoria que lhes dava as ordens directas e que tinha ordens para dar castigos se tal fosse necessário; por isso a relação era de “camaradagem”, mas com a consciência de ser um superior hierárquico. Dentro da própria categoria, o tratamento era de igual para igual, tendo sempre em atenção a idade e a quantidade de peixe pescado.

2.3. Os Homens de Ílhavo na Campanha de 1960

Importa saber qual a representatividade dos homens de Ílhavo nas campanhas do bacalhau e perceber a importância destes homens nos diversos navios e nas várias funções em que se dividia a hierarquia socioprofissional dentro dos navios.

Com este fim, utilizei o valioso e extenso manancial do Arquivo do Museu Marítimo de Ílhavo, no qual se encontra depositado o espólio do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau. Dentro das mais variadas informações sobre a rigorosa regulamentação da actividade pesqueira em questão, encontram-se as fichas de inscrição no GANPB, sem as quais nenhum homem se poderia matricular na pesca.

Este espólio das fichas de inscrição é composto por 19 822 impressos, ordenados alfabeticamente e divididos por 140 dossiers. A informação compreendida nas fichas é diversa, revelando o nome, data de nascimento, filiação, a origem, a proveniência, os navios, as funções e os anos em que cada homem andou na pesca do bacalhau. A maior parte das fichas foram sendo actualizadas anualmente, mas outras referiam apenas a viagem no ano da inscrição. Neste caso, recorreu-se a um conjunto de pequenos cartões, da mesma entidade,

identificativos de cada homem, com menos informação, mas complementar à encontrada nas fichas. Os jornais de época também se revelaram importantes como meios auxiliares de pesquisa.

Tendo sido escolhida a campanha de 1960 para um retrato sincrónico, verificou-se que era composta por 73 embarcações, das quais 22 navios arrastões e 51 navios à linha. A capacidade máxima de tripulações deste ano seria de 5563 homens. No entanto, apenas se encontram informações sobre 5546 homens, não se sabendo a razão de faltarem 17 homens. Para esta lacuna, sem relevância, três hipóteses podem ser admitidas: a perda das fichas ou os navios não levarem a tripulação completa que foi pedida para esse ano ou, ainda, esses homens acabarem mesmo por não embarcar.

2.3.1. O Peso dos Bacalhoeiros de Ílhavo nos Bacalhoeiros em Geral

Das 5546 inscrições encontradas, a tabela 2 representa a proveniência dos homens por Concelho de residência. O gráfico 2 apresenta, em percentagem, a contribuição de cada Concelho para a campanha de 1960.

Concelhos de Proveniência	Nº de Homens	Concelhos de Proveniência	Nº de Homens	Concelhos de Proveniência	Nº de Homens	Concelhos de Proveniência	Nº de Homens
Águeda	2	Chaves	1	Marinha Grande	3	Póvoa de Varzim	228
Albufeira	10	Coimbra	4	Matosinhos	28	Salvaterra de Magos	4
Alcobaça	8	Espinho	1	Mealhada	1	Santarém	2
Alcochete	1	Esposende	6	Mira	112	Seixal	6
Almada	23	Estarreja	10	Miranda do Corvo	1	Sesimbra	9
Amarante	1	Évora	1	Murtosa	248	Setúbal	227
Arcos de Valdevez	1	Faro	1	Nazaré	409	Silves	3
Aveiro	144	Figueira da Foz	533	Óbidos	1	Sines	4
Azambuja	5	Guimarães	1	Oeiras	10	Sintra	8
Barcelos	12	Idanha - A - Nova	1	Olhão	481	Tavira	34
Barreiro	2	Ílhavo	1209	Oliveira do Bairro	2	Torres Vedras	1
Benavente	1	Lagoa	39	Ovar	11	Vagos	32
Bombarral	1	Lagos	23	Penacova	1	Viana do Castelo	250
Braga	1	Leiria	2	Peniche	20	Vila do Bispo	17
Cabeceiras de Basto	1	Lisboa	176	Ponta Delgada	48	Vila do Conde	513
Caldas da Rainha	17	Loulé	9	Ponte de Lima	1	Vila Franca de Xira	8
Caminha	203	Loures	7	Portimão	50	Vila Nova de Gaia	243
Cascais	10	Lourinhã	1	Porto	28	Vila R. S. António	12
Castro Marim	1	Mafra	17	Porto de Mós	1	Viseu	2

Tabela 2: Proveniência dos tripulantes na campanha de 1960

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB; “Jornal do Pescador” (1959, 1960 e 1961); “O ilhavense” (1959, 1960 e 1961)

Os dados representados na tabela 2 revelam um alargado leque de Concelhos de proveniência dos homens, totalizando 76 Concelhos de origem. Já o gráfico 2 mostra que a extensão do número de Concelhos apontados como de proveniência é irrelevante para a dimensão desses homens a nível percentual. Ou seja, pelo gráfico 2 percebemos que dos 76 Concelhos de proveniência, se seleccionarmos apenas os cinco que com mais homens contribuem, verificamos que representam 56,7% do total. Se alargarmos a análise para os 10 Concelhos que têm mais homens na pesca do bacalhau, então o valor de representatividade ascende aos 78,3%. Posto isto, percebemos que a proveniência geográfica dos homens que participaram na campanha do bacalhau de 1960, sendo diversificada, é dominada por alguns Concelhos: Ílhavo (21,7%), Figueira da Foz (9,6%), Vila do Conde (9,3%), Olhão (8,7%) e Nazaré (7,4%). Só estes cinco Concelhos mais representados têm mais de 50% dos homens das tripulações.

O gráfico 2 mostra que apenas um Concelho tem valores superiores a 10%. Este único Concelho é o de Ílhavo, que contribui com 21,7% dos tripulantes para esta campanha, o que em termos absolutos corresponde a 1209 homens.

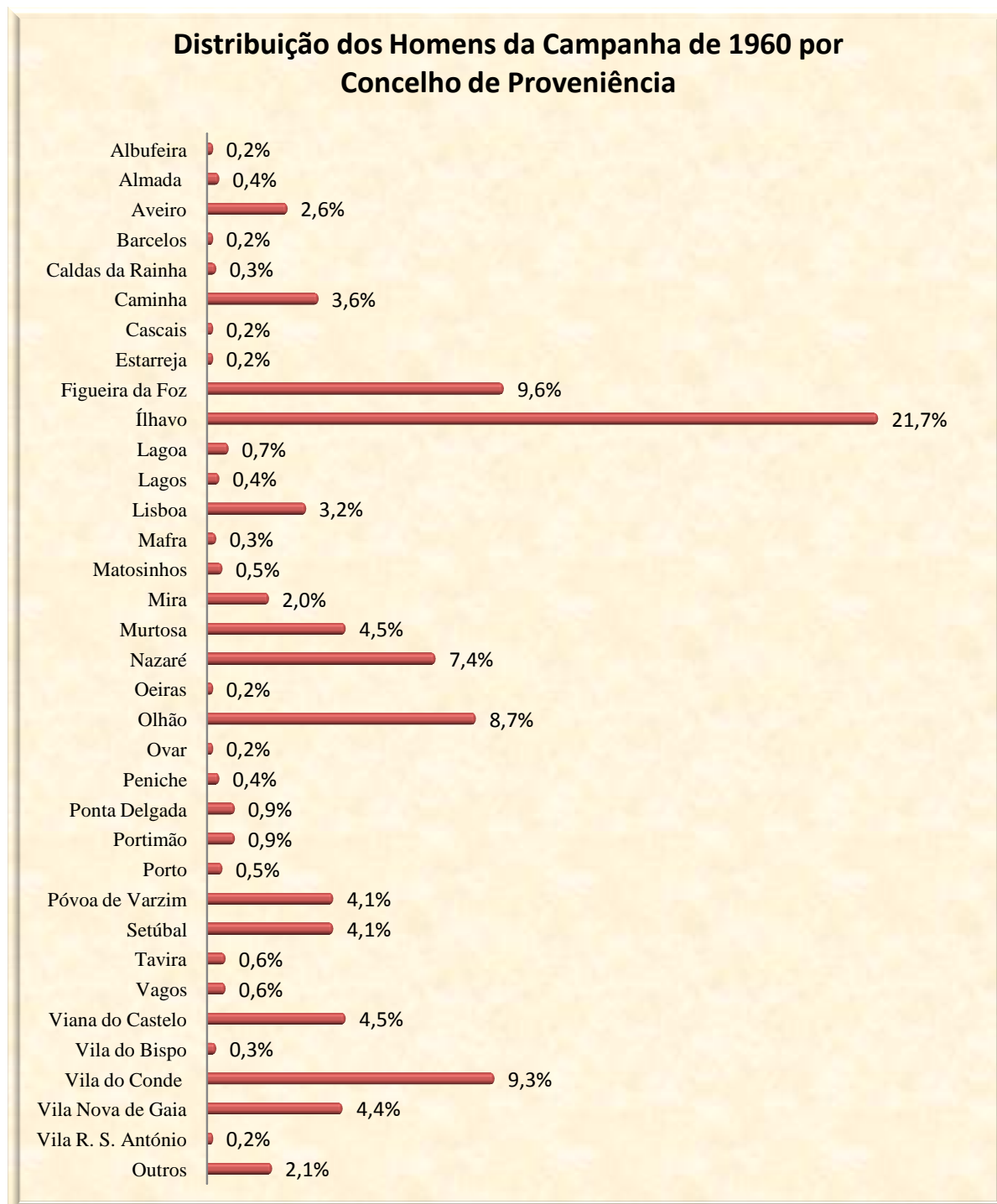


Gráfico 2: Distribuição dos homens da campanha de 1960 por Concelho de proveniência

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB; “Jornal do Pescador” (1959, 1960 e 1961); “O ilhavense” (1959, 1960 e 1961)

2.3.2. O Peso dos Bacalhoeiros de Ílhavo por Navio

Na recolha de dados realizada, verificou-se que o Concelho de Ílhavo é o único que possui pelo menos um homem em qualquer barco da frota. Os dois gráficos seguintes

revelam, em termos relativos, a importância dos homens de Ílhavo em cada tipologia de embarcação.

Nos navios arrastões a representatividade dos homens de Ílhavo apenas por uma vez ficou abaixo dos 10%, no caso do navio *Senhora das Candeias* da praça de Viana do Castelo. Por outro lado, em quatro navios da praça de Aveiro e armados pela Empresa de Pesca de Aveiro (EPA), *Santa Mafalda*, *Santa Princesa*, *Santo André* e *São Gonçalinho*, a representatividade dos homens de Ílhavo ultrapassa sempre os 50%, atingindo os 70% num dos casos. De realçar ainda que existem mais três navios em que os valores ultrapassam os 40%, o *Santa Joana*, o *António Pascoal* da praça de Aveiro e o navio *Comandante Tenreiro* da praça de Lisboa.

Deste modo, podemos verificar que o embarque de homens de Ílhavo nos navios arrastões está bastante influenciado pela proximidade do porto de amarração do navio. Porém, não deixa de ser revelador a existência de no mínimo 10% desses homens na quase totalidade destas embarcações. Por fim, constata-se que estes constituem no geral 31,5% do total das tripulações dos navios arrastões.

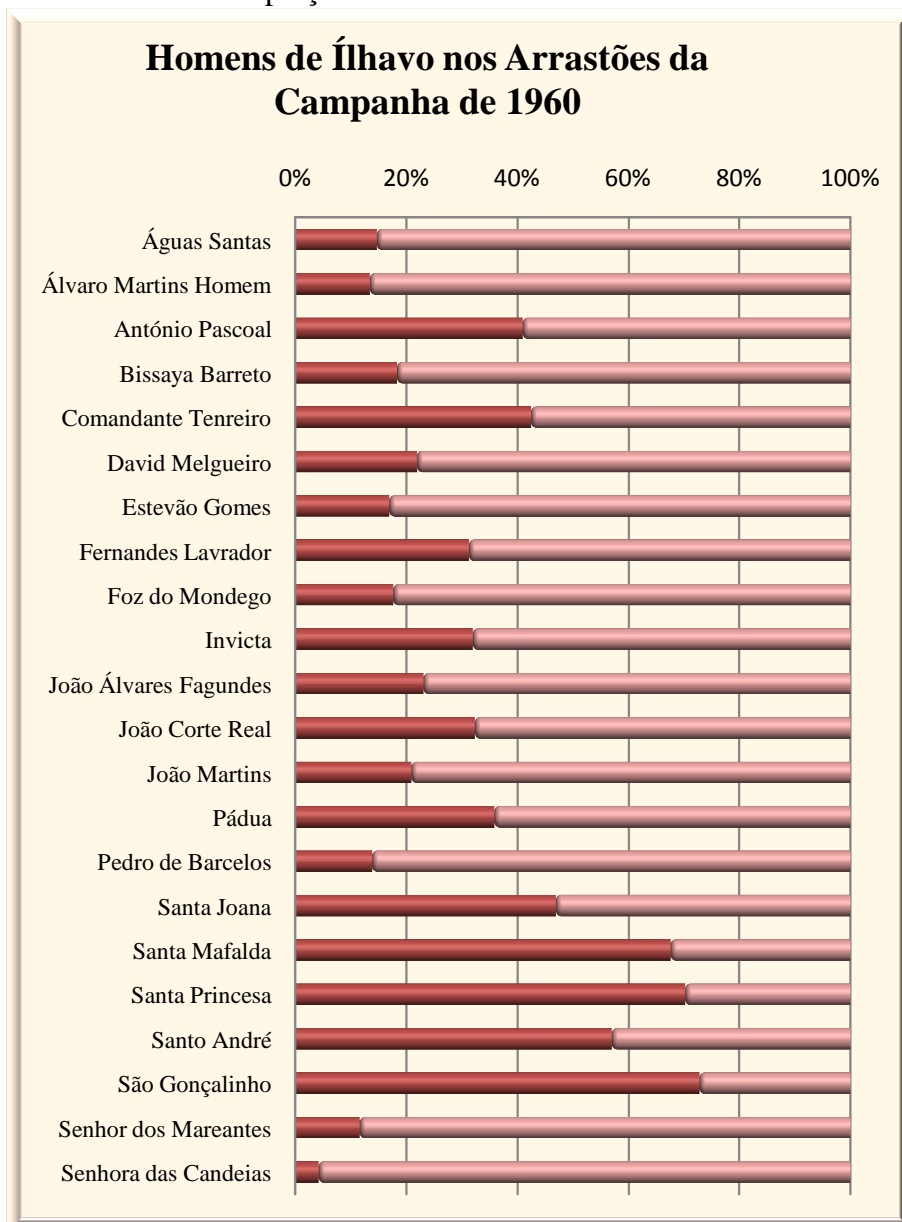


Gráfico 3: Representatividade dos homens de Ílhavo nos navios arrastões da campanha de 1960

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB; “Jornal do Pescador” (1959, 1960 e 1961); “O ilhavense” (1959, 1960 e 1961)

Nos navios à linha, o cenário muda um pouco, como se pode ver no gráfico 4.

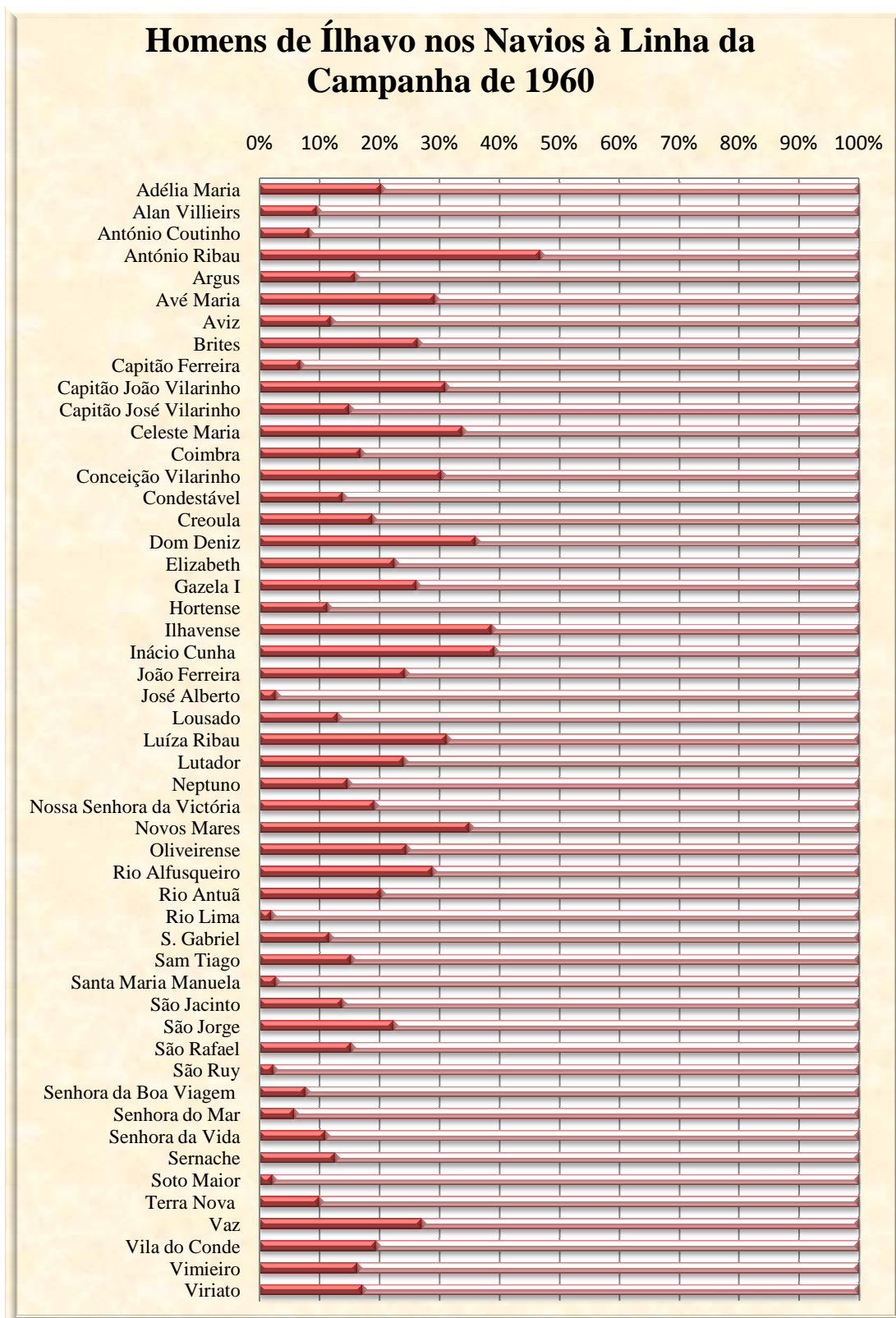


Gráfico 4: Representatividade dos homens de Ílhavo nos navios à linha da campanha de 1960

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB; “Jornal do Pescador” (1959, 1960 e 1961); “O ilhavense” (1959, 1960 e 1961)

Verificamos, ainda, que nenhuma embarcação à linha tem a sua tripulação composta por mais de 50% de homens de Ílhavo e que apenas o navio *António Ribau* da praça de Aveiro passa os 40%. No sentido inverso, já existem oito navios com menos de 10% da sua tripulação composta por homens de Ílhavo, não sendo nenhum armado por empresas da praça de Aveiro. Mesmo nos navios à linha armados por empresas de Aveiro, a representatividade destes homens situa-se normalmente entre os 20% e os 30%. Não sendo por isso de estranhar que no geral dos navios à linha estes representem apenas 18,2% do total das tripulações.

2.3.3. O Peso dos Bacalhoeiros de Ílhavo por Função

Antes do mais, verificamos, no gráfico 5, que os homens de Ílhavo estão bem representados em qualquer das categorias, sendo mesmo na categoria Mestrança mais de metade do total desta categoria. Na categoria dos Oficiais, figuram como um terço do total. Por fim, na categoria da Marinhagem, a representatividade dos mesmos é a menor das três, sendo cerca de um quarto.

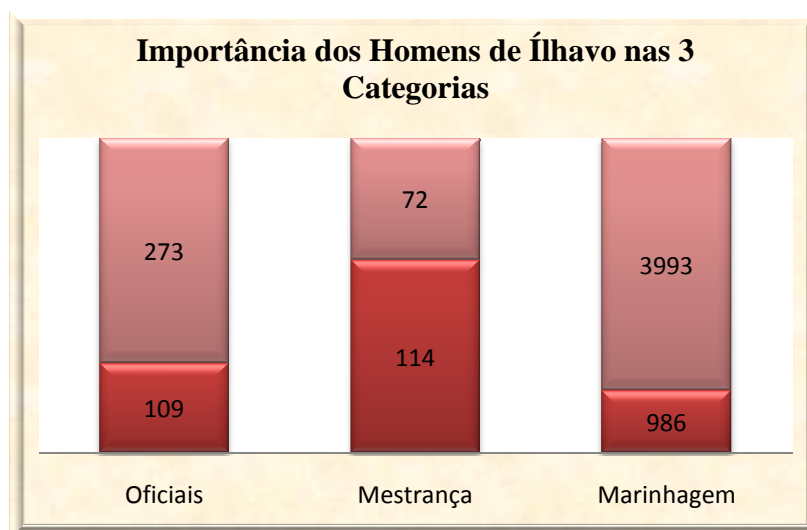


Gráfico 5: Importância dos homens de Ílhavo nas 3 categorias de tripulantes

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB; “Jornal do Pescador” (1959, 1960 e 1961); “O ilhavense” (1959, 1960 e 1961)

No gráfico 6 está apresentado o volume dos homens de Ílhavo em cada uma das diferentes funções. Dos valores obtidos, verifica-se que em quatro funções representam mais de 50% da mesma, respectivamente nos *Capitães*, nos *Contramestres*, nos *Cozinheiros e Ajudantes* e nos *Mestres de Salga*, sendo que nestas duas últimas os valores estão muito próximos dos 70%. Das funções de Mestrança só a de *Mestre de Redes* não tem preponderância dos homens de Ílhavo, deixando esse papel para os indivíduos da Murtosa. Na função *Médicos e Enfermeiros* o volume de ilhavenses é quase nulo, sendo esta dominada por

indivíduos de Lisboa. Nas restantes funções a representatividade dos homens de Ílhavo é acentuada nas funções específicas dos navios arrastões, como é o caso dos *Salgadores*, dos *Escaladores* e dos *Maduros*, algo que tem directamente a ver com a maior representação de ilhavenses nos navios arrastões. De realçar ainda a sua preponderância nas funções de *Motoristas e Ajudantes*, com cerca de 42%, funções que pertencendo à Marinhagem detém um papel de responsabilidade dentro do navio.

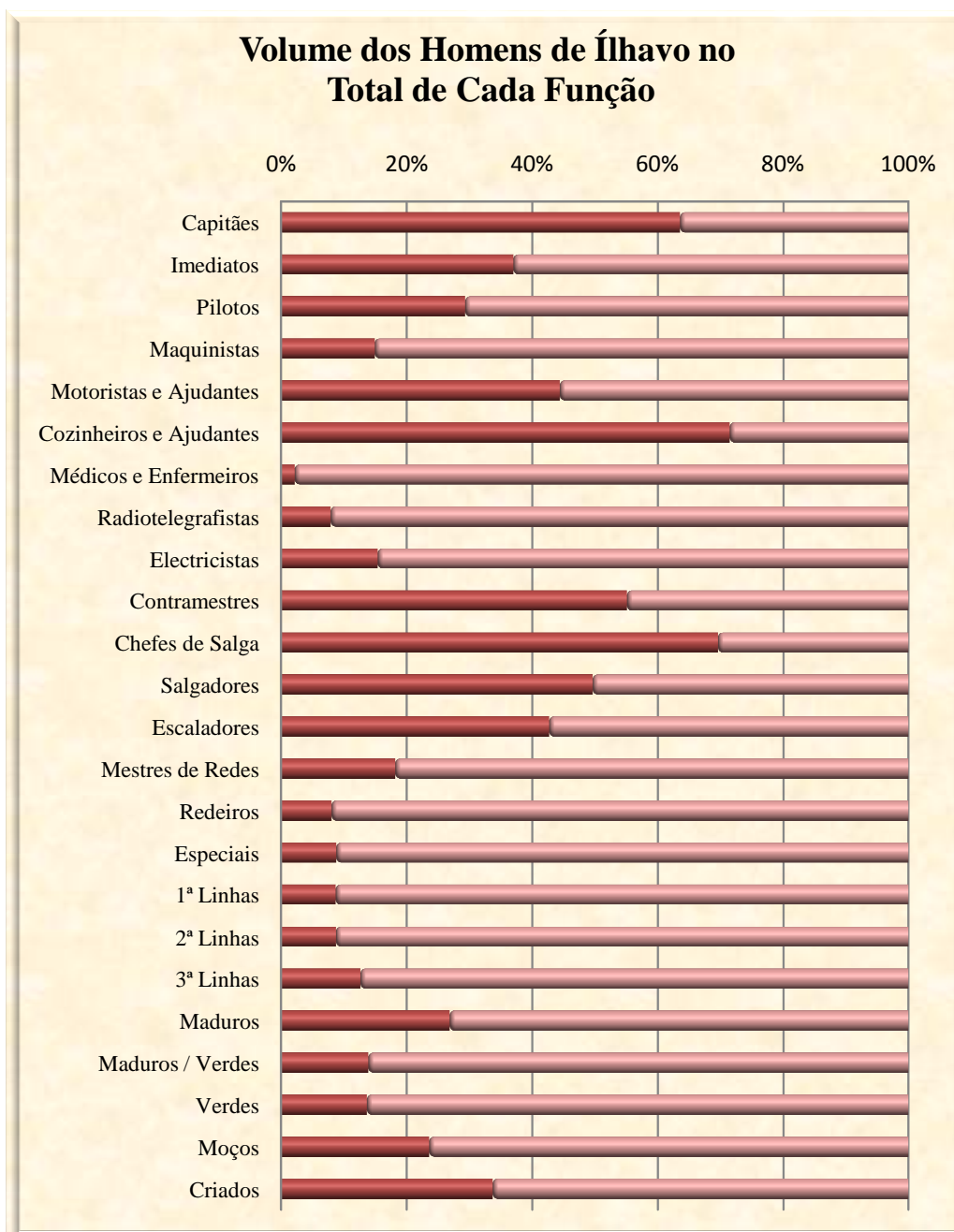


Gráfico 6: *Volume dos homens de Ílhavo no total de cada função*

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB; “Jornal do Pescador” (1959, 1960 e 1961); “O ilhavense” (1959, 1960 e 1961)

2.3.4. Caracterização dos Bacalhoeiros de Ílhavo

Os dados apresentados neste capítulo permitem-nos fazer uma caracterização dos bacalhoeiros de Ílhavo.

Assim, o gráfico 10 indica a distribuição desses 1209 homens pelas três Freguesias do Concelho: 774 homens eram da Freguesia de São Salvador, 287 da Gafanha da Nazaré e 148 da Gafanha da Encarnação. Relativamente à Freguesia da Gafanha do Carmo, uma vez que foi criada, apenas, em Setembro de 1960, não aparece referenciada no momento da inscrição para a campanha de 1960, efectuada durante o mês de Fevereiro.

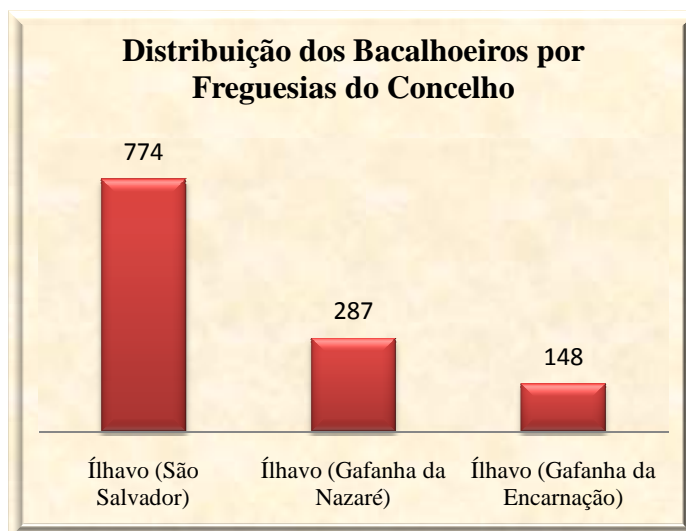
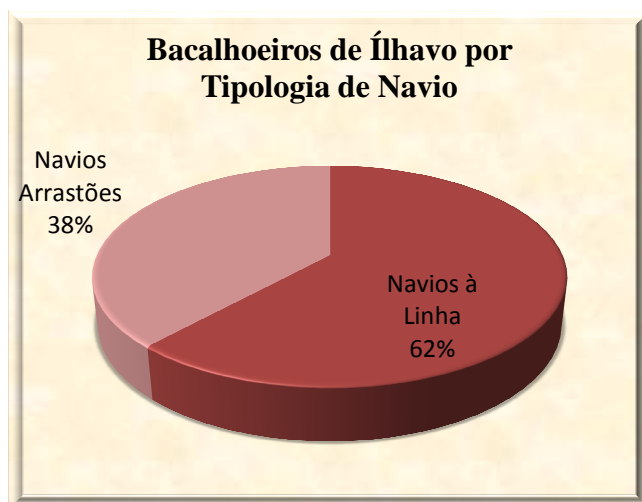


Gráfico 10: *Distribuição dos pescadores bacalhoeiros por Freguesias do Concelho de Ílhavo*

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB

Verificamos no gráfico 11 como se distribuem esses mesmos homens pelas duas tipologias de embarcações existentes: dos 1209 homens de Ílhavo, 462 homens (38%)



embarcaram nos navios arrastões e 747 homens (62%) nos navios à linha. Efectuando os navios arrastões normalmente duas viagens por campanha, era possível que por vezes existissem homens que apenas realizassem uma dessas viagens, como aconteceu com 34 casos na campanha de 1960.

Gráfico 11: *Distribuição dos homens de Ílhavo por tipologia de navio*

Fonte: Fichas de Inscrição de Tripulantes no GANPB

2.4. População e Trabalho em Ílhavo

Uma questão essencial consiste em saber qual o peso dos homens ocupados na pesca do bacalhau na população activa e na população em geral do Concelho de Ílhavo. Pretendendo-se apresentar alguns dados demográficos do Concelho de Ílhavo durante o período analisado, recorreu-se aos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística resultantes dos Recenseamentos Gerais da População dos anos 1950, 1960 e 1970. O total da população do Concelho apresenta os seguintes valores: 1950 – 21513 habitantes; 1960 – 25108 habitantes; 1970 – 23260 habitantes.

O gráfico 7 representa a distribuição da população do Concelho de Ílhavo por Freguesia nos diferentes recenseamentos. Note-se que a Freguesia da Gafanha do Carmo apenas foi criada em Setembro de 1960.

A população do Concelho de Ílhavo cresceu, pois, cerca de 15% entre 1950 e 1960. Na década seguinte, a situação foi inversa verificando-se um decréscimo de população de aproximadamente 8%.

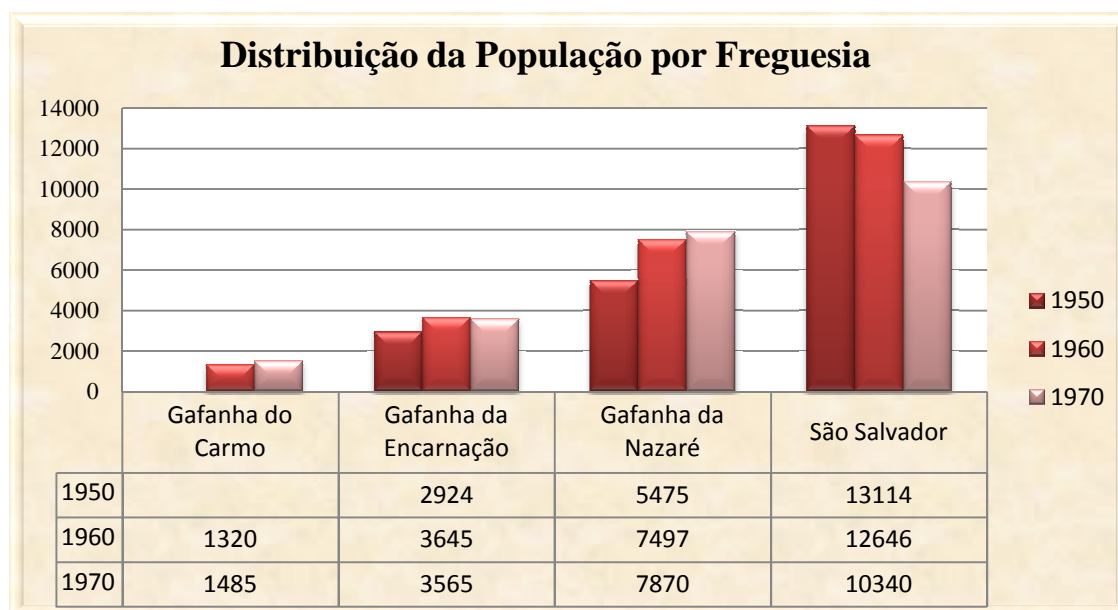


Gráfico 7: Distribuição da população do Concelho de Ílhavo por Freguesia

Fonte: Estatísticas Demográficas (INE), Censos de 1950, 1960 e 1970

Passando à escala das Freguesias, as duas mais populosas apresentam progressões distintas: a Freguesia da Gafanha da Nazaré cresceu sempre durante este período de tempo; já na Freguesia de São Salvador houve uma descida acentuada da população, na ordem dos 22%, o que provoca a descida do número de habitantes em termos gerais. De realçar ainda o facto da Freguesia da Gafanha da Nazaré, durante este período, ter aumentado a sua população em cerca de 45%, passando de menos de metade dos habitantes da Freguesia de São Salvador,

para valores muito mais próximos. Conforme refere Jorge Arroiteia, nota-se, na Gafanha da Nazaré, “a chegada de novos habitantes que, oriundos doutras freguesias, deste Concelho e do de Aveiro, se vieram instalar na Gafanha, em consequência do desenvolvimento das indústrias de seca do bacalhau e da construção naval” (ARROTEIA, 1982: p. 65).

Para além das razões apontadas por Arroiteia (1982) para explicar o aumento da população nas Gafanhas, acrescento também como uma das razões principais de tal aumento a vinda de muitos trabalhadores agrícolas e não agrícolas, oriundos do norte do país, que, atraídos pela maior fertilidade das terras desta região, aqui assentaram arraiais. Para explicar a diminuição da população na freguesia de São Salvador aponto o êxodo de muitos ilhavenses para os Estados Unidos da América. Com efeito, ainda hoje são célebres, a todos os títulos, as comunidades de ilhavenses em Newark e em New Jersey. É que, sobretudo durante a década de 1960, a par da ida para a pesca do bacalhau, os jovens tinham uma outra alternativa para não cumprir serviço militar e, conseqüentemente, não correr o risco de irem para a Guerra Colonial: a emigração para a América do Norte.

Do recenseamento geral da população de 1960 retirámos dados referentes às actividades profissionais no Concelho de Ílhavo, por sexo e por grupo profissional.

Actividades Profissionais no Concelho de Ílhavo em 1960	Homens	Mulheres
Profissões liberais, técnicos e equiparados [PLT]	98	135
Directores e quadros administrativos superiores [DQAS]	68	5
Empregados de Escritório [EE]	249	27
Comerciantes e vendedores [CV]	319	166
Agricultores, pescadores, caçadores, silvicultores e equiparados [APCS]	2642	284
Mineiros, operários de pedreiras e equiparados [MOP]	74	0
Trabalhadores dos transportes e das comunicações [TTC]	550	8
Operários qualificados, especializados e não especializados [OQE]	2776	1112
Trabalhadores especializados dos serviços, desportos e actividades recreativas [TSDAR]	322	371
Pessoas com profissão mal definida [PMD]	44	4
TOTAL	7142	2112

Tabela 3: *Distribuição por sexos das actividades profissionais no Concelho de Ílhavo em 1960*
Fonte: Estatísticas Demográficas (INE), Censos de 1950, 1960 e 1970

O gráfico 8 representa os mesmos valores da tabela, evidenciando os dois maiores sectores de actividade profissional: Agricultores, Pescadores, Caçadores e Silvicultores (32%) e Operários Qualificados, Especializados e não especializados (42%). De referir ainda que os restantes sectores não chegam a representar um terço da população.

Jorge Arroteia, na sua tese, afirma “a ocupação das actividades de pesca absorviam 25,1% da população activa” (ARROTEIA, 1982: p.92). Assim, posso concluir que o segmento dos pescadores representa a maior fatia da população activa, se tivermos em conta todos os outros segmentos dos diversos sectores.



Gráfico 8: *Actividades profissionais (em percentagem) no Concelho de Ílhavo em 1960*

Fonte: Estatísticas Demográficas (INE), Censos de 1950, 1960 e 1970

O gráfico 9, que se apresenta revela-se de grande importância, quando mais tarde o confrontarmos com o discurso das mulheres. Neste gráfico está apresentado o número de habitantes com profissão e com ocupação, por género, na década de 50 e na de 60. Nele podemos verificar que há mais homens com profissão do que mulheres, o que não é nada estranho, dada a conjuntura nacional da época. Para além disso, de uma década para a outra, aumenta o número dos homens com profissão e diminui o número dos homens com ocupação. Nas mulheres a situação é um pouco diferente: o número das mulheres com profissão mantém os seus valores e o número das mulheres com ocupação aumenta claramente, mantendo-se sempre superior ao número dos homens com profissão. O que significa que, nestas décadas,

não se verificou a profissionalização das mulheres que as retirasse assumidamente de casa. A actividade feminina continuou a ser vista como complementar da actividade do homem. Às mulheres cabia a tarefa do trabalho doméstico e da educação dos filhos.

A origem geográfica de Ílhavo, paredes meias com a laguna da Ria de Aveiro e com o Oceano Atlântico nas suas praias, ofereceu-lhe uma posição privilegiada de contacto com o mar. Por conseguinte, nos meses de Verão, as gentes de Ílhavo trabalhavam na costa oceânica. Nos meses de Inverno, ao contrário das outras populações piscatórias ao longo da costa, os *Ílhavos* continuavam em contacto com o mar por intermédio da Ria de Aveiro. Deste modo, o contacto ininterrupto com mar proporcionou-lhes lugares de destaque no panorama piscatório português.

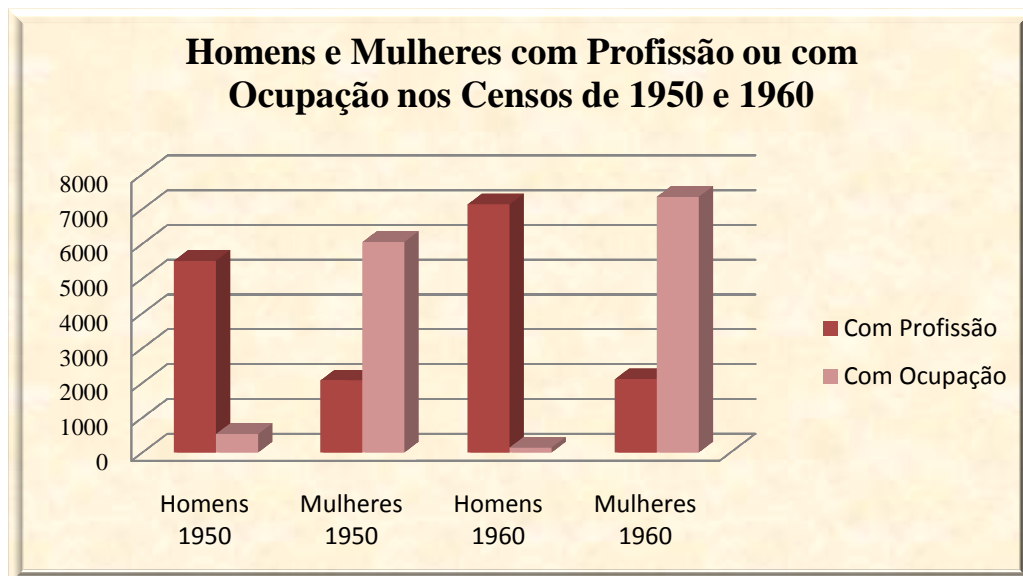


Gráfico 9: Homens e Mulheres com profissão e ocupação no Concelho de Ílhavo em 1950 e 1960
Fonte: Estatísticas Demográficas (INE), Censos de 1950, 1960 e 1970

Por altura da Organização Corporativa das Pescas, em 1937, e da regulamentação da pesca do bacalhau já muitos homens de Ílhavo participavam nas campanhas. Nas fichas de inscrição no GANPB, os primeiros 15 inscritos são Capitães, sendo a maior parte deles originários de Ílhavo, o que permite supor que o contacto privilegiado com o mar proporcionou desde cedo lugares de chefia aos homens de Ílhavo.

Depois de 1937, a pesca do bacalhau tornou-se numa fonte de criação de emprego, de possibilidade de autonomia para os jovens em relação aos pais, trabalho garantido durante seis meses, relativamente bem remunerado e sem despesas. No entanto, o Capitão São Marcos considera que, “para os jovens de Ílhavo nessa altura, a pesca do bacalhau não era uma das saídas, era a única saída possível” (entrevista ao Capitão São Marcos, Ílhavo, 04-03-2008).

Posto isto, consegue-se perceber a predominância de homens de Ílhavo na pesca do bacalhau e a abertura que os mesmos tinham para este tipo de actividade.

Como foi salientado, 21,7% da tripulação da campanha de 1960 era composta por homens de Ílhavo, representando em termos absolutos 1208 homens. Nos dados recolhidos no Recenseamento Geral da População de 1960, no Concelho de Ílhavo, o número de homens com actividade profissional é de 7142, o que significou que 16,5% da população masculina activa do Concelho se dedicava à pesca do bacalhau. Sabendo, pelos dados do INE, que o número de fogos do Concelho de Ílhavo era de 7748, os trabalhadores da pesca do bacalhau estariam presentes em 15,5% desses fogos.⁸

⁸ Os dados do INE não revelam a população activa por Freguesia, pelo que a comparação do peso dos trabalhadores da pesca do bacalhau com o peso dos trabalhadores das outras actividades não pode ser feita por Freguesia.

3. A Acção Social do Estado Novo e os Pescadores Bacalhoeiros

A criação da base sustentadora da acção social do Estado Novo aos pescadores bacalhoeiros surge alguns anos antes do período temporal abordado neste estudo. No entanto, convém explicar sucintamente a origem e as motivações que levaram à Organização Corporativa das Pescas.

O Estatuto Nacional de Trabalho, publicado em 1933, definia claramente os deveres e direitos dos diferentes parceiros sociais. Os detentores do capital tinham obrigatoriamente de mostrar preocupação com as questões sociais. Os trabalhadores deveriam garantir que o investimento financeiro realizado pelos patrões não era feito em vão, trabalhando rigorosamente em prol do sucesso de ambos. Ou seja, os interesses de cada classe, patrões e trabalhadores, eram postos de parte em detrimento dos interesses colectivos. Num outro vértice do triângulo estava o Estado, o qual tinha o dever de regular e incentivar ao bom funcionamento desta teia de relações.

Consciente do seu papel de regulador na relação entre patrões e trabalhadores, o Estado passou a interessar-se por criar condições básicas para o desenvolvimento harmonioso desta relação triangular. Deste modo, num sistema corporativo, onde todos são supostos trabalhar para um bem comum, tornou-se imperativo criar estruturas primárias que, inseridas na estrutura geral, criassem condições de regulação das relações entre os diferentes vértices do triângulo, para além de fortalecer e reconhecer as especificidades e necessidades de cada classe. Assim, a iniciativa do Estado em criar Grémios, Sindicatos, Casas do Povo e dos Pescadores, todos estes com tutela estatal, demonstra ter-se tornado impreterível a criação de bases de sustentação do triângulo relacional, levando à criação de estruturas de regulação que tivessem como base esta relação e a protecção dos interesses da classe que representavam.

No que respeita às pescas, o corporativismo preocupou-se com os seus alicerces, tomando a classe piscatória como um elemento difícil de enquadrar, mas essencial na organização corporativa. A classe piscatória revelava-se difícil pois era bastante heterogénea e dispersa geograficamente. Dentro da classe piscatória havia homens que pescavam nos bancos da Terra Nova, na costa, no rio, por conta própria, por conta de outrem, para sustento da família ou para venda. Para além desta heterogeneidade, as diferentes origens geográficas da classe levavam ainda a uma maior diferenciação social dos elementos abrangidos, pelo que só um organismo central com acção local nos diversos centros piscatórios possibilitaria a actuação desejada pelo corporativismo, como é o caso das 28 Casas dos Pescadores existentes ao longo da costa nos vários centros piscatórios.

3.1. A Expressão da Acção Social

O triângulo corporativo, com o Estado, patrões e trabalhadores em cada um dos vértices, estabelece a orgânica da indústria das pescas. Dado o seu papel regulador e mediador entre os outros dois vértices, o Estado proporcionava a cada uma das partes a sensação de plena autonomia, que no fundo não passava de mera ilusão, pois era este que ditava as regras do jogo, deixando apenas para os patrões e trabalhadores o papel de jogar.

Em relação aos pescadores, que são indirectamente parte do nosso objecto de estudo, o Estado concede-lhes a oportunidade de possuir organismos representativos e associativos. No entanto, qualquer organismo ligado aos trabalhadores é de tutela estatal e deve reger-se em prol do superior interesse nacional. Porém, existe no incentivo à criação destes organismos um sentimento de consciência social, o qual advém da responsabilização do Estado, patrões e trabalhadores, assim como das cedências destas últimas partes. Os organismos representativos dos trabalhadores não serviam apenas como controladores ou reguladores, mas também proporcionavam melhores condições de trabalho, percebiam as necessidades da classe e promoviam uma política social que tentava conciliar os interesses do Governo com as carências dos pescadores.

Com o intuito de prestar assistência e protecção social de qualidade à classe piscatória, o Estado Novo organiza uma obra social vasta e abrangente. De forma a perceber como se expressa essa acção social, apresentaremos os fundamentos das diversas formas de assistência. Ao longo da costa litoral portuguesa, as 28 Casas dos Pescadores tinham a seu cargo os cuidados primários de assistência, previdência e protecção social. É certo que cada uma dessas casas tinha as suas especificidades de acordo com as necessidades locais, mas a função da obra social era a mesma em qualquer ponto do país.

O primeiro exemplo de protecção social é a elaboração de contratos colectivos de trabalho. Ao matricular-se para as campanhas, o pescador ficava automaticamente inscrito na Casa dos Pescadores. Com este enquadramento, os trabalhadores conseguiam remunerações mais definidas, melhoramento no ambiente físico e social da actividade de trabalho, podendo usufruir também da assistência médico-social que lhes era proporcionada a si e ao seu agregado familiar. Nos maiores aglomerados piscatórios, havia à disposição dos pescadores Centros de Assistência Social, num total de 19 infra-estruturas a nível nacional⁹. O intuito destes centros seria colocar à disposição dos beneficiários, num espaço físico concentrado, o

⁹ JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES, 1962, **25 anos de Assistência à Gente do Mar**, Lisboa, JCCP

máximo de meios assistenciais, de forma a rentabilizá-los.

Os serviços prestados nestes centros podiam variar. Para além disso, esses serviços de assistência podiam também estar disponíveis, ou não, em qualquer um dos pólos das Casas dos Pescadores. Nessa assistência médico-social, nota-se a existência de Hospitais, Postos Médicos, Maternidades, Postos de Puericultura, Creches, Refeitórios, Lares, Escolas de Pesca e Casas de Trabalhos Manuais e de Ensino Doméstico. Para além das infra-estruturas, a acção social notava-se também na assistência medicamentosa, subsídios por doença, por nascimento de filhos e por falecimento de familiar. Os Bairros dos Pescadores são também fundamentais no desenvolvimento da acção social aos pescadores. Ao todo, existiam cerca de 2500 habitações, aglomeradas em bairros dispersos pelo litoral, as quais possuíam condições de habitabilidade melhores do que as anteriores. O número de habitações construídas foi certamente insuficiente para a totalidade das famílias ligadas à pesca, mas foi útil para inúmeros agregados mais desfavorecidos e numerosos.

A previdência social que o Estado Novo facultava aos pescadores era vista como bastante eficaz: “o abono de família, o subsídio de doença ou as participações nas consultas eram pagas à “boca do cofre”. Isto é, o paciente ia ao Médico, que lhe indicava uma consulta de especialidade ou determinados medicamentos. O beneficiário aviava-se, voltava ao Médico para pôr o visto na receita e à boca do cofre era reembolsado da sua participação” (entrevista ao Sr. Cabral Monteiro, Aveiro, 23-02-2008). O abono de família, como complemento social, funcionava tanto para descendentes como para ascendentes. O abono era distribuído por descendentes ou ascendentes dos profissionais da pesca: independentemente do orçamento familiar ou da dimensão do agregado familiar, o valor a receber por cada um era sempre o mesmo.

3.1.1. As Casas dos Pescadores

A criação e o regime jurídico das Casas dos Pescadores ficaram publicados no Diário do Governo de 1937, Lei nº 1953 de 11 de Março. Porém, o Estatuto Nacional do Trabalho, publicado em 1933, quando arquitectado, teve sempre em conta a criação de organismos com tutela estatal que conseguissem enquadrar as populações dos meios piscatórios no regime corporativo nacional, mas que considerassem sempre as particularidades de cada local. A complexidade e heterogeneidade das populações dos meios piscatórios levaram à cuidada arquitectação das Casas dos Pescadores. Para além disso, a existência de pescadores bacalhoeiros entre os seus associados e o facto de a pesca do bacalhau ter sido considerada

“indústria nacional” propiciou algumas especificidades na organização destas instituições. Como actores principais da “indústria nacional” impunha-se-lhes que se regessem pelos superiores interesses da nação, mas era-lhes reconhecido que necessitavam de uma assistência social melhorada.

“Cada Casa dos Pescadores funcionava sob dependência da Capitania do Porto Marítimo mais próximo. O Presidente de cada Casa dos Pescadores era simultaneamente o Capitão do Porto” (entrevista ao Sr. Cabral Monteiro, Aveiro, 23-02-2008). Ou seja, a Direcção das Casas dos Pescadores era feita por um indivíduo nomeado pelo governo, que tinha por missão aplicar as normativas estatais e ao mesmo tempo zelar pela política social aplicada em cada casa. Para além disso, o Estado Novo “limita quaisquer princípios de autogestão ao impedir a existência de assembleia-geral, institucionaliza a colaboração ordeira dos pescadores com os patrões e impõe a cooperação social entre uns e outros no financiamento das obras de assistência e previdência” (GARRIDO, 2001: p.210).

As Casas dos Pescadores podiam-se formar em qualquer ponto da costa litoral, sendo apenas necessário para o efeito que houvesse motivação e interesse por parte dos cidadãos com profissões ligadas à actividade das pescas e com cédula marítima. Cada Casa possuía estatutos próprios e adaptados às realidades de cada centro piscatório, estando legalmente dependentes dum organismo central. As Casas eram constituídas por associados, havendo para o efeito distinção entre dois tipos de associados: “o sócio efectivo, que era o pescador que se apresentasse com cédula marítima e havia os sócios contribuintes, que eram as empresas” (entrevista ao Sr. Cabral Monteiro, Aveiro, 23-02-2008).



Figura 5: Cartão de sócio da Casa dos Pescadores
Proprietária: D. Crisanta



Figura 6: Comprovativo do pagamento de quotas da Casa dos Pescadores
Proprietária: D. Crisanta

O trabalhador que exercesse uma actividade ligada à pesca, exceptuando os oficiais, e que possuísse cédula marítima era automaticamente inscrito na Casa dos Pescadores, passando a receber todo o tipo de assistência, bem como o seu agregado familiar. Ambos os sócios, tanto efectivos como contribuintes, pagavam cotas, as quais revertiam para um “fundo privativo” que cada casa possuía. Por outro lado, existia um “fundo comum” que era gerido pela Junta Central das Casas dos Pescadores (JCCP), com contribuições do Governo e receitas oriundas de taxas cobradas. O mecenato, impulsionado por Henrique Tenreiro, proporcionava o aumento gradual da área de abrangência destas Casas, pois “as empresas de pesca de Aveiro, aquando da construção do Centro Social de Ílhavo e da 2ª fase do Bairro dos Pescadores, participaram financeiramente em grande percentagem para essas construções” (entrevista ao Sr. Cabral Monteiro, Aveiro, 23-02-2008).

O órgão nacional que coordenava e fiscalizava a acção das diversas Casas era a Junta Central das Casas de Pescadores, criada pela mesma Lei de 1937, sendo então incorporada no Subsecretariado das Corporações e Previdência Social. À JCCP cabia a gestão do orçamento que o Ministério da Marinha destinava às Casas dos Pescadores e o controlo e distribuição eficaz das taxas cobradas ao comércio do bacalhau.

Para além destas funções, competia também à JCCP organizar, promover e incentivar as acções sociais já descritas. O rigor, extensão e abrangência da acção deste organismo tornou-o emblemático na doutrina corporativa e representante mor da preocupação social do Estado Novo. Veja-se o que os seus dirigentes achavam do trabalho efectuado pela JCCP, numa frase repleta de regozijo proferida pelo Delegado do Governo para o sector das pescas, o Almirante Henrique Tenreiro:

“Quem há 30 anos promettesse aos pescadores: uma casa decente para habitar; escolas para a educação dos seus filhos; libertá-los das mãos dos usurários; promover-lhes a vendagem de peixe em condições honestas; dar-lhes assistência na doença, a si, e à sua família; reforma e auxilio na velhice; assistência religiosa e organizações de carácter recreativo e cultural; seria considerado visionário ou demagogo”¹⁰

¹⁰ Discurso proferido pelo Almirante Henrique Tenreiro no jantar do XXX Aniversário da Junta Central das Casas dos Pescadores, em 2 de Agosto de 1967, Lisboa, Orbis.

3.1.2 A Casa dos Pescadores de Aveiro

A Casa dos Pescadores de Aveiro foi criada em 1938. A sua origem está directamente relacionada com a criação da Junta Central das Casas dos Pescadores, fazendo parte do núcleo original destas Casas. A sua alçada estava definida pela área de jurisdição marítima: por isso, a sua influência ia desde Espinho a Mira.

Territorialmente, a sua área de intervenção era muito grande. Por isso, nos centros piscatórios de maior dimensão, havia pólos da Casa dos Pescadores. Tal acontecia em Espinho, Ovar, Murtosa, Torreira, São Jacinto, Gafanha da Nazaré, Ílhavo e Mira.¹¹ Cada pólo poderia ter mais ou menos serviços, dependendo entre outros factores do número de utentes do pólo e das necessidades detectadas das populações. A sede de Aveiro da Casa dos Pescadores compreendia os seguintes serviços: a Direcção, a Secretaria, os Serviços Sociais, o Posto Médico, os Gabinetes Médicos, a Sala de Tratamentos, a Farmácia, a Creche e o Posto de Puericultura.

As várias delegações da Casa dos Pescadores de Aveiro tinham, no mínimo, um Posto Médico, um Posto de Puericultura e serviços de atendimento, nos quais se entregava o abono de família, se efectuavam consultas de Medicina familiar e se acompanhava e aconselhava os pescadores e seus familiares. Nestes pólos poderia haver Bairros de Pescadores, mas apenas nos núcleos de maior dimensão, como é o caso do pólo de Ílhavo. De realçar ainda a existência de Casas de Trabalho Feminino nos pólos de Mira, Ovar, Murtosa e São Jacinto.

Na opinião de Cabral Monteiro, Chefe Administrativo da Casa dos Pescadores de Aveiro, “as Casas dos Pescadores funcionavam excepcionalmente bem” (entrevista ao Sr. Cabral Monteiro, Aveiro, 23-02-2008). Porém, nas memórias das mulheres entrevistadas, as opiniões diferem entre si. Há opiniões favoráveis, assim como as há desfavoráveis. Na opinião da D. Maria Nova, para além da assistência prestada pela Casa dos Pescadores, o que mais deve ser enaltecido é a função de protecção e representação que esta exercia.

“Tinha o abono de família. Tínhamos direito às consultas que eles lá tinham. Se fosse preciso ir a um especialista eles pagavam. Como tive as filhas em casa, não precisei da ajuda deles nesse aspecto. Só precisei que me dessem leite para a filha mais velha, porque para a segunda não precisei. Se quiséssemos eles davam-nos um litro de leite por dia, que vinha do lavrador e era esterilizado num posto aqui perto, mas depois o leite começou a ser falcatrado, mas era o lavrador que lhe juntava água, e a Casa dos Pescadores pagava bastante bem ao lavrador a quem comprava o leite. Tudo bem que eles nos davam o leite, mas a farinha e a fruta éramos nós que pagávamos. Por vezes, também davam umas peças de roupa, mas era raro. Para nós aqui na Gafanha da Nazaré era muito difícil, porque só tínhamos um Posto Médico com um consultório. Para as consultas de especialidade tínhamos de ir ao Centro Social de Ílhavo. Para irmos buscar o abono de família, tínhamos de ir a pé a Aveiro. Era difícil, mas no fundo sentia-me protegida pela casa dos pescadores, qualquer coisa que

¹¹ JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES, 1962, **25 anos de Assistência à Gente do Mar**, Lisboa, JCCP

precisasse ia lá e eles aconselhavam-me. Para nós o Sr. Cabral Monteiro era como uma pessoa de família. Como não tínhamos cá o marido, a Casa dos Pescadores apoiava-nos sempre e protegia-nos muito bem. O apoio que eles me davam ajudava-me muito, não estou a falar do leite ou da roupa, mas dos conselhos que me davam.” (Entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10/03/2008)

Ao contrário desta opinião favorável, as memórias da D. Crisanta revelam algum desconsolo em relação à assistência prestada pela Casa dos Pescadores, mais propriamente em relação às ajudas oferecidas no apoio à primeira infância.

“ Não havia muito apoio. O meu primeiro filho nasceu em casa só com a ajuda de curiosas. Depois saiu uma Lei, que quem não avisasse a Casa dos Pescadores que ia ter o filho depois não recebia o enxoval. Para ter a minha filha lá chamei a parteira da Casa dos Pescadores, mas tive a filha em casa. A parteira foi paga pela Casa dos Pescadores. A parteira chegou, a menina nasceu e nunca mais vi a parteira. Foi a minha mãe e as minhas irmãs que me ajudaram a seguir.

Chegou a receber o enxoval?

Sim. Era um enxoval enorme. Davam duas fraldas, duas camisolas interiores e uma mantinha de flanela. Era tudo muito pobre, pior que o enxoval que nós tínhamos preparado. Só nos davam isto se tivéssemos chamado a parteira, porque ela assinava um papel em como tinha assistido ao parto. Com o papel que ela assinava é que fámos levantar o enxoval à Casa dos Pescadores. Se estivéssemos só à espera desse enxoval os meninos morriam de frio.” (Entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07/03/2008)

CASA DOS PESCADORES
DE F-568
AVEIRO

Beneficiário N.º 504
Nome Crisanta Ramos Loureiro
Data do nascimento/...../..... Parentesco Esposa
Do sócio efectivo N.º 3720, João Teixeira Filipe
Residência Gafanha da Nazaré
7 de julho de 1965
O Presidente,
D. António Loureiro
CAPITÃO TENENTE

Figura 7: Cartão de beneficiário da Casa dos Pescadores de Aveiro
Proprietária: D. Crisanta

Os serviços da assistência médica da Casa dos Pescadores de Aveiro possuíam várias valências. Tinham as consultas de Medicina Geral, que estavam presentes em cada pólo. Se o Médico assistente considerasse que o utente necessitava de acompanhamento por um especialista, passava uma requisição e a Casa marcava a consulta com o especialista. A rapidez e eficiência deste sistema satisfaziam simultaneamente os utentes e os dirigentes, pois tais especificidades não se encontravam na assistência aos trabalhadores de terra. Existia ainda serviço de vacinações, de enfermagem e de pequena cirurgia, enquanto para a grande cirurgia havia contratos específicos com hospitais públicos ou a possibilidade de utilização do Hospital da JCCP no Príncipe Real em Lisboa. Para além destes serviços, a Casa dos Pescadores de Aveiro proporcionava ainda visitas domiciliárias de Médicos, Enfermeiros e Parteiras. Os serviços auxiliares de diagnóstico, como análises ou radioscopias também faziam parte da assistência médica prestada pela Casa.

Ao nível de subsídios concedidos, para além do abono de família, que era mensal e abrangia todos os sócios, também eram concedidos subsídios por doença, por invalidez, por nascimento e por morte, quer do sócio, quer da mulher ou dos filhos. Para as famílias mais necessitadas, faziam-se ofertas, que se traduziam em vestuário, em géneros ou nas mais variadas formas, como óculos ou sapatos medicinais.

Na tabela 3, verificamos a importância da acção social da Casa dos Pescadores de Aveiro, em termos de assistência médica, subsídios e ofertas, desde 1954 até 1966. Nela constatamos que, em muitos os tipos de assistência, os valores atingem um pico em 1961, descendo lentamente depois desses anos. Casos diferentes só os das consultas de especialistas e análises que aumentaram mesmo depois.

Assistência prestada pela Casa dos Pescadores de Aveiro entre 1954 e 1966

	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1964	1966
Assistência Médica											
Consultas	8.692	9.224	10.186	10.503	9.469	9.438	9.849	11.273	9.060	9.291	9.903
Injecções	13.813	14.730	15.656	15.757	13.905	15.141	13.916	17.000	14.091	11.733	11.123
Vacinações		459		209	91	185	344	313	1.921		95
Cirurgias	127	113	105	120	94	76	43	25	16	20	16
Tratamentos	8.574	8.871	6.458	8.218	10.575	11.388	10.271	11.994	11.355	13.023	11.386
Partos	240	272	306	293	253	208	217	218	185	232	224
Visitas Domiciliárias de Médicos	1.287	1.174	1.108	1.198	1.034	725	1.136	1.161	1.165	832	1.016
Visitas Domiciliárias de Enfermeiras	451	385	122	704	508	477	791	1.135	918	1.004	487
Visitas Domiciliárias de Parteiras	881	1.104	1.110	1.037	790	584	709	932	676	632	610
Radioscopias	118	117	100	60	36	32	35	16	12		
Análises		30	35	55	42	54	186	335	438	989	1.105
Consultas de Especialistas		35	51	135	267	261	466	597	630	1.541	1.694
Nº Pessoas assistidas	5.057	5.675	6.388	7.745	7.514	7.420	7.324	8.333	7.397	7.875	7.283
Subsídios Concedidos											
Por doença	47	43	88	135	117	109	180	96	77	98	68
Por invalidez	11	12	12	12	12	12	34	12		12	12
Por morte do sócio	7	9	11	16	15	15	10	20	15	16	25
Por morte da mulher do sócio	3	1	2	8	3	5	3	10	11	6	5
Por morte de filho de sócio	16	18	39	22	18	29	34	39	33	40	38
Por nascimento	130	125	157	152	163	196	230	289	213	147	108
Ofertas											
Em géneros	26	8	16	63	45	116	145	188	192	241	148
Em vestuário		221	201	301	339	203	182	164	182	489	212
Outras modalidades	20	31	31	78	98	196	104	101	137	220	155

Tabela 4: Assistência prestada pela Casa dos Pescadores de Aveiro entre 1954 e 1966

Fonte: "Jornal do Pescador" (1955 a 1967)

A vila de Ílhavo era o núcleo populacional de maior dimensão para a Casa dos Pescadores de Aveiro. Por isso, desde cedo se sentiu a necessidade de apetrechar este local com condições mínimas de assistência.

Deste modo, o pólo de Ílhavo foi criado em 1945, possuindo serviços administrativos, consultório médico, creche, posto de puericultura e bar. O consultório médico estava apetrechado com equipamento de RX e de intervenção cirúrgica. Sob a tutela deste posto, foi inaugurado em 1948 o Bairro de Pescadores de Ílhavo, que era composto por 10 habitações.

Este primeiro pólo rapidamente se tornou pequeno, dado o volume de profissionais da pesca na Vila de Ílhavo. Desde 1955 que se começou a projectar a construção dum novo pólo, maior e mais capaz. Este novo pólo foi inaugurado em 1962 e ficou conhecido como o Centro Social de Ílhavo. No mesmo empreendimento foi também construído um novo Bairro de Pescadores. Estes edifícios e o antigo Bairro dos Pescadores ficavam afastados do centro da Vila, num local ermo cedido pela Câmara Municipal à JCCP.



Figura 8: Centro Social de Ílhavo e Bairro dos Pescadores

Fonte: *Jornal do Pescador*, ano 25, nº 289, Janeiro de 196, p.13

Este novo Bairro dos Pescadores era de grandes dimensões, pois era composto por 76 habitações, variando cada uma entre os dois e os três quartos. Para além dos quartos, também tinham cozinha, sala comum, instalações sanitárias, electricidade, água e esgotos.

No Centro Social de Ílhavo, aberto em 1962, funcionavam vários serviços da JCCP. Havia escola de pesca para filhos de pescadores e escola de marinhagem para actualizar pescadores adultos. Os serviços de assistência eram compostos por: maternidade, serviços de pediatria, serviços de obstetrícia, gabinetes para consultas de medicina geral, gabinetes para

consultas de especialidade e farmácia privativa. Os serviços sociais eram compostos pela creche, jardim infantil, escola de formação feminina, refeitórios, ginásio, lavandaria, departamento cultural e departamento religioso.

As memórias das mulheres de Ílhavo sobre a pesca do bacalhau e sobre os longos períodos que os maridos estavam ausentes levam-nas muitas vezes a referir a acção da Casa dos Pescadores. Depois de 1962 as mulheres de Ílhavo tiveram à sua disposição o apetrechado Centro Social, que lhes provia assistência médica e auxílio social. Deste modo, será importante conhecer as memórias que estas mulheres, utentes do Centro Social de Ílhavo, têm sobre o mesmo.

Eis a perspectiva da D. Maria Lucília, moradora do Bairro dos Pescadores conexo ao Centro Social e utilizadora privilegiada dos serviços prestados neste edifício:

“Ninguém queria vir para o Bairro dos Pescadores, diziam que ficava longe do centro da Vila. Eu fui logo das primeiras porque a casa onde estava era muito húmida e estas tinham melhores condições. Apenas tive de dar o nome e dizer que estava interessada. No entanto, ficaram muitas casas por ocupar, mas não demorou muito tempo a ficarem todas ocupadas. Porém, isto era uma ditadura. Nesse tempo ninguém tinha televisão, só havia uma televisão no Centro Social, mas tínhamos de estar à espera que a responsável chegasse. Quando ela chegava, só via o que queria e ocupava com as outras funcionárias os lugares da frente, deixando os restantes para as crianças. Era revoltante, ainda mais pelo facto de elas estarem a ser pagas com o dinheiro dos nossos maridos.

O que é que funcionava no Centro Social?

Funcionava a maternidade, a escola de pesca, infantário e posto médico. As minhas filhas mais novas andaram no infantário do Centro Social. Isto não era assim tão bom. As responsáveis eram normalmente muito más. Só uma Senhora que veio mais tarde é que era uma jóia de pessoa, que tinha sido criada do Arcebispo Trindade Salgueiro. Antes dela a comida do Infantário era intragável, nem fruta havia. Nem é bom recordar, havia muitas injustiças.” (Entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26/02/2008)

Para a D. Rosa Maria, a acção da Casa dos Pescadores era útil, mas dadas as dificuldades da altura, considerava-a pequena demais para as necessidades. Para além disso, a distante localização do Centro Social também não ajudava muito.

“Tinha lá consultas. Acho que não se pagava nada, mas já não me lembro. Quando precisava também tinha lá consultas de especialistas, mas isso já tinha dias específicos. Com os dois filhos mais novos, quando eram bebés, ia lá pesá-los regularmente. Se precisássemos de algum medicamento, a Casa dos Pescadores passava-nos a receita e nós íamos aviar. Se precisássemos de consulta de especialista a Casa dos Pescadores pagava, mas se fôssemos ao especialista e ele achasse que não havia razão da consulta, a Casa dos Pescadores já não pagava. Enquanto os miúdos eram pequenos, eles também tinham direito ao leite. Não me lembro se diariamente ou se de dois em dois dias, se meio litro ou um litro, mas que a Casa dos Pescadores dava o leite lá isso dava. O apoio não era muito, mas havia pequenas coisas.

Nunca se candidatou às casas do Bairro dos Pescadores?

“Não, porque era muito longe e nunca me agradaram muito.” (Entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27/02/2008)

Nas suas memórias, a D. Rosa Santos recorda a boa assistência e protecção que a Casa dos Pescadores proporcionava, quer ao seu marido como sócio, quer a si e aos descendentes

como familiares. No entanto, D. Rosa Santos apenas começa a utilizar os serviços da Casa dos Pescadores em 1968, numa altura em que a JCCP já tinha mais de 30 anos de experiência na assistência aos pescadores.

“Tinha o abono de família que era 40\$00, em 1970. Lembro-me que deram também 250\$00 para a aleitação. Ela nasceu no Centro Social de Ílhavo, com muitas regalias. Comparado com o que há hoje é muito pouco, mas em comparação com o que havia na altura, acho que nós tínhamos muitas regalias. Como ela nasceu na maternidade da Casa dos Pescadores, deram-lhe um pequeno enxoval. Ela nunca andou na creche, mas chegou a ir lá às festas de Natal e a receber prendinhas. Também tínhamos direito a ir lá buscar o leite mais barato se quiséssemos. Nessa altura não era nada usual as grávidas irem aos Médicos, mas nós, na Casa dos Pescadores já tínhamos um Médico para acompanhar a gravidez. O Pediatra dava consultas duas vezes por semana. A farinha para os bebés também lá podia ser comprada, pois era muito mais barata. Já tínhamos, como hoje há, o Médico de Família e se precisássemos também nos marcavam consultas para especialistas. Apesar de a nossa vida ser muito dura e de eles ganharem pouco, nós como mulheres de pescadores tínhamos muitas regalias (...) Quando a minha filha foi para a escola, recebi uma carta para a candidatar a uma bolsa de estudo, mas como ela era filha única e nós tínhamos casa própria ela não teve direito. Por isso, não preenchi mais. Por exemplo, quando o meu marido tirou o rim não pagou um tostão. Ele esteve quatro meses no Hospital do Príncipe Real em Lisboa e não pagou nada. Esse era o Hospital da Junta Central das Casas dos Pescadores. Houve outra altura, em que ele esteve um ano e meio doente e tinha um subsídio por doença da Casa dos Pescadores, que era 150\$00 por mês. De facto ele sempre teve muito apoio da Casa dos Pescadores. A Casa dos Pescadores sempre foi muito boa para nós.” (Entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03/03/2008)

3.2. Modos de Regulação Social

A edificação da acção social aos pescadores tem uma intenção socialmente reguladora. Desde o Estatuto do Trabalho Nacional, passando pela criação dos Grémios e Mútuas ligadas à pesca ou pelos organismos corporativos de representação e previdência, existem modos de regulação social. Aliás, a ideologia corporativista do Estado Novo assenta nos ideais de que todos trabalhavam para o bem comum, o fortalecimento da pátria, sendo o Governo apenas um regulador, os trabalhadores os actores e os patrões o capital.

Porém, certos traços culturais e sociais das comunidades piscatórias poderiam ser difíceis de compatibilizar com a organização corporativa das pescas.

De facto, Sally Cole, no seu trabalho sobre as “pescadeiras” de Vila Chã, revela a visão que outros grupos sociais tinham da classe piscatória: “os lavradores ricos não permitiam que os seus filhos se dessem com os filhos dos marítimos, ensinavam-lhes a pensar que os pescadores eram mal-educados, porcos, preguiçosos e bêbedos” (COLE, 1994: p.64). A autora realiza ainda uma pequena incursão em várias etnografias marítimas em sociedades complexas, em que a visão que os outros grupos sociais têm dos pescadores não difere muito da que ela encontrou em Vila Chã.

Dentro da mesma classe havia normalmente o sentimento de união e de cooperação. A vida no mar é incerta. Tem dias de fartura e dias de miséria. O Mar normalmente dá, mas por

vezes também tira. Só a forte coesão social dentro da mesma classe permite ultrapassar as vicissitudes. A classe piscatória percebe a visão que os outros têm de si, por isso tende a ser uma comunidade fechada, com valores próprios muito fortes, com casamentos dentro da mesma classe e sem grandes oportunidades de mudança de ocupação. A ascensão social e a coabitação de classes quando acontecem são fortuitas. Os pescadores não as procuram, nem as outras classes estão abertas a tal. (NUNES, 1993; COLE, 1994; MENESES, 1996)

A antropologia das sociedades complexas apresenta-nos vários casos de comunidades que têm fortes valores próprios e que são estigmatizadas e desacreditadas por não se regerem pelas orientações sociais e valores culturais da sociedade em que estão inseridas. (BLOK, 1974; CUTILEIRO, 1977; PINA CABRAL, 1989; MADDIX, 1993) O mesmo acontecia com as comunidades piscatórias portuguesas antes do Estado Novo. A visão estratégica do Governo salazarista foi evidente e assentou em três motivos: o Estado precisa da classe piscatória, os valores próprios da classe podiam ser utilizados a favor do Estado, mas seria sempre necessário haver regulação social de modo a que houvesse um perfeito equilíbrio entre os valores do Estado e os valores da classe. Álvaro Garrido refere que “as sugestões de um corporativismo puro e mais chegado aos valores cristãos cediam o passo a uma solução empírica capaz de garantir a «paz social» nos centros piscatórios e uma colaboração estreita do «trabalho» nas políticas de fomento a impor pelo Estado aos armadores” (GARRIDO, 2004: p.154). A paz social que o autor refere representa a não usurpação instantânea dos valores culturais e sociais dos pescadores, notando-se neste processo que há a intenção, por parte do Estado Novo, de “domar” e sociabilizar a classe piscatória.

O equilíbrio de interesses dos pescadores, dos patrões e do Governo é mantido, conforme vimos, pelos organismos corporativos de representação e previdência pelos quais passa a missão de “socializar” a classe piscatória. O “Jornal do Pescador”, como órgão de divulgação da obra social da JCCP, expressa vastas vezes nas suas edições conselhos de valorização profissional, pessoal e familiar, tanto para os pescadores como para as suas famílias. Estes artigos serviam normalmente para enaltecer o trabalho da Junta, mas também davam maior dimensão aos valores incutidos nas Casas dos Pescadores. “O Jornal do Pescador existia exclusivamente para relatar tudo o que estivesse relacionado com a Junta Central das Casas dos Pescadores” (entrevista ao Sr. Cabral Monteiro, Aveiro, 23-02-2008).

Num destes artigos de formação de valores, encontramos 12 indicações de como ser melhor homem, profissional e pai:

- Deus, Pátria, Família e o Mar, devem ser para ti, os quatro pontos cardiais que norteiam a tua vida.
- Pescador, não temas o vento rijo e o mar encapelado, que a morte poupa os valentes.

- Pescador, ama com sinceridade a tua profissão, se quiseres ver Deus abençoar o teu trabalho.
- Pescador, respeita e estima a farda do marinheiro português; é um símbolo da tua Pátria e será a tua própria farda quando amanhã fores chamado a defender Portugal.
- Pescador, confia nos teus dirigentes; segue os seus conselhos, pois eles são os teus melhores guias.
- Pescador, honra sempre a tua profissão.
- Pescador, não desanimes se o teu companheiro fizer melhor pesca; confia em ti, pois não há corpo fraco quando a alma é forte.
- Pescador, não tomes o trabalho como castigo, pois ele é a mais nobre e honrada ocupação do homem.
- Mais homens se afogam no vinho do que no mar.
- Sê esforçado no mar, se queres fartura no lar.
- Se queres ter peixe e boa sorte, não temas o mar nem a morte.
- Pescador, na luta pelo engrandecimento da tua Pátria, não há profissões humildes; todas são igualmente honrosas quando o amor do trabalho existe.¹²

Com a mesma função encontramos outro artigo que apresenta as máximas da educação, onde se aconselha os pais sobre a melhor forma de tratar os filhos:

- Não deixe os seus filhos dias inteiros na rua, expostos ao sol, aos carros que passam, aos perigos que a sua inocência provoca.
- Às raparigas ensine a coser, a limpar e arrumar a casa. Aos rapazes, utilize-os também nas tarefas caseiras. Faça-os estudar, ler alto, ensine-os a cantar, a serem alegres.
- Não queira que o seu filho lhe tenha medo. Respeito e Amor, isso sim!
- Ninguém há que seja tão pobre que não possa dar alguma coisa. Consolar os aflitos, encorajar os desesperançados e estender a mão ao que precisa, é distribuir uma fortuna.
- Um homem só é grande e forte quando se une aos seus irmãos, quando serve o dever e sente gratidão pelos bens recebidos.
- O que aprende a ler e a escrever torna-se independente e não necessita que outrem conheça os seus íntimos segredos.
- Entre os serviços que uma mãe pode prestar aos seus filhos, não há outro que exceda o de ajudar a conhecerem-se a si mesmo e a descobrirem a mensagem que Deus lhes confiou para a humanidade.
- A Guerra e a Paz estão nas mãos da família: dos pais e dos educadores.
- Para conduzir à felicidade, não há melhor caminho que o trabalho.
- A mentira abre a porta a todos os vícios, mormente ao roubo. Para quê mentir?¹³

As Casas de Trabalho Feminino e de Ensino Doméstico revelam-se preponderantes na acção da regulação social dado que a ausência do homem na sua actividade profissional, de maior ou menor duração, desprovia o agregado familiar da figura masculina, deixando à mulher a responsabilidade de gerir a casa e de educar os filhos. Com a perfeita noção da responsabilidade que as mulheres tinham, a JCCP possuía 30 Casas de Trabalho Feminino¹⁴

¹² “Jornal do Pescador”, ano 9, nº 104, Agosto de 1947, p.7

¹³ “Jornal do Pescador”, ano 23, nº 275, Novembro de 1961, p.42

¹⁴ JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES, 1962, **25 anos de Assistência à Gente do Mar**, Lisboa, JCCP

espalhadas por todo o país, com 641 alunas no total. Não eram só as filhas que utilizavam essas casas, as mulheres dos pescadores tinham muitas vezes sessões de esclarecimento e formação sobre assuntos do foro doméstico, “de modo a suprimir as deficiências do meio, tendo em vista cultivar e valorizar a mulher na sua função sublime de esposa e mãe, contribuindo para o desempenho da delicada missão para que Deus a destinou”¹⁵.

Enquadrado nas premissas do Estado Novo, a Fé à Igreja Católica acompanhou sempre a acção social da JCCP, pois era necessário incutir “sã formação moral nos lares dos pescadores, que o mesmo é dizer para a formação de elementos de valor social positivos na sociedade portuguesa”¹⁶. Ou seja, ao apelar à Fé dos pescadores na Igreja Católica, o Estado Novo procurava incutir os valores culturais, sociais e familiares que permitissem a inclusão sustentada da classe piscatória na sociedade por ele tutelada.

¹⁵ “Jornal do Pescador”, ano 23, n.º 272, Agosto de 1961, p.49

¹⁶ “Jornal do Pescador”, ano 23, n.º 265, Março de 1960, p.16

4. Memórias da vida quotidiana

No presente capítulo tenho como objectivo dar voz às memórias das mulheres dos bacalhoeiros de Ílhavo, fazendo uso dos testemunhos orais recolhidos que incidem sobre aspectos do dia-a-dia das mulheres e das suas vivências enquanto mulheres de bacalhoeiros. Assim, procurarei dar realce às memórias que representem o *modus vivendi* dessas mulheres, tendo em conta os aspectos familiares, sociais, económicos e emocionais patentes nos seus testemunhos bem como aos dois eventos, a Hora da Saudade e a Festa do Senhor Jesus dos Navegantes, os quais mereceram especial destaque nas memórias recolhidas.

As memórias das experiências pessoais de cada mulher estão dependentes de vários factores, sendo de lembrar que, de acordo com a análise já realizada, a dimensão social da pesca do bacalhau passa pela tipologia do navio e pelas diferenças entre categorias socioprofissionais.

Numa referência às mulheres dos pescadores bacalhoeiros de Caxinas, Maria Luísa Rocha afirma que a mulher se apresenta “com uma elevada desenvoltura, a quem competia a responsabilidade de todas as acções do quotidiano no domínio público e doméstico, bem como na resolução de todas as dificuldades” (ROCHA, 1996: p.133). Apresentar-se-ão as mulheres de Ílhavo da mesma forma que as mulheres de pescadores bacalhoeiros de outras comunidades? Dentro da mesma comunidade, o que une estas mulheres e o que diverge nos seus testemunhos?

Os perfis sociodemográficos das 11 mulheres de pescadores bacalhoeiros entrevistadas em 2008 poderão reflectir ou influenciar as memórias orais.

Qualquer uma destas mulheres é procedente do Concelho de Ílhavo. Na época a que se reportam as memórias, das onze mulheres entrevistadas, duas habitavam a Freguesia da Gafanha da Nazaré, uma a Freguesia da Gafanha da Encarnação e duas o lugar da Gafanha d’Aquém, sendo as restantes, habitantes da Freguesia de São Salvador.

As idades dessas mulheres variam entre os 84 anos no máximo e os 62 anos no mínimo, estando quatro delas com mais de 80 anos, cinco entre os 70 e os 80 anos e apenas duas com menos de 70 anos. Os agregados familiares destas mulheres eram geralmente compostos pelo casal e filhos. Apenas em dois casos se notam diferenças, fazendo parte do agregado uma mãe e uma irmã. Porém, a dimensão do agregado familiar não é uniforme e varia consoante o número de filhos, entre os sete num caso e apenas um num outro. Contudo, o número de filhos mais frequentemente encontrado é de três por casal, sendo esse o número apresentado por seis das onze mulheres entrevistadas.

Das onze mulheres entrevistadas, oito declararam ser domésticas no momento a que se reportavam as memórias. Das três que disseram que trabalhavam fora de casa nessa altura, havia uma professora da Escola Primária, uma criada de servir e uma lavradora.

As profissões dos maridos também variavam, havendo neste núcleo 2 Capitães, 1 Imediato, 1 Contramestre, 1 Cozinheiro, 1 Motorista, 1 Salgador, 2 Especiais e 2 Maduros.

Para além das memórias orais das 11 mulheres de pescadores bacalhoeiros, será também utilizado o testemunho da D. Maria da Borda, filha de merceeiro que tinha a loja junto ao cais dos bacalhoeiros na Gafanha da Nazaré. A entrevistada colaborava com os seus pais na mercearia e retrosaria, onde trabalhou em solteira e depois de casada, assumindo a gerência. Deste modo, tinha a oportunidade de interagir com trabalhadores da pesca do bacalhau e seus familiares, tendo assim uma visão exterior da vida quotidiana das mulheres dos bacalhoeiros. Para além disto, a pertinência deste testemunho deve-se a outros dois factores importantes. No primeiro caso, a loja da D. Maria da Borda vendia fiado, não só a marítimos, mas a sua localização auxiliava o quotidiano das famílias dos pescadores bacalhoeiros. No segundo caso, em relação à Hora da Saudade, enquanto solteira a D. Maria da Borda foi convidada a colaborar na preparação do espaço onde se realizava a Hora da Saudade, o que pode ser revelador do ambiente vivido neste evento.

4.1. Ir e Voltar

4.1.1 Calendários Diferenciados

Nos navios arrastões as presenças em casa variavam entre os 15 dias e um mês. Nos navios à linha o tempo de presença em casa dependia da duração da viagem, mas nunca era menos de cinco meses. Sobre os navios à linha, afirma D. Maria Júlia, mulher do Imediato do navio-motor Capitão José Vilarinho:

“Normalmente estava ausente 6 meses. Eles saíam da Gafanha em meados de Março em direcção a Lisboa, onde estavam cerca de 15 dias a fazer os preparativos para a viagem. Durante esse período em que estavam em Lisboa, também acontecia a Bênção dos Bacalhoeiros, que geralmente era no 1º domingo de Abril. Só em princípios de Abril é que partiam para a Terra Nova. Às vezes, quando o calendário permitia, ainda passavam a Páscoa, mas geralmente, depois da bênção começavam todos a partir. Normalmente regressavam todos em Outubro, uns mais cedo outros mais tarde. Por exemplo, quando nos casámos em 1956 ele veio mais cedo e chegou no dia 29 de Setembro, porque a viagem correu melhor e pescaram mais.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

O testemunho da D. Crisanta, mulher do Especial do navio-motor Novos Mares, navio este à linha, é revelador do tempo de presença do marido em terra:

“Normalmente estava cá 5 ou 6 meses, mas isso dependia sempre da duração da viagem. Como o primeiro barco em que ele andou era à vela, nem sempre o vento estava na direcção certa. Houve um ano que já só chegou em Outubro. Portanto, ele só cá estava durante o Inverno. Mal ele chegava eu começava logo a lavar a roupa suja que ele trazia, para que na altura da partida estivesse tudo prontinho. Nem colchões lhes davam (...) Tínhamos de comprar o pano próprio para fazer o colchão e éramos nós que o fazíamos em casa, para depois o enchemos de palha de cevada. Por outro lado, a empresa dava o pano para fazer a vela do bote. Ele trazia-a talhada e era eu cá em casa que a cozia à máquina. Eu gostava muito de lhe cozer a vela, mas dava-me muita mágoa, pois sabia que ele ia embora.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

Nos navios arrastões, o período de presenças variava de acordo com a altura do ano. No Verão, as presenças eram mais curtas e no Inverno um pouco mais longas. O discurso oral da D. Natália, mulher do Capitão do arrastão Santa Princesa, permite conhecer o tempo de presença dos homens embarcados nos navios arrastões:

“O máximo de tempo que ele estava em casa era 2 meses. E mesmo assim, chegava num dia e no dia seguinte ia logo para a Gafanha para a descarga do bacalhau. Nós nem metade do tempo vivemos juntos. Eu tinha um professor no Magistério Primário que dizia: “vocês, raparigas de Ílhavo, são viúvas de homens vivos”, o que era um facto, pois eles passavam mais tempo no barco do que em casa. Nos lugres as viagens eram de 5 meses, mas nos arrastões eles saíam em Fevereiro e voltavam em Julho, estavam cá 15 dias e voltavam para a pesca, de onde só regressavam em Dezembro, antes do Natal. Graças a Deus ele só passou um Natal no barco, os outros passou-os todos com a família.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

O testemunhou a D. Auzenda, mulher do Contramestre do arrastão Fernandes Lavrador, confirma os calendários dos navios arrastões:

“Como andava nos arrastões normalmente saía em Janeiro e vinha em Julho. Na segunda viagem ia em Agosto e vinha em Dezembro.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

As memórias da D. Rosa Santos também revelam o tempo das presenças do marido, o qual também andava nos arrastões: os homens dos arrastões estavam presentes em casa menos de um quinto do ano, ao contrário dos homens embarcados nos navios à linha, que chegavam a estar presentes em casa quase metade do ano.

“Lembro-me que ele uma vez escreveu e disse-me que tinha feito as contas e que no ano anterior só tinha estado em casa 70 dias no total. Quando ele chegava a roupa tinha de ser logo lavada. Zelavam o navio, metiam mantimentos e iam embora. Não me lembro ao certo, por vezes não estavam cá muitos dias, mas outras vezes chegavam a estar um mês.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

Os períodos de presença em terra não significavam automaticamente tempo de presença em casa, porque era necessário descarregar o navio, zelar pela sua condição e providenciar a viagem seguinte. No caso dos navios arrastões o curto espaço de tempo entre cada viagem implicava uma dedicação maior às tarefas relacionadas com o navio. Nos navios à linha, como os períodos entre viagens eram mais longos, as tripulações não precisavam de estar a trabalhar no navio e podiam arranjar outros pequenos trabalhos sazonais.

Enquanto Capitão, o marido da D. Beatriz ocupava a maior parte do seu tempo de

presença em terra na descarga do navio e na preparação da viagem seguinte, isto porque comandava um arrastão. O tempo efectivo em casa era reduzido, porque o Capitão tinha de estar completamente dedicado ao navio que tinha ao seu comando.

“Enquanto não descarregava por completo o barco, o meu marido ia todos os dias assistir à descarga (...) Depois, da descarga feita tinha de estar a orientar a saída seguinte. Por isso, estava sempre ocupado, mas o que vale é que vinha dormir a casa. Quando se sentia mais cansado ficava uma viagem sem ir.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

Tanto para os tripulantes dos arrastões como para os dos navios à linha os tempos de presença em terra podiam ser ocupados com trabalhos na descarga do navio, de preparação da viagem seguinte ou com outros afazeres na empresa armadora. Nas memórias da D. Célia e da D. Arminda, os trabalhos dos maridos durante as presenças são destacados como importantes para manter o equilíbrio financeiro, mesmo encurtando o tempo de presença em casa:

“Graças a Deus não estava sempre em casa, pois nunca lhe faltou trabalho quando estava em terra. Normalmente no dia seguinte à chegada ia logo para o barco fazer a descarga. Enquanto houvesse descarga para fazer ele não saía da Gafanha, só vinha dormir a casa (...) Felizmente não lhe faltava trabalho, por isso estava em terra, mas não estava propriamente em casa sem fazer nada.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

“No fundo, ele passava mais tempo no mar do que em casa. Quando estava em terra não estava sempre em casa, porque o patrão queria-o sempre na empresa, porque ele arranjava os botes e era muito trabalhador. Como chegou a ser Contramestre, o patrão depositava nele muita confiança. Era ele que arranjava a tripulação e que andava sempre atrás dos melhores homens para a pesca. A função de Contramestre obrigava-o a estar muito tempo na empresa. Por isso, estava em terra, mas não estava em casa.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

Os testemunhos da D. Maria Lucília e da D. Rosa Maria revelam que não era frequente os seus maridos terem outras ocupações durante as presenças em terra, o que prejudicava o equilíbrio financeiro e a estabilidade do lar:

“Depois, também tínhamos o problema do meu marido não ser muito trabalhador. Quando estava em terra não era capaz de arranjar um trabalho na empresa, ou na descarga ou em qualquer lado. Até comprou uma motorizada, mas nunca queria ir. Se quando ele cá não estava já era difícil, então quando ele cá estava ainda mais difícil era. Era mais uma boca a comer, mas sem haver ordenado. O que valeu sempre foi o meu trabalho e a minha mãe.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“Dependia, mas estava em casa de 15 dias a um mês. Quando estava em terra nunca ia para Lisboa, porque o Capitão José Rocha, que era uma pessoa muito conscienciosa, não o queria levar, porque em Lisboa, com o vinho e com as prostitutas ele desgraçava-se. Era um problema. Vinha com doenças para casa.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

4.1.2. Partidas

A mulher do pescador do bacalhau vive incessantemente entre duas realidades distintas: a da ausência do marido, em que a mulher se vê como que invadida por sentimentos de dor, sofrimento e infelicidade, e a da sua presença, em que o estado emocional das

mulheres é por vezes contrariado.

As partidas, como portas para a realidade das ausências, despertam nas mulheres as memórias mais tristes. Nos testemunhos da D. Beatriz e da D. Natália, as duas mulheres de Capitães, percebemos que ambas não compareciam às partidas, de forma a não agravar os seus sentimentos:

“Lembro-me de todas, porque ficava sempre muito triste, o que vale é que ele me mandava muitas notícias, que iam atenuando a dor. Para muitas mulheres as partidas eram um alívio, mas para mim e para muitas outras custava muito. Como nunca fui a uma saída do barco, o que posso dizer é que mal ele saía da porta de casa eu sentia logo uma angústia muito grande, muitas saudades e muita tristeza.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Eu nunca assisti às partidas dele, porque não queria ver o barco sair. Isto porque o dia de chegada não compensa o dia da partida. Não queria que ele me visse como uma “Maria Chorona”, por isso nunca ia às partidas. Só os apitos do barco matavam-me, por isso ficava em casa para não me enervar (...) É a minha natureza, mas eu sou muito pessimista.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

Por outro lado, encontramos testemunhos de mulheres que iam às partidas.

“Eu costumava ir com ele a Lisboa, para as partidas. Gostava de estar lá com ele, mas quanto mais tempo estivesse, mais dinheiro do avanço gastávamos. Dinheiro esse que iria fazer falta quando ele cá não estivesse. Lembro-me bem de uma saída em Setúbal. Estava toda a gente no cais a despedir-se, tudo a chorar e gritar. Eu não chorava. Eu chorava era se ele não fosse, porque se ele não fosse não havia dinheiro em casa. O barco saiu e à ida para o comboio encontrei numa taberna uma grande parte das mulheres que estavam no cais a chorar, todas felizes a comer e a beber, a rir e a falar. Pensei para comigo: é só fogo de vista. Eu por vezes podia parecer fria por não chorar, mas sabia que se ele não trabalhasse também não ganhava. Tomaria eu que ele fizesse as duas viagens. Mas ao menos não chorava pela frente e ria por trás.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“A cerimónia era nos Jerónimos e a frota estava toda atracada no meio do Tejo. Era muito lindo. Só depois da missa é que os barcos que estivessem prontos se iam embora para a pesca. Antes de partirem os barcos começavam a apitar, até fazia doer o coração. Ia sempre de comboio até Lisboa, juntamente com outras mulheres que tinham os maridos no barco do meu. Eu gostava muito de ir à Bênção, mas o meu homem ainda gostava mais por eu estar lá ao pé dele antes de ele ir para a pesca.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

Normalmente as partidas não variavam muito, pelo que aquelas que possuem algum acontecimento especial são as que mais são recordadas nas memórias das mulheres.

“Uma vez o barco estava para sair e ele estava a trabalhar com o guincho e cortou um dedo. Como cortou o dedo já não saiu, ficou no Hospital do Príncipe Real até recuperar. Foi dois ou três dias mais tarde num outro barco que também ia para o bacalhau. Eu fiquei muito aflita, porque eu estava lá em Lisboa para ver a saída. Quando me apareceram com ele, com o dedo cortado e cheio de sangue, ia-me dando uma coisa. Lá o levaram para Hospital e ele passou a noite toda cheio de dores. Graças a Deus não ficou sem o dedo, mas fiquei em grandes cuidados. No entanto, os dias da despedida eram todos tristes.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aguém, 26-02-2008)

“Lembro-me muito bem da última saída dele. Eles saíram normalmente e já estavam fora da barra, quando se avaria uma peça do motor e tiveram de voltar para trás para a vir buscar. Nem quis acreditar, mas ele não vinha muito satisfeito, porque uma vez que já tinha sofrido uma partida já não queria sofrer outra. Arranjaram a peça, mas tinham de ir buscar um papel a Lisboa. Saíram da barra de Aveiro no dia 24 de Abril de 1974 pela manhãzinha. Durante a noite, ele estava ao leme e deixou de ouvir comunicações. Nem ele nem o Capitão perceberam o que se estava a passar. Quando chegaram a Lisboa, no dia 25 de Abril de manhã os pilotos contaram-lhes que se tinha passado a

revolução e aconselharam-nos a não ir a terra, mas eles não podiam sair para a pesca sem o dito papel. Eles já nem tinham ordem para atracar. Então, lá foi o João Zagalo [marido] pelo meio da confusão toda buscar o papel. Lá saíram para o mar, mas já não pescaram mais. Os outros pescadores começaram a saber que havia greves a bordo e também começaram a fazer greve. O navio esteve atracado mais de um mês em St. John's sem pescar (...) o João e os mais velhos não fizeram greve, mas os outros selvagens nunca deixaram de fazer greve. Não queriam era trabalhar (...) Depois dessa viagem ele não foi mais ao bacalhau.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

A D. Maria Lucília, mulher do Motorista do arrastão António Pascoal, realça uma partida em particular como o pior momento que viveu enquanto mulher de pescador bacalhoeiro:

“O pior momento foi uma vez que fui a uma saída a Lisboa. O barco precisou de ir a Setúbal e as mulheres foram lá ter no dia a seguir. Nessa altura estava casada há pouco mais de um ano. Estava sentada fora do barco com uma amiga minha. O meu marido chegou com uns colegas, mas acho que esses colegas não se aperceberam que eu era mulher dele. Um desses colegas disse: “Oh Aníbal e na noite passada que fomos às prostitutas”. Eu ainda pensei que eles estavam na brincadeira, mas o outro continuou: “depois faltaram as cervejas e tu foste ao barco buscar uma garrafa de ginja”. Aí acreditei-me, porque me tinham dado uma garrafa de ginja e tinha sido eu que lhe tinha metido no saco. Isto para mim foi terrível. Marcou-me muito. Nos dias de hoje é tudo mais fácil. Se fosse hoje deixava-o logo. Era nisso que ele gastava o dinheiro.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

4.1.3. Chegadas

As chegadas desvendavam em geral sentimentos mais positivos, embora por vezes as chegadas mais recordadas sejam aquelas que originaram sentimentos negativos. Neste sentido, as memórias da D. Rosa Santos e da D. Maria Júlia destacam uma chegada com cariz negativo como aquela de que mais se lembram.

“As chegadas eram sempre fantásticas (...) Houve uma que me marcou pela negativa, porque ele chegou aleijado e não me tinha contado nada. Apanhei um susto quando o vi. (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

“A chegada dessa viagem [primeira depois de casada] foi a chegada mais triste de todas. Eu estava doente com a gripe asiática e a menina estava com uma amigdalite. Por isso, estávamos as duas de cama.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

Os acontecimentos positivos das chegadas ficaram marcados nas memórias femininas.

“A chegada que mais me lembro foi aquela em que lhe apresentei a filha. Essa foi a chegada mais linda. Quando a menina nasceu ele estava em terra, mas mal a viu e mal lhe pegou ao colo. Nessa chegada a menina já tinha sete meses e ele ficou muito contente, porque a menina já falava e eu tinha-lhe dito por carta e ele não se acreditava. Foi um dia de muita alegria para nós.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

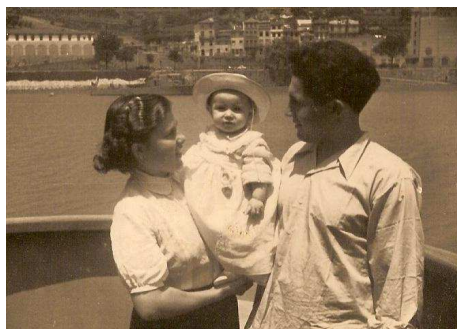


Figura 9: Fotografia da chegada
Proprietária: D. Auzenda

“Lembro-me muito bem de quando ele chegava ao Porto, essas eram as mais bonitas, porque depois vínhamos no comboio como dois namorados. No dia da chegada dele, ao jantar fazia sempre sardinha, que era o comer que ele mais gostava. Fazia também sopa de feijão. Ele lá também comia sopa de feijão, mas a de casa sabe sempre melhor.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

De um modo geral, as chegadas despoletavam sentimentos positivos, os quais ficaram marcados na vida destas mulheres como momentos de grande felicidade e que ainda hoje são recordados com grande alegria.

“Às chegadas ia sempre, quer fosse na Gafanha, no Porto ou em Leixões. Ia sempre às chegadas porque eram sempre mais felizes do que as saídas.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

“As chegadas eram todas muito bonitas, cheias de alegria. Casa limpinha, roupas novas, tudo a estrear, bolos, boa comida. Tenho muitas saudades desse tempo.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

Pelos sentimentos e emoções que as chegadas provocam, algumas mulheres não hesitam em considerar esses momentos como os melhores momentos da sua vida enquanto mulheres de bacalhoeiros.

“Os melhores momentos eram as chegadas. As chegadas eram uma alegria enorme. Depois de 6 meses de ausência e de saudades as chegadas sabiam bem. Isto quando chegavam bem, porque às vezes algum vinha doente, como lhe aconteceu. Desde que chegassem bem era sempre uma alegria muito grande.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

“O melhor momento era o dia da chegada. Valia pelos outros todos. Naquele dia esquecia-se tudo, as lágrimas, as saudades. Chorei muitas lágrimas sentada ao borralho a fazer serão. Quando sabia que ele ia a St. John’s pensava: estou para aqui eu a chorar e ele deve lá estar com as malandras, mas eu não me importava, pelo menos sabia que ele estava em terra e que ia ver pessoas e não apenas mar. Eu não era ciumenta, mas ele trazia os sapatos todos gastos na sola e dizia-me que tinha andado a dançar em St. John’s, mas eu não tinha raiva de ele ir a terra e dançar, ao menos distraía-se e gozava, não era só andar a pescar. A vida deles era muito dura.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

Os rituais de preparação da chegada do marido funcionam também como recordações positivas.

“Quando sabíamos que eles vinham era uma felicidade muito grande, porque íamos logo fazer limpeza à casa toda. Para os irmos esperar à chegada estreávamos sempre uma roupinha nova. Podíamos não tornar a vestir essa roupa, mas tínhamos de estrear uma roupa nova e tínhamos de ir arranjar o cabelo. As chegadas eram uma emoção muito grande. Quando íamos no cimo da ponte da Barra e víamos o navio ao largo já ficávamos todas felizes. Víamo-los passar à entrada da barra e fartávamo-nos de dizer adeus. Era uma felicidade. Quando passavam à nossa frente o Capitão apitava e começávamos todas a chorar, era uma emoção muito grande. Depois lá íamos nós a correr para os vermos passar na Sacor. Como estávamos mais perto, já eles nos conheciam. Depois de eles passarem na Sacor íamos outra vez a correr para o cais da Gafanha, para os vermos a atracar. Era um dia louco, de muita felicidade e emoção. Até entrar para o Ciclo, a minha filha foi sempre comigo.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

4.1.4. Rituais de Recepção

Os rituais de recepção do marido são recordados como libertadores dos meses de

sofrimento pela sua ausência. A felicidade da preparação da chegada do marido surge como dos momentos mais felizes e com mais emoção nas memórias femininas. No fundo, só os momentos de reunião do casal e da família podiam apaziguar os momentos da partida dos maridos para o mar.

As memórias da D. Maria da Borda realçam o movimento na loja dos seus pais aquando da preparação dos rituais da chegada dos maridos.

“A minha mãe vendia panos. Logo antes das chegadas fartava-se de vender panos, para blusas, para saias, para fazer roupas para os meninos. Elas vinham comprar os panos que queriam e depois levavam à costureira para fazer à medida. No dia da chegada era uma festa muito grande. As crianças vinham todas lavadinhas e bem comportadas receber os pais.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

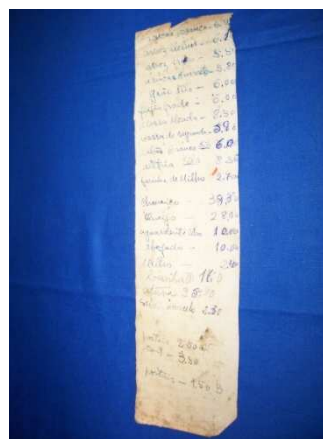


Figura 10: Preçário da loja
Proprietária: D. Maria da Borda

Os rituais de recepção dos maridos incluíam a confecção de roupas novas, para as mulheres e para os filhos, de modo a que as chegadas se tornassem num dia de festa.

“Quando ia à chegada fazia sempre uma pecinha de roupa nova, para mim e para as filhas. Não eram roupas das melhores, porque eu é que as fazia, mas havia sempre o cuidado de nos apresentarmos com uma roupinha melhor. Só comprava o pano, o resto era eu que fazia. Nas noites antes da chegada mal conseguia ir à cama, porque tinha a roupa para fazer. Esses momentos eram bons, mas o resto era muito difícil.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)



Figura 11: Máquina de costura
Proprietária: D. Célia

Outro elemento que compunha estes rituais era a preocupação com o asseio da casa, a qual recebia uma limpeza geral e a preparação necessária para a recepção festiva dos maridos, porque estas mulheres tinham a vontade de os receber como uns “reis”, preparando a casa, os filhos e a si próprias para tal recepção.

“Tinha de ter tudo tratado cá em casa antes dele chegar. O porco já tinha de estar bem sebado no curral. Cheguei a criar o porco em casa da minha mãe e a trazê-lo apenas nas vésperas dele chegar. Também criava galinhas e queria que estivesse tudo preparado e lindo para quando ele chegasse (...) limpava tudo. Tinha de ter tudo num brinco, veja lá que até os currais levavam uma limpeza geral. Tudo preparado para a chegada dele, para que quando ele chegasse encontrasse a casa toda limpinha (...) Era da felicidade de o ter novamente em casa. Era para os recebermos como uns reis, porque de facto era aquilo que eles eram, porque quem atravessa um oceano inteiro para ganhar a vida tem de ser tratado como um rei. Quando era o dia da chegada ia toda a gente ao cais ver, mesmo que não tivesse lá ninguém no navio. Mas quem lá levava os maridos queria ir à chegada toda vaidosa, com uma roupa nova e cheias de importância.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)



Figura 12: Fotografia dos filhos antes da chegada do pai
Proprietária: D. Auzenda

“Quando ele estava para chegar nem dormia na nossa cama três dias antes. Queríamos ter a casinha toda limpinha, com tudo a cheirar bem, sem nada fora do sítio. Parecia que estávamos à espera dum rei (...) Tinha sempre uma roupinha a estrear na chegada dele. Quando eles chegavam era uma festa, uma alegria enorme. Eles mereciam tudo, porque a tristeza deles irem embora era muito grande. Quando eles se iam embora parecia que nos sepultavam vivas. Quem ama de verdade é muito triste vê-los partir sem termos a certeza de que vão voltar.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

A preparação da recepção não ficava concluída sem a própria mulher se arranjar para receber o marido. Ou seja, a ida ao cabeleireiro, a compra de roupas novas ou a preparação do quarto do casal mostram-se essenciais para a preparação dos rituais de recepção.

“Recordo com felicidade a azáfama de limpar a casa, de fazer uma roupa para estrear, de arranjar o cabelo, de preparar tudo para quando eles chegassem. Quando ele saía para o mar eu fazia as contas e já pensava no que é que estaria colhido nessa altura para lhe fazer os comeres que ele mais gostava. Depois de mandar o telegrama ele chegava cá em cinco dias, por isso, só tinha esse tempo para arranjar isso tudo.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

“Quando ele chegava era uma alegria. Fazíamos uma roupa nova, íamos ao cabeleireiro, fazia uma roupa nova para os meninos, enchia a casa de flores e com tudo o que era bom. O meu filho até dizia: “quando o pai está a casa está cheia de coisas que normalmente não comemos”. Mandava fazer uma limpeza de alto a baixo na casa. A casa ficava um brinco. Estreávamos uma roupa de cama nova, ele estreava um pijama novo, eu estreava uma camisa de dormir nova. Cada chegada era uma segunda lua-de-mel.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

4.2. Economia no Feminino

Os aspectos da vida económica detêm especial destaque na percepção do modus vivendi das mulheres dos pescadores bacalhoeiros, porque eram elas a figura dominante do lar durante as ausências dos maridos. Para além disso, a sazonalidade da entrada de dinheiro no lar obrigava a mulher a dotar-se dos meios necessários para estabilizar o orçamento familiar.

4.2.1. Pagamento dos Marítimos

Sendo o pagamento dos homens feito de maneira diferente nas duas tipologias de navio, perceber o processamento dos ordenados dos maridos é essencial para entender os modelos de gestão de orçamento familiar que as mulheres adoptavam. O testemunho da D. Maria Nova, que teve o seu marido inicialmente embarcado nos navios à linha e depois nos arrastões, esclarece como funcionava o pagamento ao seu marido nas duas tipologias de navio.

“Quando andou à linha recebia à viagem, quando passou para os arrastões começou a receber mensalmente. Na linha tinha um avanço para as despesas de viagem, enquanto nos arrastões já não tinha esse avanço. Tanto no arrasto como na linha no final da viagem recebia uma percentagem do valor do bacalhau pescado. Na linha quanto mais o homem pescasse melhor era para ele porque recebia mais. No arrasto, a percentagem estava dependente da função que cada homem tinha (...) Quando ele recebia ao mês tinha de ter muito cuidado, porque desse dinheiro também tinha de tirar alguma coisa para pôr no banco. Porém, com a mensalidade era mais fácil controlar o dinheiro, para que o dinheiro que ele trouxesse do final da viagem fosse todo para o banco. Com o ordenado dele ao mês dava para gerir melhor os gastos.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

Na pesca à linha, o ordenado que os pescadores recebiam estava dependente do seu desempenho na pesca. Ou seja, quanto mais o homem pescava, maior era o seu ordenado no final da viagem.

Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau
Praça Duque da Terceira, n.º 24-1, LISBOA

ARMADOR TESTA do CUNHAS, L.da N.º de Ordem _____
Localidade Aveiro N.º de Registo _____

Il.º Sr. Sr. Testa do Cunha Sr. Testa do Cunha
Lugar Aveiro Categoria Arroto

Campanha de 1981/82 N.º de Registo _____
Cargo Arroto

1.º PAGAMENTO

À Lista	213,80		213,80
Aumento de	11,50	3,20	14,70
Preço de Pesca	4,8		15,48
Subvencção provincial	6,3		21,98
Total a receber Esc.			255,96

A DEDUZIR:

Fundo de Desemprego	51,00	56,40
Profissional	2,10	
Contribuições	8,40	66,90
Total a receber Esc.		126,60

201 11 1 56

Figura 13: Folha de vencimento dum pescador
Proprietária: D. Crisanta

“Antes de saírem para o mar, o patrão dava-lhes um avanço, que servia para eles se aviarem para a viagem e para deixar a família protegida durante os seis meses que eles estavam no mar. Não me lembro de quanto era, mas era muito pouco. Depois, quando chegavam da viagem recebiam uma percentagem daquilo que tinham pescado. Dependendo do que pescassem, umas vezes ganhavam mais outras ganhavam menos. O meu marido pescava muito bem. Chegou a ser 1ª Linha nacional, ou seja, chegou a ser dos que mais pescava a nível nacional. Como pescava bem, a percentagem dele também era muito boa. Acho que uma vez chegou a trazer 30.000\$00, que era uma fortuna para a altura.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

O discurso da D. Beatriz, mulher do Capitão do arrastão Santo André, revela que, para além da percentagem estipulada entre armador e o Capitão, o seu marido ainda detinha direito sobre os derivados do bacalhau, uma forma encontrada pelos armadores para incentivar o bom desempenho na pesca e a boa produtividade do navio.

“Recebia ao mês e no fim tinha direito à percentagem que estivesse combinada com o patrão. Para além do ordenado também tinha uma percentagem nos derivados do bacalhau, óleo de fígado, caras e outras coisas. Para além disso ainda trazia a caldeirada, que era repartida de igual modo por toda a tripulação.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

Os dois discursos apresentados, o da D. Célia, mulher do Salgador do arrastão São Gonçalinho e o da D. Rosa Santos, mulher do Cozinheiro do arrastão Santo André, referem-se a períodos temporais separados por 15 anos, mas permitem perceber a evolução dos pagamentos aos marítimos.

“No ano que me casei ele ganhou 4000\$00 na percentagem, não era muito mas já era bom. Depois ele passou para os arrastões e aí já recebia por mês. Depois de fazerem a matrícula o mês começava logo a contar e ao final do mês recebiam à volta de 600\$00. No final da viagem faziam as contas ao bacalhau que todos tinham pescado e davam uma percentagem sobre o total pescado por todos.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

“Já não me lembro de quanto é que era o ordenado, mas na viagem que ele fez de nove meses, no total ele recebeu 28.000\$00, em 1970 (...) Por mês, julgo que ele não chegava a ganhar 1000\$00.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

O testemunho da D. Rosa Maria esclarece sobre a existência do avanço de ordenado antes do início da viagem, o qual não se notava no orçamento familiar devido às despesas, por vezes excessivas, que os maridos faziam antes das viagens.

“Sei que ele tinha um avanço, mas eles ao aviarem-se para irem para o barco já o gastavam todo. Levavam batatas, cebolas, azeite e um barril de vinho. O Capitão dizia que eles levavam porque queriam, porque o barco dava-lhes tudo, mas eles lá achavam que era pouco. Eles não passavam fome no barco, mas queriam por vezes comer umas caldeiradas ou beber um copito de vinho a mais. Portanto, o dinheiro do avanço era só para eles gastarem naquilo que levavam. Depois recebia ao mês, mas esse dinheiro também não era muito, dava para a renda da casa e para a alimentação dos filhos. No final havia a percentagem, mas nem sei quanto era, porque ele só me dava o que entendiam, que normalmente não era muito.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

As despesas efectuadas pelos homens durante a viagem podiam encurtar a percentagem final. Os testemunhos da D. Maria Lucília e da D. Auzenda apontam nesse sentido.

“Ele recebia mensalmente. O que tenho mais em mente é o ordenado da primeira viagem de casado. Por mês ele recebia 640\$00. Antes da viagem recebiam um avanço de 2000\$00 e no final recebiam uma percentagem consoante o que pescassem. Porém como eles faziam algumas despesas a bordo e pediam dinheiro para ir a terra, o que gastassem era descontado na percentagem final, que por vezes ainda recebíamos menos dinheiro do que àquele que recebíamos no avanço. Era impossível viver só com esse dinheiro. Hoje olho para trás e nem sei como é que consegui. Como ele não gostava de trabalhar, os meses que estava em casa não trabalhava, como não trabalhava também não ganhava.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“A percentagem normalmente era o melhor da viagem, onde eles ganhavam mais, mas ele fumava, bebia e isso era tudo por conta deles, logo a percentagem já vinha menor do que aquilo que devia ser. Se pescassem bem esses vícios nem se notavam, mas se pescassem pouco já se sentia a diferença. O que vale é que eu trabalhava muito e lá conseguia equilibrar as coisas.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

A percentagem sobre o pescado é, em ambos os modos de pesca, arrasto ou linha, a grande fatia do ordenado do pescador bacalhoeiro. Nem sempre a pescaria corria da melhor maneira, logo, a percentagem de cada homem era menor. O orçamento familiar poderia ficar reduzido e a subsistência da família comprometida.

Os três testemunhos seguintes, de mulheres de bacalhoeiros pertencentes às três categorias, são consentâneos em considerar que uma menor percentagem no final da viagem influenciava o orçamento familiar, mas que tal não se notava, quer pelos trabalhos femininos paralelos, quer pelo ordenado substancial auferido em certas categorias.

“Sentia-se sempre, porque esse era o grosso do ordenado. A mensalidade era só para a família se manter enquanto eles cá não estivessem. Como ele era Capitão era natural que se não se sentisse tanto, porque de umas viagens dava para as outras e ele ganhava bem, mas havia muitas famílias estavam só à espera dessa percentagem.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Quer dizer, não fazia falta para o dia a dia, porque com mais ou menos a vida fazia-se, mas notava-se quando se ia pôr o dinheiro no banco a render, porque nessa altura até dava gosto ter o dinheiro no banco a render. Nessa altura poupar era muito, mas muito mais fácil. Ganhava-se pouco, mas conseguia-se poupar muito. Hoje é tudo ao contrário, conseguimos ganhar mais, mas não se consegue poupar nada. A vida hoje em dia é muito diferente.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

“Se pescassem menos traziam menos dinheiro. Ficava mais complicado em casa, mas ele trazia sempre dinheiro suficiente para as nossas coisas. Depois, também traziam umas caras de bacalhau, umas línguas e essas aparas, que se fossem muitas ainda se vendiam.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

A redução da percentagem numa viagem que corresse menos bem, ao nível da quantidade de pescado, notava-se mais no orçamento familiar quando havia desgoverno da parte do marido. Os testemunhos da D. Maria Lucília e da D. Rosa Maria são representativos da dificuldade que causava no orçamento familiar o desgoverno de alguns homens.

“O barco dele também não pescava nada de especial. Para além disso, o meu marido também fazia muitas asneiras. Por exemplo, uma vez só trouxe de percentagem 1500\$00, devido a uma quantidade enorme de gastos que fez durante a viagem. Chegou a casa e trouxe um rádio muito velho e disse que o rádio lhe tinha sido dado pelo Radiotelegrafista. No dia seguinte foi lá casa o Radiotelegrafista pedir 500\$00 pela venda do rádio. Veja lá, já ganhava pouco e ainda se

punha a comprar porcarias. Por isso, o dinheiro não dava para nada. Era muito difícil.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“Eu nunca sabia se a viagem corria bem ou corria mal. Quer dizer, se corresse bem ele não dava mais dinheiro, mas se corresse mal o dinheiro que me dava era muito pouco (...) Não tinha grandes coisas em casa, mas fome também não passávamos.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

O testemunho da D. Maria da Borda, enquanto proprietária duma mercearia, revela as repercussões no seu estabelecimento das viagens em que não se pescava tanto. Porém, ressalva a importância dos trabalhos femininos paralelos no equilíbrio do orçamento familiar:

“Ou não se vendia tanto ou se vendia mais fiado, mas com o trabalho de terra lá conseguiam pagar o que deviam. Porém, os pequenos trabalhos que as mulheres faziam em casa suportavam essas viagens mais difíceis.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

4.2.2. Gestão do Orçamento Familiar

Uma vez que a grande maioria das mulheres dos bacalhoeiros era doméstica, o orçamento familiar dependia do ordenado do marido. Porém, o sustento da família não era apenas feito com o dinheiro ganho pelo homem. Os trabalhos domésticos paralelos, como a agricultura, a criação de animais ou a costura tornavam-se impreteríveis e eficientes na gestão feminina do orçamento familiar. Porém, nem sempre estes métodos eram possíveis, pelo que a utilização de fiado ou da loja de penhores eram vistas como elementos de recurso, mas úteis, para o equilíbrio do orçamento familiar.

As memórias da D. Maria Nova, mulher do Maduro do arrastão Santa Mafalda, e da D. Rosa Santos, mulher do Cozinheiro do arrastão Santo André, indicam que a realização de trabalhos femininos domésticos lhes proporcionava maior desafogo na gestão do orçamento familiar:

“Como trabalhava a terra, o que colhia dava para o nosso alimento, mas ainda vendia alguma coisa, mas pouco (...) o que vendia mais era a criação (...) tinha porcos, galinhas ou coelhos. Tudo isso vendia. Por exemplo, fazia criação de porcos, vendia os filhotes, ficava com as mães e todos os anos matava um porco para o nosso sustento. Era assim que me governava.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)



Figura 14: Fotografia para mostrar ao marido a prosperidade do quintal
Proprietária: D. Auzenda

“Passei 17 anos casada sem precisar de levantar, antes de ele chegar, o dinheiro que ele ganhava. Sempre fiz a vida toda de casa com o dinheiro que ganhava na costura.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

Para a D. Maria Lucília, o facto de morar no Bairro dos Pescadores de Ílhavo impossibilitava-a de possuir quintal para cultivar ou espaço para criar animais. Porém, a necessidade de aumentar o orçamento familiar levava-a a trabalhar, mas tal como nas memórias femininas anteriores, o trabalho feminino era realizado no foro doméstico.

“Para ganhar dinheiro tinha de “arranjar meias”. Era esse o meu trabalho. De resto, fazia toda a lida da casa, lavava roupa, limpava a casa, fazia o comer. Como não ia trabalhar fora, também tinha aqui os meus filhos para tomar conta, para contar histórias e brincar com eles.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

As mulheres dos oficiais, D. Maria Júlia e D. Natália, não necessitavam de realizar trabalhos femininos domésticos, embora a segunda fosse Professora da Escola Primária. Porém, destacam a sua boa capacidade de gestão de modo a proporcionar à família maior estabilidade financeira.

[o ordenado] “Era à viagem, por isso, tinha de ser bem gerido para durar aqueles meses todos. No início da viagem recebiam o avanço e no final da viagem faziam o acerto, que era uma percentagem sobre o total do bacalhau que traziam (...). Os 6 meses que ele ficava em casa, ele não ganhava, por isso tínhamos de gerir muito bem esse dinheiro. Quando ele não estava era a mesma coisa, pois sabíamos que ele só recebia no final da viagem.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

“Na altura em que estiveram os 3 filhos a estudar era um pouco mais apertado, mas Graças a Deus chegou sempre. Chegou e sobrou.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

Com os trabalhos domésticos paralelos, a boa gestão do orçamento familiar notava-se também na possibilidade de poupar algum dinheiro:

“Como trabalhava muito, às vezes conseguia juntar dinheiro e quando tinha 5000\$00 a minha mãe abria um buraco na parede por detrás do guarda-vestidos e guardava esse dinheiro numa lata. Ela metia a lata nesse buraco, rebocava a parede e voltava-a a cair. Depois, voltava a juntar e talvez ao fim de um ano lá conseguia juntar mais 5000\$00 e a minha mãe voltava a fazer o mesmo.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

Por vezes, pelas mais variadas razões, não havia possibilidade de realizar trabalhos domésticos paralelos. Por isso, cada mulher geria o orçamento familiar como melhor conseguia. Deste modo, a utilização do livro de fiado na mercearia ou o recurso às casas de penhores funcionavam como elementos de recurso na gestão do orçamento familiar, mas extremamente úteis para dar estabilidade à família.

“Havia casos, os casos mais comuns, que vinham pedir fiado para o governo da casa, que o pagavam que os maridos recebiam. Havia outros casos, em que as mulheres vinham sempre com a preocupação de pagar as dívidas que os maridos tivessem feito no “mata-bicho” ou com os amigos. Noutros casos, elas não tinham cabeça e os marido mal saiam do barco vinham cá ver o que havia para pagar, porque elas bebiam ou não tinham governo (...) Havia delas que geriam tão bem a casa que nem chegavam a gastar o dinheiro dos maridos. O dinheiro que eles traziam ia todo para o banco. Com a terra e a criação elas alimentavam os filhos, vendiam umas coisinhas e tinham dinheiro para o dia-a-dia.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)



Figura 15: Livros de apontar o fiado
Proprietária: D. Maria da Borda

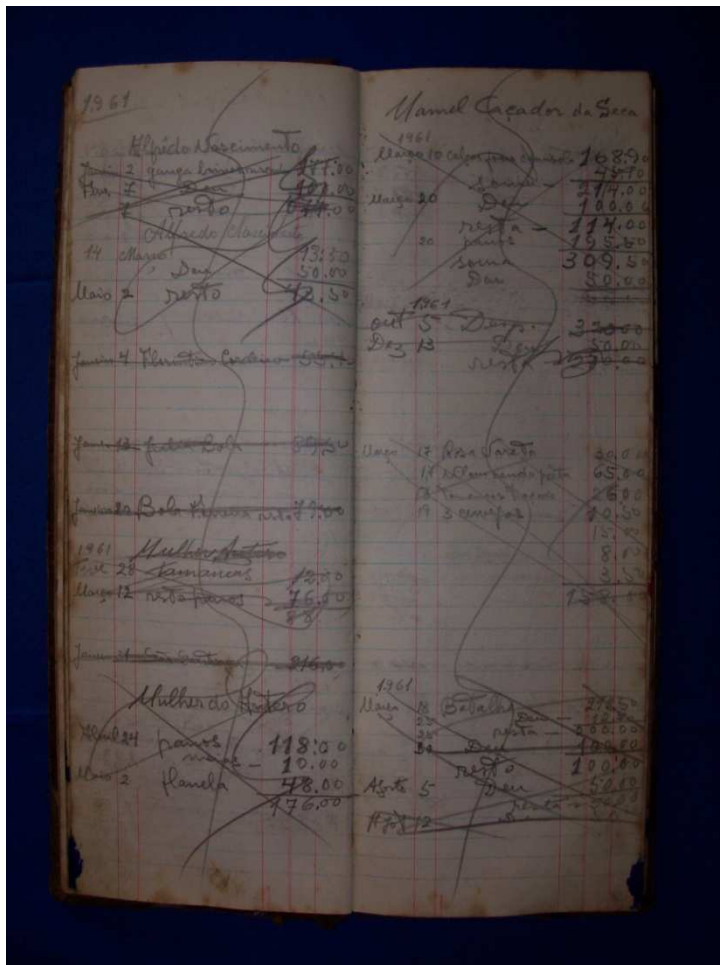


Figura 16: Conteúdo dum livro de apontar o fiado
Proprietária: D. Maria da Borda

“A minha vida foi terrível. Agradeço a Deus por agora estar bem. Por exemplo, na loja a dona deixava que apontasse as contas para pagar ao final do mês. Na farmácia a mesma coisa, também me deixavam apontar. Se precisasse de comprar roupa aos meninos deixavam-me pagar aos poucos. No fundo, tinha crédito em toda a vila de Ílhavo, mas hoje não há uma pessoa que me aponte por lhe ter ficado a dever alguma coisa. Só conseguia governar a minha vida dessa forma. Era muito difícil.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“A dona da loja tinha um [livro de fiado] e nós tínhamos o nosso. As contas tinham de bater certo entre o livro delas e o nosso. Na loja onde me aviava, para além de mercearia também vendiam roupa. Comprava lá fazenda e outros tecidos e depois a costureira fazia-me a roupa, mas era lá na loja que vendiam os tecidos todos (...) Nunca empenhei nada. Aliás, o que é que eu tinha que empenhar? Eu não tinha nada de valor. Cheguei a ir ver um leilão, mas só por curiosidade, porque também não tinha dinheiro para comprar nada.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

As mulheres que conseguiam gerir o dinheiro sem recorrer a estes métodos congratulam-se por terem feito uma boa gestão do orçamento familiar sem terem recorrido a estas situações de recurso.

“Nunca devi dinheiro nenhum a ninguém e tudo o que viesse era ganho, mas ele realmente era dos que pescava mais e que ganhava mais. Graças a Deus, desde que me casei nunca comprei nada fiado, mesmo nos tempos mais difíceis. Nem utilizava o livro de apontar na mercearia. Nem na farmácia. Nunca precisei de nada disso. Era sempre com dinheiro na mão.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

A gestão do lar, através do controlo do dinheiro, da alimentação dos filhos e da rentabilização dos recursos existentes, era realizada inteiramente pelas mulheres. Os recursos extraídos da terra e da criação de animais eram utilizados de forma a evitar despesas, complementando o ordenado do marido. A quantidade de peixe a que cada pescador tinha direito no final da viagem, embora não sendo produção feminina, era utilizada e gerida por ela da mesma forma que o fazia com os outros recursos.

“Como cultivava o quintal, o que colhesse era proveito, porque vendia no mercado e dava para a nossa alimentação. Como criava animais, quando os matava era para vender e comer. Na nossa casa nunca faltou o que comer. Tínhamos pouco dinheiro em casa, mas sempre nos governávamos. Quando o meu homem faleceu eu estive um ano inteiro sem receber um único tostão e nem por isso passámos fome. Sempre me governei com a minha terra, com a criação e com o dinheiro que fazia na venda dessas coisas no mercado.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

“Fome não. Tínhamos milho para fazer farinha para o pão, tínhamos batatas, feijões, couves. Tínhamos isso tudo. Tínhamos a criação para comer. As únicas coisas que comprávamos era azeite, óleo, arroz, massa, açúcar e pouco mais (...) O peixe da caldeirada dava para muito tempo. Era uma boa ajuda, porque pelo menos não precisávamos de o comprar.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

“Tinha muita coisa. Galinhas, patos, perus, porcos. Tinha de tudo um pouco. Para além de dar o dia fora ainda tinha o trabalho na terra que alugava. Pagava renda da terra, mas o que cultivava era para mim, para vender ou para oferecer. Às vezes ia vender ao mercado de Ílhavo e outras vinha o grossista buscar as coisas aqui à porta (...) Utilizava a caldeirada que ele trazia, que tinha de dar para o tempo todo que ele estivesse no mar. Sempre que podia também costumava umas pecinhas para fora. Para além disso, também tinha as coisas que colhia nas terras que alugava, as batatas, os feijões. Quando ia trabalhar para fora as pessoas também me davam coisas. No Natal ou na Páscoa enchiam-me a casa. Mas havia alturas muito difíceis. Foi duro, mas passou-se. O trabalho não mata ninguém. Já vou fazer 78 anos e ainda cá estou.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

A caldeirada, quantidade de peixe a que cada tripulante tinha direito no final da viagem, poderia funcionar como auxílio à gestão do lar e ao equilíbrio financeiro. Porém, nem sempre a mulher tinha a possibilidade de gerir esse recurso.

“Os homens do mar também faziam vida, porque enquanto estavam embarcados, comiam, bebiam e fumavam por conta do barco. Enquanto lá estivessem não gastavam de casa. Depois ainda traziam coisas para vender cá fora, caras de bacalhau, tabaco e outras coisas. No tempo em que andavam no mar, ganhavam dinheiro para casa e não gastavam dinheiro em casa. Depois, no final da viagem cada homem trazia a caldeirada, que dava para comer durante o ano todo e ainda dava para vender. Pensando que não, ajudava.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

“Quando matávamos o porco era um dia de festa. Vinha a família toda, minha e dele. Só quando ele chegava é que matávamos o porco. Púnhamos a carne na salgadeira e dava para o tempo todo que ele cá não estava...Porque ajudava no governo da casa, fazia estrume para a terra e era alimentado com coisa da terra que nós não comíamos. Era uma ajuda grande para não termos despesas com coisas de fora (...) a caldeirada também, então a dele era das melhores, porque era ele que arranjava as barricas. Como era ele que fazia as barricas para o Capitão, este dava-lhe sempre uma ou duas e o peixe que vinha nessas barricas era muito melhor do que o que vinha nas caldeiradas. No entanto, a caldeirada dava-me para o Inverno todo e ainda cheguei a vender caras.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

“Às vezes trazia, outras vezes não. Quando não trazia caldeirada eu já sabia que ele as tinha vendido. Nem via caldeirada, nem dinheiro da venda da caldeirada. O dinheiro para eu me governar era ganho por mim.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

É na categoria da marinhagem que mais se nota o cultivo da terra e a criação de animais. Contudo, mesmo noutras categorias, como na mestrança, a utilização destes recursos servia para evitar despesas e aumentar o orçamento familiar.

“A única criação que tinha era coelhos e galinhas. Os pais do meu marido eram lavradores, por isso, ele sempre quis ter um quintal. Eu chamava cá umas pessoas para me cavarem a terra, mas de resto era eu que fazia, arrasava a terra, semeava as batatas, os feijões, as couves. Quintal sempre tive. Ele gostava tanto do quintal, que quando ele chegava, antes de entrar em casa ia ver o quintal. A criação que matava e o que apanhava do quintal era para comer em casa. Nunca ia ao mercado, porque sempre tive tudo (...) Em qualquer dos navios sempre deram caldeiradas. Isso também era uma ajuda cá para casa, porque se ele trazia peixe, eu já não precisava de o comprar. No final da viagem, se houvesse alimentos que não dessem para levar para a viagem seguinte o Capitão mandava o meu marido dividir esses alimentos com os ajudantes, mas não era quase nada. Na empresa Testa&Cunha o patrão sempre que podia dava uma gratificação ao meu marido, porque ele era muito poupado, trabalhador e bom cozinheiro. O Dr. Cunha, quando o meu marido se reformou deu-lhe, em sinal de agradecimento pelo trabalho, uma boa prenda em dinheiro.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

As dificuldades na gestão do orçamento familiar estavam dependentes de vários factores: funções mal remuneradas de alguns homens a bordo, trabalhos domésticos femininos insuficientes ou desgoverno do homem ou da mulher. Se no seio duma família não se verificasse nenhum destes factores, a vida económica dos pescadores bacalhoeiros é lembrada sem dificuldades de maior:

“A nós nunca se notou muito porque ele sempre pescou muito bem e eu também tinha cabeça a gerir a minha casa (...) Se houvesse cabeça no governo da casa o dinheiro do bacalhau dava para fazer uma vida boa. Eu e o meu marido

fizemos uma casa, compramos uns terrenos, ele comprou traineira e estabeleceu-se na pesca por conta dele, eu montei uma sapataria, depois uma mercearia e retrosaria. Deu para fazer uma vida muito agradável. Fui muito feliz.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

“Os meus filhos hoje dizem que não se recordam de ter passado por privações, o que é bom, mas eu lembro-me bem, porque passei por algumas dificuldades, para que eles não sentissem privação do essencial. Nunca lhes faltou fruta, leite ou vestuário, mas os 640\$00 que ele ganhava não davam para quase nada, ainda por cima tinha de pagar 180\$00 de aluguer da casa (...) Para compensar as despesas eu tinha de “apanhar meias”, fazer sapatinhos de lã para vender, ou qualquer outro tipo de costuras, para que as dificuldades não se acentuassem.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

4.3. Quotidianos Femininos

Dentro dos quotidianos femininos apresentar-se-ão aspectos da vida familiar sem e com a presença do marido. A tomada de grandes decisões também será abordada, tentando perceber também de quem era a responsabilidade das decisões. Os apoios, tanto familiares como de instituições, que as mulheres teriam na sua vida quotidiana, serão outro assunto em destaque. Outro aspecto a ter em conta é a ocupação do tempo, considerando ou não a presença do marido em casa. Procuraremos também perceber quais os locais que estas frequentavam. Mostraremos os rituais das mulheres dos pescadores bacalhoeiros antes de receber os maridos das viagens, assim como os aspectos da devoção e fé destas mulheres, em especial a devoção pelo Senhor Jesus dos Navegantes.

4.3.1. Vida Familiar Sem Marido

Durante as prolongadas ausências dos pescadores bacalhoeiros, as suas unidades familiares ficavam desprovidas da figura masculina e paterna. Cabia às mulheres a responsabilidade pela estabilidade familiar, pela educação dos filhos e pelo controlo do orçamento familiar. Cada mulher tentava encontrar a melhor forma de encarar a situação e de resolver os problemas que lhe surgissem. O trabalho feminino fora de casa não era bem visto, ainda mais quando os maridos estavam ausentes durante tanto tempo. O cultivo da terra, a criação de animais ou a costura surgiam como formas de ocupação feminina, as quais proporcionavam uma melhor gestão da economia familiar durante as ausências dos maridos. As memórias sobre as suas actividades diárias elucidam-nos sobre as necessidades de trabalho complementar de algumas mulheres, mas mostram também a preocupação com a dedicação ao lar, aos filhos e ao marido ausente durante vários meses. Nas memórias da D. Célia, mulher do Salgador do arrastão São Gonçalinho, nota-se a importância dos trabalhos domésticos femininos, como o cultivo do quintal ou a criação de animais para equilibrar o

orçamento familiar em situações de ausência do marido ou para sustentar a família em situações de crise, como a morte do mesmo. O testemunho da D. Arminda, mulher do Especial do navio-motor Capitão João Vilarinho, revela a mesma preocupação feminina de ocupação do tempo de ausência do marido com trabalhos domésticos. Embora nesta última citação se note a possibilidade esporádica da realização destes trabalhos fora de casa, em ambos os discursos se percebe que estas ocupações femininas eram realizadas no foro doméstico.

“O meu dia-a-dia era trabalhar, na terra e a tratar da criação, para dar de sustento aos filhos. Fome nunca passaram, porque havia sempre coisas da terra para lhes dar. Como também matava o porco, também lhes fazia um comerzinho melhor. Fazia um alguidar de chouriças, salgava a carne e com batatas e alfaces do quintal eles tinham uma boa alimentação. Fome não passavam, mas também não havia guloseimas, porque eu não as podia comprar. Levantava-me muito cedo para passar a ferro, levantava os meninos, mandava-os para a escola e ia para o quintal trabalhar. A vida custou-me muito. Ainda mais, porque quando ele morreu a filha mais nova só tinha 11 anos. Fui eu que a criei sozinha, com aquilo que vendia no mercado. Criei-a como pude, mas nunca pedi nada a ninguém, nem aos meus dois filhos mais velhos que já trabalhavam. Eu sempre fui uma pessoa de poupar, por isso, quando o meu marido faleceu eu não estava descalça e tinha um pé-de-meia.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

“Trabalhava na terra, onde semeava batatas, milho ou feijão. No fundo, semeava tudo o que se gastava em casa. O cultivo da terra dá sempre muito trabalho, há que cavar a terra, semear as coisas e colhê-las. Se estivesse bom tempo os meninos iam comigo para a terra, se estivesse frio ia levá-los à minha mãe. Quando tinha tempo também ia dar tardes para as terras de outras pessoas.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

Os dois testemunhos seguidamente apresentados pertencem a mulheres de oficiais, sendo o primeiro da D. Maria Júlia, mulher do Imediato do navio-motor Capitão José Vilarinho e o segundo da D. Beatriz, mulher do Capitão do arrastão Santo André. Os vencimentos auferidos pelos membros da classe dos oficiais eram substancialmente melhores do que os vencimentos dos restantes tripulantes. Logo, em ambos os casos, o trabalho feminino não se verifica, nem no foro doméstico nem fora dele. Nestes casos as ocupações femininas consistiam na educação dos filhos e no governo da casa, algo que já se verificava nos casos anteriores, mas nesses as obrigações femininas incluíam ainda a procura da estabilidade financeira do lar. No primeiro testemunho o trabalho feminino verificou-se após o falecimento do marido. Já no segundo discurso verifica-se que a condição social e financeira dos oficiais não necessitava do trabalho feminino para complementar o orçamento familiar, a não ser numa função com prestígio social, como é o caso de D. Natália, Professora Primária e mulher do Capitão do arrastão Santa Princesa, que mesmo casada trabalhou fora de casa, mas numa profissão bem aceite socialmente e condizente com o estatuto social e económico do marido.

“Só comecei a trabalhar depois de ficar viúva. Até aí estava em casa. Nessa altura a nossa vida era cuidar dos filhos e cuidar da casa. Tínhamos uma vida muito pacata, não saímos de casa para ir passear nem nada. Nós começávamos a

namorar e tínhamos de guardar respeito aos nossos namorados que iam para o mar. Não íamos a lado nenhum, pois tínhamos de guardar respeito.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

“A minha vida era de dona de casa, de criar os filhos e zelar pela casa. Antes de me casar trabalhava numa loja de brinquedos, mas quando me casei ele não quis que eu fosse trabalhar mais. Ele achou que não havia necessidade de ir trabalhar mais para uma loja. Se eu fosse Professora Primária ou alguma coisa do género, não havia problema, mas trabalhar numa loja ele não achou bem, porque ganhava uma miséria e até parecia mal (...) lidava com as ausências dele com muita tristeza, nunca ia a lado nenhum. As coisas nesse tempo eram muito diferentes. Eu não saía porque não tinha vontade, mas no tempo em que era mais nova as pessoas reparavam se ia a Aveiro sozinha. Não íamos ao cinema, ao café, ao restaurante. Diziam logo: “está o homem no mar e ela aqui a levar boa vida” (...) Quando ele cá estava passeava muito, mas quando ele cá não estava levava uma vida de casa, primeiro porque me custava a ausência dele, segundo porque as pessoas começavam logo a falar. Normalmente só saía de casa para ir à missa (...) fazíamos uma vida muito recatada, com muito respeito. Como tínhamos casa na Costa Nova, no Verão ia para a Costa Nova com os meus filhos.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

As ausências prolongadas dos homens na pesca levavam a duas situações distintas. Por um lado, eles sozinhos no mar, sem o carinho da família e expostos aos mais variados perigos. Por outro, elas em terra, com o governo da casa e a educação dos filhos sob sua alçada, sem a figura masculina para os proteger. As memórias femininas revelam as suas preocupações durante as ausências, quer para o marido no mar, quer para a família em terra. Os testemunhos orais apresentados a seguir revelam essencialmente a preocupação das mulheres com os perigos da actividade profissional do marido. O receio da recepção de uma má notícia estava sempre presente.

“Receava sempre uma má notícia. Ele nunca naufragou, mas eu estava sempre com medo que lhe acontecesse alguma coisa. Só ficava descansada quando ele chegava. A presença dele funcionava como um tranquilizante.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

“Tinha sempre receio de lhe acontecer alguma coisa, a ele e a nós, mas a minha preocupação estava sempre com ele, pois andar no mar não é a mesma coisa de andar em terra, embora ele me dissesse sempre que não.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

“Estava sempre muito preocupada com ele, com a possibilidade de chegar uma má notícia. Preocupação acima de tudo. Sempre com muito respeito.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

Todas as citações anteriores são proferidas por mulheres cujos maridos exercem funções não tão expostas aos perigos, como são as funções de Cozinheiro e Capitão. Por isso, as preocupações da D. Célia, embora direccionadas para o marido, diferem um pouco das anteriores, pois denunciam as fragilidades dos pequenos dórís onde os pescadores realizavam a pesca à linha.

“Quando ele andava nos dórís tinha mais medo, porque eram pequeninos e eles iam lá sozinhos. Como lá estava sempre muito mau tempo eu tinha muito medo que o dórís dele virasse.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

As memórias da D. Maria Nova revelam o momento em que o receio da recepção de uma má notícia se torna realidade, quando o seu marido sofreu um naufrágio, momento que a mesma considera o pior enquanto mulher de bacalhoeiro.

“O pior momento foi quando ele naufragou no Santa Mafalda, em São Julião da Barra, logo à saída de Lisboa. Quando estava a chegar à porta de casa ouvi as minhas filhas a chorar e afligi-me logo, mas uma vizinha disse-me para ter calma que o barco tinha ido ao fundo, mas que eles estavam todos bem sem nenhum ferimento” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

As memórias da D. Maria Lucília são reveladoras de outras preocupações que invadiam as mulheres durante as ausências do marido. Neste caso, o bem-estar dos filhos e a boa gestão do lar são as principais preocupações desta mulher.

“A minha principal preocupação era os meus filhos. Por isso, o meu principal receio era os meus filhos não estarem bem. O que eu mais queria era vê-los felizes, a brincar, alegres e bem alimentados. As saudades não eram muitas, porque eu já sabia que era apenas por aquele tempo e como era para o bem da família, tinha de preencher esse vazio com outra coisa, como o amor e o carinho que dava aos meus filhos.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

Num registo diferente das anteriores mulheres, mas que a própria justifica com o mau viver que o marido lhe dava, a D. Rosa Maria considera que se sentia mais preocupada pela presença do marido, devido aos vícios que ele tinha e às dificuldades que lhe causava, do que pela sua ausência.

“Para ser sincera, tinha mais receio por ele cá em terra do que quando estava no mar. No mar sempre estava rodeado por outros homens que olhavam por ele. Em terra andava por aí sozinho, sempre a beber e era mais fácil acontecer-lhe alguma coisa. Pessoalmente, gostava mais de estar sozinha, porque quando ele estava não dava bom viver.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

Durante as ausências dos maridos a função da mulher no seio familiar surge como pilar do núcleo familiar, como gestora do lar, como educadora e mentora dos filhos e como responsável pelo orçamento familiar:

“Como estava sozinha durante um tempo, nesses meses tinha de fazer de conta que não tinha marido, por isso tinha de ser eu a fazer tudo, a controlar o dinheiro, a educar os filhos e a tratar da casa. Estava tudo dependente de mim (...) a nossa vida era pobre, mas eu gostava muito de como a vida era. Gostava de trazer os filhos zelados e eu também. A minha casa tinha sempre a mesa posta, com suficiente para comermos. Tínhamos o essencial para viver, nada nos faltou, mas sabia que não podia dar um passo maior que a perna (...) Por exemplo, juntei dinheiro para comprar uma televisão, mas como não tinha vagar para a estar a ver não a comprei, mas guardei o dinheiro até a comprar. Eu era assim, muito segura do que podia ou não fazer. A vida só custava a levar se nós pensássemos em comprar certas coisas que não podíamos. Se nos limitássemos a comprar apenas o que precisávamos, a vida não custava tanto.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

A visão exterior que a D. Maria da Borda, filha do merceeiro, tem sobre a vida quotidiana das mulheres dos bacalhoeiros é uma visão abrangente, uma vez que contactou com diferentes mulheres e diversas realidades familiares.

“Por de trás do balcão via diferentes vidas a entrar e a sair, cada uma com os seus problemas. Daquilo que reparava, encontrava dois tipos de mulheres: aquelas que recebiam os maridos com a casa cheia de milho, feijão, batata, hortaliça e um porco sebadado, podendo investir o dinheiro que eles traziam na construção de casa própria ou para render no banco. Por outro lado, havia aquelas que, como não trabalhavam, nem tinham terra, quando o marido chegava o dinheiro que ele trazia já estava gasto. Contudo, posso dizer que a maior parte das mulheres de bacalhoeiros que conheci eram mulheres trabalhadoras, de luta, de garra, cultivavam a terra, vendiam os excedentes e não deixavam faltar nada em casa (...) a maior parte das mulheres tinham prazer em “governar a vida”, em tratar dos filhos, da casa e em esperar por eles. Todas as mulheres tinham gosto que os seus homens fossem para o mar satisfeitos pelo que tinham em casa e que viessem do mar e ficassem satisfeitos pelo que encontravam (...) nos homens também havia muitas diferenças. Havia aqueles que chegavam a casa e iam ajudar a tratar do quintal e da criação, dos filhos e da casa. Por outro lado, havia outros que a primeira coisa que faziam quando chegavam a casa era enfiarem-se na taberna, a beber e a fumar. Às vezes as famílias passavam necessidades, não por elas não saberem gerir, mas porque eles não facilitavam nada a vida e gastavam a maior parte do dinheiro.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

No foro familiar, a separação prolongada também levantava algumas dúvidas ao pescador bacalhoeiro, tendo sempre receio de qualquer acção que conferisse à mulher algum tipo de independência ou liberdade que ele não pudesse controlar.

“Uma vez estávamos a jantar em casa dos meus sogros e eu disse que alguém me tinha pedido para ir trabalhar para uma loja. O meu marido respondeu logo que eu não ia trabalhar para ninguém. Se queria trabalhar numa loja tinha que ser uma loja minha. Com o dinheiro que poupámos eu abri uma sapataria, onde também vendia miudezas.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

“Nunca conduzi. Ele nunca me deixou tirar a carta (...) Eu gostava de ter carta só para o poder acompanhar nas chegadas e não ter de estar a pedir favores a ninguém, mas o meu cunhado ou o meu irmão iam de bom agrado. Eles lá no mar tinham sempre muito receio que nós fugíssemos, não tirei a carta, só pus o telefone quando a menina foi para a Universidade. Ele dizia sempre: “porque é que precisas dessas coisas, parece que vais sair de casa”. Eles estavam sempre aflitos, mas não tinham de ter medo nenhum.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

O sentimento de vida recatada e de respeito pela ausência do marido é unanimemente destacado em todos os discursos orais recolhidos. Este sentimento é dominante nas memórias femininas, condizente com a vida de sofrimento e privação a que os seus maridos se submetiam na sua actividade profissional. Porém, alguns discursos revelam o papel regulador e inibidor que a sociedade tinha em relação à vida social destas mulheres, tal como se pode verificar nos discursos da D. Arminda e da D. Célia:

“Havia dois tipos de pessoas. As boas, como eu, faziam de conta que ficavam viúvas quando eles saíam para o mar. Nunca me vesti de preto, mas nunca vestia roupas garridas, nem roupas boas. Essas só as vestíamos quando eles cá estavam. Quando eles cá não estavam dedicávamos toda a atenção aos filhos, não saíamos, não andávamos alegres, fazíamos uma vida mais recatada (...) Com ele cá ia para todo o lado, sem ele não ia a lado nenhum. Uma mulher que tivesse o homem para o mar só ficava bem vista se fosse à missa ao Domingo, de resto se fosse a algum lado sem o homem cá ficava logo mal vista.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

“Aqui em Ílhavo havia muito a ideia que a mulher do homem do bacalhau devia estar em casa a tomar conta dos filhos e da casa, sem trabalhar, à espera que o homem chegasse. Assim, o dinheiro não dava para nada, por muito que elas não o quisessem gastar. Depois tinham de se empenhar.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

As memórias da D. Maria Nova revelam que as ausências do marido acentuavam o sentimento de respeito, tanto das mulheres como das filhas:

“Passava a vida em casa a sofrer por ele, mas quando ele chegava também não íamos a lado nenhum, porque ele era muito caseiro (...) Para ver a vida recatada e de respeito que nós levávamos, quando o pai cá não estava não deixava ir as minhas filhas às festas. Quando o pai cá estava já podiam ir. Tinha de haver muito respeito.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

Nos testemunhos da D. Natália e da D. Rosa Santos, percebemos que, apesar do papel regulador da sociedade, as mulheres tinham gosto em manter recatado o seu quotidiano.

“Só quando ele se reformou é que começámos a dar passeios grandes. Até então ele dizia-me: “eu estou tanto tempo fora de casa, deixa aproveitar este tempo em casa”. Eu compreendia-o perfeitamente e como não estava habituada a sair também não me custava nada ficar em casa.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

“Achei que foi uma vida linda, porque ele estava para o mar a trabalhar e eu aqui à espera dele, sempre com muita ansiedade e depois recebia-o com muita emoção e muita alegria (...) o que mais me custou foi a vida ter passado sem a termos vivido juntos.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

O discurso da D. Maria da Borda põe em destaque o sentimento de respeito e de partilha do sofrimento do marido, e papel regulador da sociedade, quanto à vida quotidiana das mulheres sem a presença do marido.

“Era um sentimento delas, para partilharem o sofrimento da vida dura que eles levavam no mar. Elas faziam uma vida recatada sem esforço nenhum, ninguém as obrigava, a maneira de ser delas era mesmo assim (...) as filhas não saíam de casa enquanto o pai não chegasse da viagem. No fundo, as mulheres de pescadores só iam à missa e às procissões, nada mais. A vida delas enquanto o homem andava ao mar era toda feita em casa (...) Em ocasiões especiais, como nos santos populares, dançava-se e cantava-se, mas as que tinham os homens para o mar não se aventuravam tanto, por causa do falatório. Nessa altura havia muito preconceito.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

A nível emocional as ausências dos pescadores bacalhoeiros provocavam nas mulheres sentimentos comuns de saudade, tristeza e solidão. Porém, cada mulher tinha a sua forma de contornar essa situação, mas as emoções negativas predominavam. O testemunho da D. Rosa Maria, mulher do Maduro do arrastão Santa Mafalda, revela-se contrastante com os demais testemunhos, mas a mesma justifica-o pela falta de união do casal.

“A primeira viagem depois de casados custou-me um bocado, mas depois era uma questão de hábito e já não custava tanto. Se nós fôssemos mais unidos, acredito que custasse mais, mas como não éramos, também não custava muito.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

As memórias orais da D. Maria Lucília e da D. Rosa Santos revelam que para melhor lidar com as ausências do marido, algumas mulheres se dedicavam plenamente às suas funções domésticas, como a educação dos filhos ou a realização de tarefas, de forma a aliviar as emoções negativas que as ausências pudessem trazer.

“Vou-lhe ser sincera, não tinha muitas saudades do meu marido, mas sentia-me triste por estar aqui sozinha com os meus filhos. A vontade que eu tinha de sustentar e educar bem os meus filhos preenchia a minha vida, por isso nem sentia saudades dele.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“Não podia ligar muito, porque tinha de ter consciência que aquela era a vida dele e que ia estar sem ele durante aquele tempo. Como ficava sempre muito embrenhada no meu trabalho, isso atenuava a ausência dele. A única coisa que eu fazia todos os dias era pedir a Deus que lhe desse boa viagem e saúde. É claro que as ausências me custavam, mas tinha de arranjar maneira de não custar tanto, por isso trabalhava muito. A minha filha estava sempre ansiosa que ele viesse porque ele nas cartas dizia que lhe trazia uma boneca quando fosse a terra. Algumas das bonecas ainda as tenho cá em casa. Ele nunca veio de viagem sem trazer nada para a filha, mesmo quando ela já era maiorzinha.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)



Figura 17: Boneca trazida como prenda
Proprietária: D. Rosa Santos

Os sentimentos de saudade, solidão e de preocupação não são disfarçados no discurso oral da D. Beatriz e da D. Célia, os quais realçam o sofrimento que sentiam durante as ausências do marido.

“Qualquer dia que ele não estivesse me custava, mas se haviam dias especiais, como aniversários, Natal ou Páscoa, esses dias ainda custavam mais. A vida não foi fácil, foram 36 anos de sofrimento. Quando ele ficou reformado em casa foi uma alegria.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Custava-me muito, porque estava sempre preocupada com ele. Tinha muitas saudades e vivia uma vida de tristeza enquanto ele não estava.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

O governo do lar implicava o controlo da educação dos filhos, o acompanhamento no seu percurso escolar e inserção na sociedade. Quando os pescadores bacalhoeiros estavam embarcados, essa tarefa cabia na sua plenitude às suas mulheres.

“Como ele não estava em casa eu é que tratava de tudo. Para a minha filha não sentir a ausência do pai, eu fazia tudo para a acompanhar, na escola, na Universidade, em qualquer situação.

O seu marido ocupava-se da educação da filha?

Gostava sempre de saber como é que ela ia na escola. Ele queria sempre o melhor para a filha. Ela chegou a andar em explicações e ele nunca me perguntou quanto é que gastava ou se estava a gastar muito dinheiro ou não. Desde que fosse o melhor para a filha, para ele estava tudo bem.

Portanto, tudo o que decidisse em relação à filha o seu marido concordava?

Sempre. Nunca se opôs a nada. Aliás, queria sempre que lhe déssemos o melhor. A menina chumbou no 8ºano, mas disse-me que tinha o sonho de ir para a Universidade. O Quim soube e disse que a menina andava na escola até cumprir o objectivo dela. Era esse o nosso dever como pais.

Se fosse preciso ralar, ele ralava?

Isso não. Nunca ralhou. Ele dizia que eu tinha de ser mãe e pai. A educação da filha ficou ao meu encargo. Ficou sempre contente com o que eu fazia e por isso não se intrometia. Dizia para eu continuar.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

“A responsabilidade de os protegermos era nossa, nós nunca fugíamos às nossas obrigações. Nós tínhamos de ser pai e mãe ao mesmo tempo. O meu filho mais velho escreve muitas vezes para o jornal Expresso, onde há pouco tempo referia: “o meu pai trabalhou muito para que nada nos faltasse, mas a educação e a minha maneira de ser devo-a à minha mãe”. Nunca lhes dei mesadas, mas também nunca lhes faltei com nada.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

Os largos meses, em que os pescadores do bacalhau estavam ausentes, não lhes proporcionavam acompanhar o crescimento dos filhos nem participar em ocasiões especiais para a família. A D. Rosa Santos, mulher do Cozinheiro do arrastão Santo André relembra uma ocasião especial para a filha que teve de ser adiada para uma data em que o marido estivesse presente.

“A minha filha não fez a comunhão em Junho, como as outras crianças, fez em Setembro, na festa do Senhor Jesus dos Navegantes, porque sabíamos que o pai podia assistir.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

Os nascimentos dos filhos nem sempre eram acompanhados pelos maridos, o que é sempre lembrado nas memórias femininas como momentos de vazio sentimental provocados pelas ausências frequentes dos pescadores bacalhoeiros.

“Ele nunca cá estava quando os filhos nasceram.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

Na visão exterior que o testemunho da D. Maria da Borda proporciona percebe-se que independentemente das estratégias utilizadas por cada mulher, das mais variadas dificuldades que passavam, no geral, as mulheres dos pescadores bacalhoeiros sofriam com a ausência do marido.

“Podiam não saber governar a casa e o dinheiro, mas tinham o mesmo respeito pelos maridos. Mesmo as que andavam mais aflitas com o dinheiro tinham a preocupação de se arranjar e de tratar da casa antes de eles chegarem. Isso era geral, tanto como as saudades.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

4.3.2. Vida Familiar Com Marido

Dadas as ausências dos maridos que forçavam a mulher a assumir o controlo da casa, as presenças dos pescadores bacalhoeiros em casa poderiam alterar os comportamentos femininos e os seus hábitos de gestão do lar, mas em qualquer situação estavam sempre

dependentes de vários factores, da união do casal ou da necessidade de manter a ocupação feminina.

Os testemunhos da D. Arminda, mulher do Especial do navio-motor Capitão João Vilarinho, e da D. Auzenda, mulher do Contramestre do arrastão Fernandes Lavrador, mostram que a presença dos seus maridos em casa modificava bastante a sua vida, uma vez que aproveitavam esses tempos para estar com eles. Não trabalhavam a terra. Passeavam mais. Dedicavam-se mais à vida de casal.

“Como ele só cá estava de Inverno, estava sempre com ele em casa, porque de Inverno não se mexe na terra, pois está só semeada com pasto, não precisa que estejamos sempre lá a trabalhar. Quando ele estava, aproveitava o tempo para estar com ele, íamos passear sempre que podíamos, íamos a excursões. Graças a Deus passei uma vida feliz com ele.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

“Quando ele estava em casa era só para estar em casa. Eles estavam cá tão pouco tempo que tínhamos de aproveitar todos os momentos. Aproveitávamos e fazíamos os comeres que eles gostavam e dávamos os mimos que não dávamos durante o resto do tempo. Porém, como ele era o Contramestre, ele tinha de estar quase o tempo todo a bordo, sempre a ganhar, mas tinha de estar a bordo. Em casa ele só passava dois ou três dias. O resto do tempo ia com ele para Lisboa, para bordo do navio. Na paragem de Inverno, como apanhava o Natal, por vezes chegava a passar em casa uma semana, mas normalmente tínhamos pouco tempo para lhes lavar a roupa toda e para lhes arranjar as coisas para a viagem a seguir. Depois de ter a roupa toda arranjada, lá ia para Lisboa ter com ele. Levei sempre os filhos comigo. Como ele tinha um camarote individual, dava para ter lá a família toda. A tripulação gostava toda dos meus filhos. Os miúdos passavam o dia para trás e para a frente no barco, mas também estavam lá as famílias de outros homens, do Cozinheiro ou do Maquinista, por exemplo.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

As memórias da D. Maria Júlia, mulher do Imediato do navio-motor Capitão José Vilarinho, revelam somente que a presença do marido não interferia nas suas acções do governo da casa, uma vez que este concordava sempre com a mulher nas acções de gestão do lar.

“O facto de estar sozinha a governar a casa, quando ele estava mantinha-se na mesma, pois ele não era pessoa de interferir no meu dia-a-dia, no trabalho da casa ou na educação dos filhos. Ele sabia que a casa estava bem entregue, por isso não ia contra o que eu decidisse ou que fizesse.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

Para algumas mulheres a presença do marido em terra não modificava, segundo as mesmas, o seu dia-a-dia. Porém, mesmo nas mulheres que afirmam que o marido não interferia no seu dia-a-dia existem diferenças. A D. Maria Nova afirma que a presença do seu marido não influenciava a sua vida quotidiana porque havia necessidade de manter o ritmo de trabalho para manter o equilíbrio financeiro.

“Fazia a minha vida da mesma forma. Levantávamo-nos na mesma cedo e cada um ia para o seu trabalho. Ao meio-dia vínhamos os dois a casa e eu fazia almoço para os dois, almoçávamos e voltava outra vez cada uma para a sua vida. Se por acaso ele sáisse um pouco mais cedo ainda me ia ajudar na terra. Depois em casa ele também ajudava no que fosse preciso.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

Por outro lado, para a D. Rosa Maria, a presença do marido em casa não interferia na sua vida quotidiana porque, como a mesma afirma, o casal não era muito unido:

“Fazia tudo na mesma. Se ele tinha de ir trabalhar para a Gafanha ia, se não tinha de ir não ia, ia passear, mas não interferia nada na minha vida, eu continuava a fazer as minhas coisas na mesma (...) só me trazia problemas para casa. Trazia problemas e não trazia dinheiro. Estoirar dinheiro era o que ele gostava de fazer. Quando ia receber, escondia-o em tudo o que era sítio, meias e cuecas, só para eu não ver o total que ele tinha recebido. Eu sei que ele ganhava muito pouco, mas do pouco que ganhava eu não via nem metade. Quando recebia, chegava a casa, arranjava-se todo e saía logo a correr, ia para o vinho e para as meninas, que era o que ele mais gostava. Aliás, quando estava em terra passava o dia fora de casa, a fazer o quê, não sei, mas fazia o que queria e não dava satisfações a ninguém. Veja lá que ele debaixo da cama guardava vinho e bagaço.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

Se a presença dos homens fosse imprescindível, como é o caso do casamento, o acontecimento tinha de ser marcado de acordo com as presenças do pescador bacalhoeiro. Mesmo assim, no caso dos navios arrastões, os períodos entre viagens eram curtos e os trabalhos a bordo, mesmo com o navio atracado, não paravam. No discurso oral da D. Auzenda é revelado que mesmo em ocasiões especiais, como o casamento, a presença do homem estava sempre dependente da duração das ausências na sua actividade profissional.

“Quando nos casámos ele só esteve dois dias comigo. Ele chegou de viagem e eu já tinha tudo pronto. O barco atracou em Leixões para descarregar e, passados uns dias ia para Lisboa. Então ele aproveitou e veio a casa para se casar. A minha mãe não me deixou ir à entrada do barco, porque antigamente havia muito respeito, mas eu já me tinha casado por civil antes da viagem, mas o que contava era o casamento pela Igreja. Chegou no sábado de manhã e casámo-nos. Esteve em casa o domingo e na segunda de manhã voltou para Leixões para levar o barco. Foi assim, tudo muito rápido.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

A ausência dos maridos impelia a mulher a se ocupar e responsabilizar totalmente da educação dos filhos. Porém, quando os mesmos estavam presentes no núcleo familiar, a centralidade da figura materna mantinha-se? Os homens impunham diferentes formas de educar os filhos? Rejeitavam a responsabilidade de os educar?

“Só rejeitava as funções de castigar. Por exemplo, ele às vezes vinha-me dizer que os filhos tinham feito alguma asneira, mas não os castigava, pois queria que os filhos estivessem sempre ansiosos pela sua chegada e não pela sua partida.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

“Entre cada viagem estava mais ou menos um mês em casa, mas durante o tempo que ele estava em casa os meus filhos ficavam mais mal-educados. Porque eles comigo estavam habituados a um determinado regime, mas ele quando vinha só lhes dava carinho e eu já não conseguia impor as minhas ordens. O mais importante era ele ter amor e carinho para dar aos filhos durante o tempo em que cá estava.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

Em todos os discursos orais recolhidos percebemos que a figura materna era central na educação dos filhos, mesmo durante as presenças dos maridos. Porém, existem justificações diferentes para explicar a pouca influência dos maridos na educação dos filhos.

“Eu dizia-lhe para ele ralar com os filhos para não ser sempre eu a má e ele respondia-me: “então eu estou cá três dias e vou agora ralar com os meninos”. Quando ele vinha, eu dizia-lhe que ele tinha de aceitar os filhos com a

educação que eu lhes dava, pois estava sozinha, e ele respondia-me: “podes continuar, mas não me peças para lhes ralhar nem lhes bater”. Ele era muito bom pai e os filhos também não eram muito travessos.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)



Figura 18: Fotografia da família de companhia a bordo
Proprietária: D. Natália

“Não queria saber deles para nada. Se os meninos não quisessem comer, para ele era igual, não se preocupava nada, dizia: “não quer comer, não come é porque não tem vontade de comer”. Uma coisa é certa, nunca batia nos meninos, mas se fosse preciso dar uma repreensão por alguma coisa, também não dava. Era eu que tinha de fazer tudo. A educação que os meus filhos têm quem lha deu fui eu, que fui pai e mãe ao mesmo tempo.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

4.3.3. Grandes Decisões

Os vários períodos de ausência masculina levavam ao controlo e domínio feminino da educação dos filhos. De acordo com as memórias recolhidas, esse controlo era consentido e incentivado pelos pescadores bacalhoeiros. O governo da casa e a gestão dos assuntos domésticos eram impostos à mulher pela ausência do marido. Porém, a mulher podia assumir plenamente essa função e excluir o marido das tomadas de decisão ou podia partilhar com ele o rumo das decisões. Cabia então ao marido legitimar o domínio e gestão feminina do lar.

Nas memórias de algumas mulheres, nota-se a capacidade de decisão feminina na gestão dos assuntos domésticos. Contudo, a grande maioria das mulheres revela que a sua autonomia de decisão se devia à legitimação que os maridos lhes davam, através da confiança que depositavam nelas, uma vez que as mulheres os informavam de todas as decisões que tomassem, mesmo que fosse apenas nas chegadas das viagens.

“Normalmente eu já tinha a decisão tomada, mas gostava sempre de ouvir a opinião dele e principalmente tinha de lhe dar conhecimento do que ia fazer.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

“Dava-lhe sempre o conhecimento e ele sabia sempre tudo o que eu fazia, mas eu é que decidia tudo e lidava com as coisas todas. Era eu que pagava as cotas da Casa dos Pescadores, que ia buscar o bilhete de desembarque à Capitania. Ele nunca perdeu uma hora para tratar de nada disso, muito menos para ir às finanças ou ao banco. Posso dizer que eu

é que sou a secretária dele, mas isso só mostra que ele tem confiança em mim. Se eu fosse gastadora ele já não depositava tanta confiança.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

“Se quiséssemos fazer alguma obra em casa ou algum investimento, essas decisões tinham de ser tomadas a par com ele. Porém, eu como tinha mais tempo livre é que acabava por ir tratar disso tudo (...) Essas coisas assim eu tratava, mas tinha sempre de pedir a opinião dele. Ele confiava plenamente nas minhas decisões e na minha capacidade de resolver as coisas, mas tinha de lhe dar sempre conhecimento daquilo que fazia.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Uma vez comprei uma casa na praia e é claro que não a comprava sem lhe dar conhecimento. Mandei-lhe um telegrama a dizer que havia a oportunidade de comprar uma casa na Costa Nova e ele respondeu a dizer que achava bem (...) quando ele vinha e eu lhe dizia que tinha feito alguma coisa ele dizia-me: “oh mulher, tu és a dona da casa, tu é que estás em casa, tu é que sabes o que se passa.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

“Muitas vezes íamos os dois ao banco, mas eu é que tinha que assinar e que falar com o funcionário. Cheguei-lhe a dizer muitas vezes: “tu estás aqui ao meu lado e não dizes nada, porque é que não falas tu?”. Ele dizia-me: “tu é que és a ministra das finanças”. Ele não se ralava com nada. Mais tarde, quando comprámos casa, eu tratei da escritura, de dar o sinal e das papeladas todas. Ele só gostava de saber o que acontecia, mas não gostava de tratar de nada (...) O que ele gostava era de ter conhecimento de tudo o que se fazia em casa. De resto dizia: “tu tratas disso.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

No discurso da D. Maria Lucília e da D. Rosa Maria percebemos que a capacidade feminina de tomar decisões se mantinha mas, ao contrário das anteriores, as decisões destas mulheres não precisavam de ser legitimadas pelos maridos, uma vez que as tomavam sozinhas sem quaisquer interferências dos maridos.

“Eu e a minha mãe é que tomávamos as decisões que tínhamos de tomar e ele não interferia.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“Ele não tinha decisão nenhuma. Aquilo que eu fizesse estava feito e ponto final. Para ele o que importava era ter dinheiro para gastar no que queria.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

O testemunho da D. Rosa Santos revela que a sua autonomia nas decisões não era muita. Não quer dizer que não houvesse capacidade feminina em decidir ou que não houvesse confiança masculina nas decisões, mas sabendo do gosto que o marido tinha em decidir, a D. Rosa Santos delegava nele essa função.

“Nunca comprei nada sem autorização dele ou sem a opinião dele. Se precisássemos de comprar alguma coisa para casa, eu sabia que ele gostava sempre de ir escolher. Ele queria que eu fosse com ele para comprar, pedia a minha opinião, mas não gostava que eu dissesse que não gostava, mas normalmente estávamos de acordo. Por exemplo, quando foi para comprar a tal televisão a cores, eu só lhe disse que gostava de ter uma televisão dessas. Ele foi escolhê-la, foi buscá-la e foi pagá-la. Eu apenas disse que gostava de uma televisão daquelas. Outro caso, se eu precisasse de uma passadeira, ou de alguma coisa do género, eu esperava por ele e íamos os dois, porque sabia que ele gostava de escolher.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

4.3.4. Redes de Apoio

O apoio de familiares é notado em geral no discurso oral das mulheres, nomeadamente o apoio materno. O apoio dos familiares é recordado como importante quer do ponto de vista financeiro, quer no auxílio à educação dos filhos, quer ainda emocionalmente.

“O que me vale é que tive uma mãe maravilhosa, que se sacrificava a fazer alguns trabalhos, no campo ou a lavar roupa, de forma a nos proporcionar uma vida mais estável.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

“Tinha a minha mãe que me apoiava muito. Nas situações em que precisava de me ausentar ela ficava-me com os meninos. Ela era professora e ia trabalhar, mas tinha uma criada em casa que tomava conta dos meninos quando era preciso. A minha avó materna também era um grande auxílio. Quando ia para Lisboa os meninos ficavam em casa da minha mãe, mas também podiam ficar em casa da minha sogra, se assim fosse preciso.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Tinha apoio de toda a minha família. Como lhe disse, quando ele não estava ia para casa da minha mãe, porque convinha-lhe que eu lá estivesse a tomar conta da casa e a fazer o comer enquanto ela ia para as terras. Muitas vezes também ia para a terra ajudá-la (...) Mesmo de Inverno, quando ele cá estava, ao Domingo íamos sempre para casa da minha mãe. A família era muito unida.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

“Tinha apoio dos meus pais e dos meus sogros que nos ajudavam na resolução de algum problema que surgisse.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

O testemunho da D. Auzenda dá realce ao apoio prestado por uma pessoa exterior à família, que lhe tomava conta dos filhos:

“Tinha o apoio da minha mãe, mas não era muito. O grande apoio que eu tinha era da mestra que ficava com os meus filhos quando eu ia dar tardes para as terras.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

Os discursos orais da D. Célia e da D. Rosa Maria revelam que nenhuma destas mulheres considera importante o apoio prestado por familiares. No primeiro caso, a união do casal e dos filhos é destacado como ponto de mútuo apoio. No segundo caso, o facto de os pais residirem noutra localidade é apresentado como razão para a ausência de apoio familiar.

“Com pouco ou muito eu governava-me sozinha. Até irem para a escola os meninos estavam sempre comigo, depois de virem da escola vinham direitinhos para casa e ajudavam no que fosse preciso. Éramos nós lá em casa que nos ajudávamos uns aos outros.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

“Nunca tive apoio de ninguém. Como não era de cá, não tinha cá os meus pais nem familiares. Os meus sogros também não queriam saber de nós para nada. Nem quando os filhos nasceram tive quem cuidasse de mim.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

No apoio proporcionado por instituições, a grande maioria dos testemunhos relembra o auxílio prestado pela Casa dos Pescadores, mas também o auxílio prestado por um sindicato de representação e pela Paróquia da localidade.

“Nós éramos sócios porque éramos obrigados a ser. Se ele se matriculasse tinha logo de pagar as cotas de sócio da Casa dos Pescadores. As minhas filhas recebiam o abono de família pela Casa dos Pescadores. Lá na Gafanha da

Encarnação não havia nada da Casa dos Pescadores, por isso tínhamos de ir a Aveiro buscar o abono ou ir lá às consultas que precisássemos. Vínhamos a pé até à Gafanha da Nazaré e depois apanhávamos a camioneta para ir para Aveiro. Às vezes fazíamos tudo a pé, para poupar o dinheiro da camioneta. Todos os meses tínhamos de ir lá buscar o abono, porque não tínhamos quem nos trouxesse e se não fossemos buscar nesse dia eles já não nos davam o abono. Aqui na Gafanha da Nazaré também passou a ter um posto médico, que facilitava muito, mas tínhamos de ir na mesma todos os meses a Aveiro. Se por acaso precisássemos de ser consultadas por um especialista, tínhamos de ir ao Posto Médico de Ílhavo, que aí é que tinha as consultas de especialistas. Em Ílhavo e Aveiro estavam os bons médicos, para o Posto Médico da Gafanha da Nazaré só vinham os “sapateiros”, que só receitavam o remédio das bichas e pouco mais. Acho que a Casa dos Pescadores também dava leite, mas Graças a Deus nunca precisei.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

“Como o meu marido era oficial, ele era sócio do Sindicato dos Oficiais da Marinha Mercante, que o apoiava naquilo que ele necessitava (...) Para além disso, também tínhamos o abono, que esse sim era igual para toda a gente, quer fosse oficial ou pescador, o valor por cada filho era o mesmo. O abono não era muito grande, acho que não chegava a 40\$00 por cada filho.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Como também já não os levava para o trabalho porque eles já eram grandes, a dona da casa onde trabalhava falou com o Prior para me meter os meninos no Infantário do Centro Paroquial. Pagava no Centro Paroquial exactamente o que recebia de abono de família da Casa dos Pescadores. Porém, não os tive lá muito tempo, porque aumentaram a mensalidade e o abono de família não foi aumentado.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

4.3.5. Para Além do Trabalho

A presença masculina é muitas vezes utilizada para lazer. Porém, em casos de maior necessidade económica ou de difícil relação sentimental, a ocupação do tempo feminino não sofria grande alteração. Neste sentido, os testemunhos da D. Maria Júlia, mulher do Imediato do navio-motor Capitão José Vilarinho, e da D. Rosa Santos, mulher do Cozinheiro do arrastão Santo André, revelam que a ocupação do tempo feminino é lembrada como mais agradável ao nível pessoal e afectivo, quando o marido estava presente.

“Quando ele estava em casa era muito melhor, pelo menos saía de casa e distraía-me um pouco. Era muito mais triste quando ele não estava. Não havia comparação. Nós andávamos seis meses a ansiar que eles chegassem para ter a companhia e o carinho deles. Pelo menos nessa altura fazíamos uma vida a dois.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aguém, 22-02-2008)

“Não trabalhava tanto. Saímos mais para ir passear. Ao Domingo saíamos sempre, dávamos uma volta na Costa Nova, a Mira, à Vagueira ver a Xávega, íamos ver os navios ao cais da Gafanha.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

No caso da D. Maria Nova, mulher do Maduro do arrastão Santa Mafalda, o facto de o marido estar presente ou ausente não influenciava em nada a sua ocupação do tempo, pois o ritmo de trabalho tinha de ser mantido para dar continuidade ao equilíbrio financeiro.

“Era geralmente a mesma coisa, do trabalho para casa, de casa para o trabalho. Não havia possibilidade para mais.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

O discurso da D. Rosa Maria, mulher do Maduro do arrastão Santa Mafalda, revela que a ocupação feminina do tempo se mantinha, independentemente da presença do marido, dado o afastamento relacional do casal.

“Desde que ele não me chateasse, ocupava o meu tempo da mesma forma. Eu trabalhava e ele estava em casa ou passeava. Houve uma altura que estava farta daquela situação toda, dele ser malandro, de beber e de abusar de mim. Por isso, decidi que ia fazer uma vida independente da dele. Não o pus fora de casa, mas desse dia em diante cada um dormia na sua cama. Nem ele se preocupava comigo, nem eu com ele. Dava-lhe de comer e lavava-lhe a roupa quando era preciso. Não o abandonei, mas cada um passou a fazer a sua vida. Quando lhe faltava dinheiro lá me vinha pedir, mas não abusava muito. Desde que não lhe faltasse vinho ele não se importava. Estivemos assim até que ele morreu.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

Em relação aos locais mais frequentados, o discurso oral das mulheres não difere muito. Os eventos religiosos, como a missa ou as procissões, são recordados como os únicos locais frequentados por estas mulheres. Indo ao encontro daquilo que foi dito anteriormente, a união familiar e o apoio dos pais confirma-se pela escolha da casa dos progenitores como local de visita.

Os sítios religiosos e os eventos relacionados com a devoção surgem destacados por algumas mulheres como locais mais frequentados para ocupar o tempo de lazer feminino. Para além do tempo livre, a ocupação do tempo feminino mantinha-se reservado às actividades relacionadas com o governo da casa e da educação dos filhos.

“Ao Domingo ia sempre à missa. De resto, não saía muito de casa, a não ser para ir trabalhar.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

“Ia só à missa. Desde que os meus filhos eram pequeninos que iam sempre à missa comigo. Também não dava para ir a mais lado nenhum. Como trabalhava muito ao fim de semana lavava a roupa e tratava da casa.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

“Ia à missa. O meu divertimento estava sempre relacionado com a religião. Não ia ao cinema, nem a passeios nem a qualquer outro lado, pois eu tinha sempre muito medo de chegar a casa e ter uma má notícia. Não havia outra razão para não sair, só que tinha esse medo e não queria arriscar, porque isso já tinha acontecido a outras senhoras que tinham saído e que quando chegaram a casa receberam a notícia de uma tragédia.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

A ocupação do tempo livre feminino também era preenchida pela visita regular à casa dos pais, o que fortalecia a união familiar e produzia relações de apoio:

“Durante a semana estava muito por casa, porque os filhos eram pequenos e tinha de estar com eles. Ia até casa dos meus sogros. Aos Domingos ia passar o dia à Gafanha d’Aquém, a casa dos meus pais. Era quase sempre a mesma coisa. Não havia carro, não havia televisão. Era assim a nossa vida.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)

“Trabalhava a semana toda. Só ao domingo é que saía e ia à missa. De resto estava sempre em casa. É certo que em dias festivos também saía. No dia das comunhões, das procissões. Só nessas alturas é que saía e gostava de ir ver essas coisas todas (...) Ia sempre a casa dos meus pais e dos meus irmãos. Esses eram os locais que mais frequentava.

De resto, acompanhava sempre a minha filha quando ela precisava, na escola e na catequese.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

Entre o discurso da D. Beatriz, mulher do Capitão do arrastão Santo André, e da D. Maria Lucília, mulher do Motorista do arrastão António Pascoal, notam-se as diferenças na ocupação do tempo feminino, o qual estava dependente da ocupação socioprofissional do marido e da respectiva remuneração:

“Quando ele não estava não ia a lado nenhum, a não ser ir à missa ou a casa da minha mãe. Se houvesse uma procissão ia com os meninos e a minha mãe, mas de resto não se ia a lado nenhum. Eles não estavam cá para sair e nós também não saíamos. Como disse, nos meses de Verão íamos para a Costa Nova, mas também não saía muito, de casa para a praia e pouco mais. Assim como eu, a maior parte das mulheres de Ílhavo fazia uma vida recatada. Quando ele cá estava íamos dar umas voltas, a Aveiro, à Costa Nova, a Fátima, a Mira. Quando eles cá estavam aproveitávamos e íamos dar estas voltas, porque sem eles cá estarem não podia ser.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Passava a maior parte do tempo em casa, trabalhava em casa, tinha os filhos em casa. Às vezes, ao fim de semana, levava uma merenda e uma manta e ia fazer um piquenique com a minha mãe e com os meus filhos para uma agra que havia aqui perto, que ficava na margem da ria. Como não tinha possibilidade de ir para a Costa Nova era essa a nossa praia e era muito bom.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

O testemunho da D. Maria da Borda, filha do merceeiro que tinha a loja perto do cais dos bacalhoeiros, revela que no fundo as mulheres dos pescadores bacalhoeiros não saíam muito à rua mas, quando o faziam, notava-se, porque tinham a preocupação de ostentar o incremento económico conseguido pelos seus maridos na pesca do bacalhau.

“As mulheres dos bacalhoeiros eram muito vaidosas. Raramente saíam à rua, mas quando saíam vinham sempre todas bem vestidas. Na Hora da saudade vinham sempre com uma roupinha melhor, nas procissões vinham sempre bem vestidas, os filhos iam muitas vezes vestidos de anjinhos nas procissões. Parece que se sentiam superiores por os maridos andarem ao bacalhau, pelo menos tinham muita vaidade nisso.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

4.3.6. Práticas Religiosas

Em concordância com a importância da valorização do apoio moral e religioso constante da acção social do Estado Novo aos pescadores, nas memórias femininas da pesca do bacalhau a devoção e fé das mulheres é várias vezes destacada. Por vezes, surgem casos como o de D. Maria Lucília que, mesmo considerando que foi algumas vezes à romaria do São Geraldo pagar promessas, não se considera muito devota:

“Não era muito devota. Quando podia ia ao São Geraldo [Águeda] para aliviar as doenças do meu marido, mas não ia regularmente.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

Porém, são muito mais frequentes os discursos que assumem claramente as devoções. Como estes sobre a Nossa Senhora de Fátima:

“Nós não éramos muito de sair, nem de andar por passeios ou excursões. Só íamos a Fátima. Eu prometia à Nossa Senhora de Fátima que se ele viesse a tempo nós íamos lá pagar a promessa.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

“Rezava muito à Nossa Senhora de Fátima. Tinha, e ainda tenho no meu quarto uma imagem grande da Nossa Senhora e um oratório, que lia todas as noites.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

Mas a principal devoção centra-se na figura cristã de protecção aos pescadores, o Senhor Jesus dos Navegantes. A devoção pelo Senhor Jesus dos Navegantes aparece evidenciada na maioria das mulheres dos pescadores bacalhoeiros de Ílhavo.

“O Santo da nossa devoção era o Senhor Jesus dos Navegantes, padroeiro dos marítimos de Ílhavo. Geralmente era ao Senhor Jesus dos Navegante que rezava para ele olhar e proteger os marítimos. A principal preocupação era que todos chegassem a salvo. Nessa altura era rara a viagem em que não ficava lá um ou dois navios.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d’Aquém, 22-02-2008)



Figura 19: Procissão em Honra do Senhor Jesus dos Navegantes
Fonte: Arquivo da Paróquia de São Salvador – Ílhavo

A devoção dos pescadores ilhavenses pelo Senhor Jesus dos Navegantes remonta a meados do século XIX, onde se reúne numa só devoção, a fé no padroeiro da Paróquia de São Salvador, Senhor Jesus e a fé no padroeiro dos pescadores costeiros da Costa Nova, São Pedro Apóstolo. As festividades em honra do Senhor Jesus dos Navegantes decorrem no 1º Domingo de Setembro e culminam numa honrosa procissão: “Na sua imponente procissão (...) integram-se as irmandades da Senhora do Pranto e do Santíssimo, os tradicionais anjinhos. Os meninos que levam os ramos da mordomia, tomam lugar à frente do andor do Senhor, adornado com o lugre miniatura, sanefas adamascadas e os característicos ramos de flores artificiais; seguem-se as representações dos marítimos, com as suas respectivas bandeiras e uma banda de música” (CALÃO, 2007: p. 18). Segundo o mesmo autor, o incremento económico conseguido com as campanhas da pesca do bacalhau acompanhou a devoção dos marítimos pelo seu padroeiro, algo que se nota pelas inúmeras oferendas de ex-votos feitas em honra do Senhor Jesus dos Navegantes.

A devoção pelo santo e o acompanhamento das festividades, assim como da procissão, são destacados nas memórias da maioria das mulheres:

“Quando ele cá estava íamos com os meninos à procissão do Senhor Jesus dos Navegantes.” (entrevista a D. Célia, Ílhavo, 16-03-2008)

“Tinha [devoção] pelo Senhor Jesus dos Navegantes, mas não vinha sempre à procissão. Uma vez fiz a promessa de vir com o filho mais novo vestido de S. José, mas nesse ano a procissão não saiu.” (entrevista a D. Rosa Maria, Ílhavo, 27-02-2008)

No discurso da D. Natália e da D. Beatriz, mulheres dos Capitães, nota-se que para além da devoção feminina, o Senhor Jesus dos Navegantes é também o santo da devoção dos pescadores bacalhoeiros.

“Sempre tive devoção pelo Senhor Jesus dos Navegantes. Em primeiro lugar estava Deus, mas pedia-lhe que por intermédio do Senhor Jesus dos Navegantes me trouxesse o meu marido são e salvo (...) ainda hoje acompanho a festa. Com um aperto maior, mas ainda acompanho. Lembro-me que houve uns anos que a festa se realizou em Setembro e novamente em Outubro ou mesmo Dezembro, para esperar por alguns navios que se tinham atrasado. Os pescadores também eram homens de fé, não quer dizer que fosse todos e cada um também tinha a fé à sua maneira, mas na generalidade os homens de Ílhavo que iam ao bacalhau eram muito crentes no Senhor Jesus dos Navegantes.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

“Tinha muita devoção pelo Senhor Jesus dos Navegantes. O Sr. Capitão também era muito devoto do Senhor Jesus dos Navegantes. Quando andava ao mar, quando cá estava não falhava uma procissão. Depois de reformado, só quando estava mesmo doente antes de falecer é que não foi na procissão, mas ainda chegou a ir à Igreja, de resto foi sempre. Ele até chegou a ser Presidente da Festa do Senhor Jesus dos Navegantes. Eu também o acompanhei sempre na sua devoção, mesmo que ele cá não estivesse ia sempre à procissão.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

Das memórias da D. Auzenda sobre a Festa do Senhor Jesus dos Navegantes, destaca-se uma história invulgar relacionada com a devoção ao santo padroeiro da Paróquia de São Salvador.

“Tinha [devoção] pelo Senhor Jesus dos Navegantes. Ia sempre à procissão. A minha devoção era tanta, que o Senhor Jesus dos Navegantes é padrinho do meu filho. A minha mãe foi madrinha e o Senhor Jesus o padrinho (...) primeiro o meu homem sempre teve uma devoção muito grande, porque no mar os pescadores rezam muito ao Senhor Jesus. O meu irmão era para ser o padrinho, mas como estava no Brasil era preciso uma procuração, mas eu não sabia. O Prior disse que o meu irmão só podia ser padrinho com uma procuração, mas já não vinha a tempo. Como o menino não podia ficar sem padrinho, o Prior indicou o Senhor Jesus, porque a minha mãe já era viúva e não havia problema nenhum. Como achava que o meu menino merecia essa honra, o Senhor Jesus dos Navegantes é o padrinho dele.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

4.4. A Importância das Comunicações

Quer nos navios arrastões, quer nos navios à linha as viagens nunca duravam menos do que cinco meses. Durante esse tempo de ausência os contactos eram mínimos e tudo servia para atenuar o sentimento de separação.

4.4.1. Cartas, Telegramas e Encomendas

As cartas eram o meio mais utilizado para manter contacto durante as ausências dos maridos. Nos dois testemunhos orais apresentados, o envio e recepção de correspondência surgem como meio primordial de comunicação entre os pescadores bacalhoeiros e as suas mulheres. Mesmo tendo em conta que o primeiro testemunho foi dado pela mulher dum tripulante dum navio à linha e o segundo pela mulher dum tripulante dum navio arrastão, em ambos os casos o envio de cartas processa-se da mesma maneira: a carta era enviada para o correspondente da empresa em St. John's e só quando algum navio ia a terra é que a correspondência era entregue.



Figura 20: Envelope de carta com o endereço do representante da empresa
Proprietária: D. Beatriz

“A carta ia para St. John's ao cuidado de uma empresa que os abastecia. Outras vezes as cartas iam pelo Gil Eanes, o qual só saía uns meses depois da frota. O Gil Eanes levava as nossas cartas e trazia as deles. O Gil Eanes era um navio hospital que fazia a ronda à frota bacalhoeira para lhes tratar dos doentes que tinham a bordo. O Gil Eanes também levava encomendas, mas tal como as cartas também só iam uma vez por viagem, por isso escrevamos para terra, lá para a tal empresa em St. John's, pois quando eles iam a terra pôr gasóleo, buscar mantimentos ou por qualquer outro motivo é que as cartas lhes eram entregues as que nós mandávamos e eles aproveitavam para mandar as deles. As notícias eram sempre muito atrasadas.” (entrevista a D. Maria Júlia, Gafanha d'Aquém, 22-02-2008)

“Todas as segundas-feiras lhe escrevia. Os envelopes eram comprados já com a direcção na Livraria Santos. Quando outros navios iam a terra, ou eles iam a terra, as cartas eram entregues. Como me habituei a escrever todas as semanas, nas minhas cartas contava o que se tinha passado na semana anterior, de forma a ele acompanhar, lá no mar, o que se passava connosco em terra.” (entrevista a D. Rosa Santos, Ílhavo, 03-03-2008)

O envio de telegramas não era tão frequente, pois ficava muito mais caro do que o envio das cartas. Porém, era utilizado para comunicar notícias urgentes, como nascimentos ou falecimentos, ou para comemorar dias especiais.

“Era só por cartas. Às vezes também era por telegrama, mas era muito pouco. Só lhe enviava telegramas pelos anos dele.

Onde é que enviava os telegramas?

No correio. Os telegramas já estavam escritos. Nós só escolhíamos o número do que representasse a frase que queríamos dizer. Quando o menino passou o último ano da escola também lhe enviei um. Cartas é que lhe enviava muitas.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)



Figura 21: Fotografia da família enviada por carta
Proprietária: D. Crisanta

O envio de encomendas também funcionava como meio de ligação entre a família em terra e o bacalhoeiro no mar. Este envio de encomendas estava relacionado com as tipologias dos navios. No caso dos navios arrastões, as empresas armadoras responsabilizavam-se pela entrega das encomenda chegar aos seus destinatários, por intermédio de barcos da mesma empresa que saíssem mais tarde ou de outra forma. Já nos navios à linha a encomenda era entregue na Casa dos Pescadores ou despachada na estação dos comboios com o endereço do GANPB, que por intermédio do navio-hospital Gil Eanes tinha a tarefa de as fazer chegar aos destinatários. Os testemunhos de D. Crisanta, mulher do Especial do navio-motor Novos Mares, e de D. Beatriz, mulher do Capitão do arrastão Santo André, dão realce ao envio de encomendas, ao seu processo e ao conteúdo das mesmas:

“Uma vez por viagem também lhe mandava uma encomenda, que metíamos num caixote de madeira, mas tínhamos de ir à Estação de Aveiro despachá-lo. Normalmente enviava-lhe coisas que ele gostava, mas que lá não havia.

O que é que lhe enviava?

Uma chouriça, um queijo e outras coisas que não se estragassem. Só podíamos enviar até um certo peso, mas até esse peso, quanto mais pesasse mais nós pagávamos.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

“Todas as semanas lhe escrevia. Todas as semanas lhe mandava o Jornal “A bola”, porque ele era ferrenho pelo futebol. Mandei fazer umas listas com o nome dele e a direcção do agente da empresa só para lhe mandar “A bola” todas as semanas. Às segundas-feiras pedia na livraria para me guardarem o jornal, ia buscá-lo e ia pô-lo ao correio. Todas as semanas ia daqui um jornal e uma carta. Quando ele fosse a terra ou se fossem outros navios, entregavam-lhe isso tudo. Quando chegava a terra, já trazia as cartas escritas, punha-as no correio e telefonava-me quando podia. Sempre que sabia que ia sair um barco, para além de “A bola” também lhe comprava o “Primeiro de Janeiro” para lhe mandar nas encomendas. Nessas encomendas, para além de jornais e cartas, também mandava outras coisas, dependia da altura do ano, mas mandava-lhe amêndoas, frutos secos, rebuçados, folares. No fundo, mandava-lhe mimosinhos, que sabíamos que eles lá não tinham.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)



Figura 22: Envelope de carta com o endereço do marido
Proprietária: D. Beatriz

O envio de cartas não era apenas efectuado pelas mulheres: os pescadores bacalhoeiros também as enviavam para casa, dando assim notícias às suas mulheres e filhos. A recepção de cartas com notícias dos maridos é também lembrada como um momento intenso de união familiar e atenuante das saudades sentidas. O discurso oral da D. Crisanta transmite os sentimentos das alturas em que recebia cartas com notícias do marido:

“O que mais me dava satisfação era receber as cartas dele. Ficava louca. Quando era altura de receber cartas andava sempre ansiosa. Dantes nem havia caixa do correio. Era o carteiro que as punha debaixo da porta. Nos primeiros anos de casados nem sequer havia correio na Gafanha, o carteiro vinha de Aveiro e deixava as cartas em casa da minha mãe. Quando estava mais ansiosa ficava à porta à espera dele para lhe perguntar se ele trazia alguma carta para mim, ao qual ela respondia sempre que vinha no dia seguinte.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)



Figura 23: Cartas individuais para cada um dos filhos
Proprietária: D. Natália

4.4.2. A Hora da Saudade

A Hora da Saudade surge com especial destaque nas memórias femininas da pesca do bacalhau. A emoção da Hora da Saudade e o funcionamento do evento no estabelecimento de contacto entre as mulheres e os maridos são assim relatados:

[A Hora da Saudade] “funcionava no Salão Cinema Texas. Fazíamos um diálogo através de uma aparelhagem sonora, quer dizer, só nós é que falávamos e eles ouviam de lá. Nós não os ouvíamos. Normalmente falávamos e dizíamos que estava tudo bem. Nunca dizia que estávamos mal, Graças a Deus nunca estivemos, mas coisas desagradáveis nunca lhe dizia. É claro que não se falava de vida particular, porque os barcos todos ouviam a emissão. Eu também nunca fui daquelas pessoas de mandar muitos beijinhos nem de dizer que tinha muitas saudades, mas havia senhoras que choravam muito.” (entrevista a D. Natália, Ílhavo, 18-02-2008)

A Hora da Saudade parte da iniciativa do jornal “Diário da Manhã” que, em cooperação com a Emissora Nacional, decide organizar um evento que suavizasse a angústia das ausências, tanto dos homens no mar, como das famílias em terra, pondo em contacto, através da radiotelefonia da Emissora Nacional, tripulantes dos navios bacalhoeiros e os seus familiares em terra. A ideia foi prontamente aceite e auxiliada pelo Grémio dos Armadores de

Navios da Pesca do Bacalhau, o qual via neste evento a possibilidade de dar notícias das tripulações bacalhoeiras às suas famílias, mesmo antes do Navio-Hospital “Gil Eanes” chegar ao pesqueiro. A estreita relação de colaboração entre o Grémio dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau, a Junta Central das Casas dos Pescadores e a Emissora Nacional, sempre sob o patrocínio do jornal “Diário da Manhã”, permitiram a realização deste evento de modo a alicerçar ainda mais a organização corporativa.



Figura 24: Salão da Hora da Saudade

Fonte: *Jornal do Pescador*, ano 11, nº 126, Junho de 1949, p.24

A primeira emissão da Hora da Saudade teve lugar em Ílhavo em Junho de 1942.¹⁷

“A Hora da Saudade era muito bonita e normalmente havia duas vezes por ano. Em Ílhavo a Hora da Saudade era feita no Salão Cinema Texas. Na Hora da Saudade nós falávamos no rádio e era transmitido para eles a bordo. Eles ouviam-nos, mas nós não os ouvíamos (...) eu gostava muito e achava muito engraçado. Havia mulheres que iam para lá dizer o número de porquinhos que a porca tinha tido. Às vezes fartávamo-nos de rir, porque o que se falava toda a sala ouvia e todos os barcos da frota também ouviam. Sempre que havia a Hora da Saudade havia em Ílhavo uma feira, com carrinhos, com farturas, com tendinhas (...) uns dias antes inscrevíamo-nos e depois já na sala eles chamavam-nos e lá íamos falar. Normalmente falávamos o tempo que queríamos. Quando era o Fernando Pessa a apresentar ele dizia: “então não há mais nada para dizer”. Ele metia-se muito com as crianças. Uma vez ele disse para a minha filha: “vais falar com o paizinho, então diz-lhe para quando ele vier te trazer uma boneca”. E ela disse: “paizinho trás uma boneca”. Quando ele veio lá trazia a boneca à miúda. Ela adorou a boneca. Tanto, que ainda hoje a tem. Ela tinha e tem muito amor à boneca, que foi baptizada, com padrinhos, boda e festa. Quando o Paulo trouxe a boneca a menina devia ter uns 4 anos. Portanto, a boneca vai fazer 50 anos no Verão. Eu gostava muito de ir à Hora da Saudade falar para o Paulo, mas às vezes desatava a chorar cheia de saudades. Os apresentadores estavam sempre a instigar para dizermos mais qualquer coisa, mas tinham uma paciência muito grande. Contava sempre muitas coisas ao meu marido, sobre os meninos, sobre as colheitas. Esses momentos eram muito alegres, mas ao mesmo tempo também era uma tristeza. Aliás, sempre foi assim a nossa vida, com alegrias e tristezas.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)



Figura 25: Boneca pedida pela filha na Hora da Saudade
Proprietária: D. Auzenda

¹⁷ “Jornal do Pescador”, ano 5, nº 43, Julho de 1942, p.9

A iniciativa foi aceite pelas comunidades e intensamente aguardada pelos familiares e tripulantes, mesmo sabendo que os pescadores bacalhoeiros não podiam falar do navio para terra, ouvindo apenas o que os familiares tinham para dizer. Durante a campanha, a Emissora Nacional palmilhava os centros piscatórios mais representados na pesca do bacalhau para emissões da Hora da Saudade. Por exemplo, no plano da Hora da Saudade para a campanha de 1947¹⁸, constaram, entre Junho e Setembro, emissões em Ílhavo, Fuzeta, Buarcos, Viana do Castelo, Setúbal e Aveiro.



Figura 26: Plano da Hora da Saudade

Fonte: *Jornal do Pescador*, ano 11, nº 123, Março de 1949, p.24

Alguns centros com mais tripulantes na frota bacalhoeira eram presenteados com duas emissões por campanha, como nos casos de Ílhavo, Gafanha, Murtosa e Figueira da Foz. Antes do início da campanha, o plano da Hora da Saudade era anunciado, revelando as datas, locais e horas a que se realizavam as emissões. Para além destas emissões, nos estúdios da Emissora Nacional o programa também era transmitido quinzenalmente, onde eram passadas

¹⁸ “*Jornal do Pescador*”, ano 9, nº 102, Junho de 1947, p.27

mensagens de entidades oficiais, lidos textos enviados pelas mulheres e tocados discos pedidos. A D. Auzenda, mulher do Contramestre do navio Fernandes Lavrador, recorda essas emissões nos estúdios da Emissora Nacional, em que eram emitidos os discos pedidos a partir de carta pelas mulheres.

“Muitas vezes dedicava-lhe discos pela Emissora Nacional. Fazia o pedido por carta para lá e eles tocavam a bordo. Ele ficava muito contente e quando escrevia dizia sempre que tinha recebido o disco e que tinha gostado. A cantora que mais lhe dedicava era a Helena Tavares.” (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

Nas emissões realizadas nas localidades, havia uma mesa de honra, composta por: Capitão do Porto Marítimo, representante do GANPB, representante da edilidade local, representante das esposas, representante da Emissora Nacional, representante do jornal “Diário da Manhã” e representante das filhas dos tripulantes. A emissão era feita num ambiente requintado, cheio de emoção e dedicado às famílias: “e mais uma vez o velho mas acolhedor Cineteatro de Ílhavo, vistosamente decorado com bandeiras, lindas colchas e até efeitos de luz, registou uma enchente, com muitas mães, esposas, irmãs e noivas dos nossos pescadores. E lindos cravos, dezenas de cravos de todas as cores, de cores bem pouco vulgares, enchiam o palco e perfumavam o ambiente.”¹⁹ Este artigo do “Jornal do Pescador” de Junho de 1949 realça o ambiente engalanado do salão de Ílhavo que recebeu a Hora da Saudade naquele ano. Sobre este clima criado nos espaços que recebiam a Hora da Saudade, cite-se a memória da D. Maria da Borda, filha do merceeiro, a qual antes de se casar era convidada, juntamente com outras jovens colegas, para irem ajudar a preparar o evento, para que estivesse preparado e enfeitado para receber as famílias dos pescadores bacalhoeiros.

“Ia arranjar e enfeitar o salão (...) eu não tinha ninguém no bacalhau, mas por intermédio de umas amigas chamaram-nos para ir arranjar e enfeitar o salão. A Hora da Saudade era uma coisa em grande, as pessoas tinham de se inscrever e depois iam lá falar para os maridos. Ia mesmo muita gente (...) enfeitava o salão para lhe dar um ar de festa. Limpava-mos o salão, púnhamos umas colchas a fazer pano de fundo ao palco, púnhamos flores, plantas, carpetes, pratos e outras coisas que achássemos que ficavam bonitas (...) quem me chamava era a mulher do Sr. Capitão Castro. O casal era de Lisboa, muito amável e educado (...) a mulher do Sr. Capitão não trazia nada, nós é que disponibilizávamos tudo, as colchas, as flores. Fazíamos estrelas em papel de prata. Nós, as raparigas que íamos enfeitar é que levávamos os enfeites todos (...) os senhores da Emissora chegavam no sábado ao início da tarde e no Domingo à noite tinha de estar tudo pronto. No sábado à tarde ia-se limpar o salão e no domingo de manhã começávamos a enfeitar (...) traziam só a radiofonia. Nós é que lhes arranjávamos a mesa e a colcha para eles se instalarem com a radiofonia. A montagem da radiofonia dava-lhes muito trabalho, porque ainda tinha muitos fios para ligar, mas o enfeite do salão não era preocupação deles (...) depois davam-nos o privilégio de podermos assistir, porque aquilo era só para os familiares dos homens do bacalhau e nós não tínhamos ninguém no bacalhau (...) eles chamavam os familiares, por ordem do barco para que se estava a falar no momento. Normalmente os familiares só diziam que estava tudo bem, que estavam com saudades e desejavam uma boa viagem. A maior parte das pessoas estavam muito nervosas, chegavam ao microfone e quase não conseguiam falar, tal era a emoção. As pessoas não podiam demorar muito tempo a falar e nas mensagens normalmente só diziam coisas boas. (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

¹⁹ “Jornal do Pescador”, ano 11, nº 126, Junho de 1949, p.24



Figura 25: Mesa de Honra da Hora da Saudade

Fonte: *Jornal do Pescador*, ano 11, nº 126, Junho de 1949, p.24

Nos primeiros tempos da Hora da Saudade, as emissões duravam menos de 30 minutos e não ultrapassavam as 100 mensagens lidas. Porém, à medida que os familiares iam aderindo à Hora da Saudade e as emissões começaram a ter mais afluência, a Emissora Nacional passou o tempo de emissão para 45 minutos por sessão e um máximo de 15 palavras por mensagem. Em Ílhavo, atingiu-se o máximo de 207 mensagens lidas²⁰ mas, em qualquer das duas emissões por campanha, o número de mensagens rondava sempre as duas centenas. Não foi possível perceber quando terminaram as emissões da Hora da Saudade mas, no “Jornal do Pescador” de Fevereiro de 1972, encontrou-se o último plano da Hora da Saudade e as últimas referências ao evento. Este acontecimento ocupa especial destaque nas memórias femininas da pesca do bacalhau. Deste modo, convém perceber as recordações que as mulheres têm da Hora da Saudade.

Nas memórias da D. Arminda, mulher do Especial do navio-motor Capitão João Vilarinho, destaca-se em especial a função que o Armador tinha na presença das mulheres na Hora da Saudade. Ou seja, consciente da importância da Hora da Saudade para os bacalhoeiros e para as suas famílias, era o Capitão João Vilarinho, Armador do navio-motor com o mesmo nome que se encarregava, por auto-criação, da inscrição e do transporte para a Hora da Saudade das mulheres dos bacalhoeiros, tripulantes nos navios por ele armados.

“Cheguei a ir a Ílhavo, mas das últimas vezes já havia Hora da Saudade no salão da Igreja da Gafanha da Nazaré (...) como eu morava na Gafanha da Encarnação, o Capitão João Vilarinho mandava uma carrinha para nos ir buscar, a mim e a outras que também tinham os maridos nos barcos deles para irmos falar à Hora da Saudade. Uma vez fui a Ílhavo, mas pró fim já vinha à Gafanha da Nazaré. Ele tratava de tudo, inscrevia-nos, levava-nos e trazia-nos. Chegando ao salão ficávamos numa fila à espera da nossa vez. Depois o locutor dizia que iam falar as mulheres para determinado barco. Se fosse o nosso barco chegávamo-nos à frente à espera da nossa vez. Quando chegava a nossa vez ficávamos à frente dum microfone, o locutor dizia o nome do nosso marido e nós dizíamos o que queríamos dizer.

²⁰ “Jornal do Pescador”, ano 11, nº 126, Junho de 1949, p.24

Mesmo que já tivéssemos falado ficávamos lá a ver o resto. Normalmente dizíamos que estávamos bem, com saúde e com saudades. Só dizíamos coisas boas.” (entrevista a D. Arminda, Gafanha da Nazaré, 05-03-2008)

Relembrada como elemento importante da comunicação entre pescadores bacalhoeiros e seus familiares durante as viagens, a presença das famílias na Hora da Saudade era prática regular. De acordo com os testemunhos da D. Beatriz, mulher do Capitão do arrastão Santo André, e da D. Maria Lucília, mulher do Motorista do arrastão António Pascoal, elas próprias foram ao evento, sendo ambas acompanhadas pelos filhos, que podiam não falar para o pai, mas cuja presença era importante para o marítimo.

“Ia sempre falar à Hora da Saudade com os três filhos. Quando os mais velhos ficaram maiores deixaram de ir, mas a minha filha foi sempre comigo. Falava só alguns minutos, mas sabia muito bem. Mal me casei comecei a ir falar à Hora da Saudade. Enquanto namorámos nunca fui, porque nessa altura era diferente, mas depois de me casar fui sempre.” (entrevista a D. Beatriz, Ílhavo, 10-03-2008)

“Lembro-me que também ia à Hora da Saudade. No início a Hora da Saudade era feita no salão cinema, mas mais tarde passou a fazer-se aqui no Centro Social. Sempre que havia Hora da Saudade ia com os meus filhos.” (entrevista a D. Maria Lucília, Ílhavo, 26-02-2008)

Tendo uma perspectiva exterior à das famílias de bacalhoeiros, D. Maria da Borda, a qual ia decorar o evento, recorda as emoções daquele momento de comunicação como algo que mexia com os sentimentos das pessoas, reagindo cada uma a sua maneira.

“As pessoas gostavam muito de ir à Hora da Saudade. Lembro-me que em alguns anos fizeram duas emissões no mesmo ano. Normalmente eram as filhas de alguns homens do mar que iam enfeitar, mas como o meu grupo de amigas ia e eu era muito despachada, a D. Isaura chamava-me sempre. Ela pedia-nos para ir enfeitar para darmos um ar de festa a uma coisa que mexia com os sentimentos das pessoas. As mulheres vestiam uma roupa melhor, os filhos também. No fundo era como se fosse uma festa. Havia mulheres que não conseguiam falar, mas se estivessem presentes, os locutores anunciavam a presença delas aos maridos (...) algumas pessoas emocionavam-se bastante. Cada pessoa reagia à sua maneira. Alguns enervavam-se e não diziam quase nada. Outros falavam bastante. Outras começavam logo a chorar. Elas não ouviam a voz deles, mas ouvi dizer que eles lá no barco também se emocionavam muito. Também sei que os homens no mar ficavam tristes se a mulher não ia falar à Hora da Saudade, porque os outros todos recebiam e ele não. Ficavam logo tristes.” (entrevista a D. Maria da Borda, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

O carrossel de sentimentos que invadia os familiares na Hora da Saudade levava a que, como referiu a D. Maria da Borda, algumas mulheres falassem muito e outras não conseguissem falar. Neste sentido, o testemunho da D. Crisanta, mulher do Especial do navio-motor Novos Mares, é revelador dos casos das mulheres que não conseguiam falar mas que iam à Hora da Saudade

“Sim, costumava ir, mas não falava. Aqui na Gafanha da Nazaré a Hora da Saudade era feita no Cineteatro Triunfo. Fui muitas vezes, mas nunca fui capaz de falar. Comovia-me muito e não conseguia falar. Ia ver o ambiente e ouvir as outras mulheres a falar, mas falar não falava. Também não se dizia nada de especial, normalmente elas só diziam: marido, eu e os meninos estamos bem, temos muitas saudades. Era só isto que elas falavam, mas eles lá ouviam a voz delas.” (entrevista a D. Crisanta, Gafanha da Nazaré, 07-03-2008)

Por outro lado, as memórias da D. Maria Nova, mulher do Maduro do arrastão Santa Mafalda, é representativo das mulheres que não iam ao evento porque sabiam que não iam conseguir falar e que iam reagir mal às emoções por ele provocadas.

“Nunca fui. Não fui porque não queira ir. Custava-me muito, não ia conseguir falar e aquilo fazia-me mal, por isso nunca fui.” (entrevista a D. Maria Nova, Gafanha da Nazaré, 10-03-2008)

No discurso oral da D. Auzenda percebe-se o à vontade que esta mulher tinha para falar na Hora da Saudade, uma vez que cantou ao marido a música que ele mais gostava, a mesma que lhe dedicava pela Emissora Nacional.

“Ele gostava muito desta música. Uma vez cantei-lha na Hora da Saudade e ele disse-me que chorou muito a bordo, uma canção muito bonita, chamada Dizer Adeus que era assim: “Adeus amor vais partir, por ti a Deus vou pedir que te dê felicidade. Deus te dê boa viagem e a mim me dê coragem para suportar a saudade””. (entrevista a D. Auzenda, Gafanha d’Aquém, 26-02-2008)

5. Conclusão

A realização deste estudo sobre as memórias femininas da pesca do bacalhau proporcionou-nos retirar algumas conclusões sobre os quotidianos femininos e sobre outros aspectos distintos que de algum modo as influenciaram.

Qualquer navio da frota bacalhoeira, independentemente das diferenças existentes, é uma unidade de produção industrial que se encontra inteiramente dividida em grupos sociais. Cada grupo, oficiais, mestres e marinheiros, está dividido em várias categorias e funções, as quais delimitam desde logo o papel de cada um dentro do navio, o ordenado e o estatuto socioprofissional.

A análise realizada sobre a campanha de 1960 proporcionou esclarecer qual a preponderância dos homens de Ílhavo nas campanhas do bacalhau, quer em número quer em estatuto, para além da importância da pesca do bacalhau na população activa do Concelho.

Assim, ficamos a saber que os 1209 homens de Ílhavo representam 21,7% dos tripulantes da campanha de 1960. Desses homens, 62% embarcaram em navios à linha e 32% em navios arrastões, mas temos de ter em atenção que os navios à linha representavam dois terços da frota e comportavam, em média, mais homens.

A nível das categorias, a mestrança é, em termos relativos, a mais representada. Ou seja, as competências profissionais dos homens de Ílhavo levou-os a desempenharem funções com maior estatuto socioprofissional, de maior responsabilidade, mas melhor remuneradas. Outro aspecto a salientar é o facto de mais de 60% dos Capitães da campanha de 1960 serem provenientes do Concelho de Ílhavo, o que representa maior incremento económico e estatuto social para o Concelho, embora ainda hoje seja demasiado vivo o eco das lamentações de tantos ilhavenses que manifestam a sua tristeza pelo facto dos chamados Oficiais marítimos (Capitães, Imediatos, sobretudo) não terem investido os seus dinheiros no Concelho de Ílhavo, mas noutras localidades.

A acção social do Estado Novo aos pescadores bacalhoeiros mereceu especial atenção por parte do regime. A heterogeneidade da classe piscatória forçou a forte aposta na aceleração do processo de acção social, o qual se verificou ao nível da elaboração de contratos colectivos de trabalho, da melhoria das condições de trabalho a bordo e da melhoria das condições de vida em terra, tanto para os pescadores como para as suas famílias.

A nível da acção social em terra, a assistência médico-social prestada pelo Estado Novo surge destacada nas memórias femininas, tanto por ser eficaz e capaz de prestar auxílio,

como por ser insuficiente e não se notar nos quotidianos femininos, existindo algumas diferenças de opinião entre quem proporciona a assistência e quem a devia receber.

Com a análise à orgânica e funcionamento da Casa dos Pescadores de Aveiro percebemos como se efectuava a assistência num dos maiores centros de assistência a pescadores do país. Deste modo, verificámos que o maior volume de assistência se notou no início da década de 60.

Neste contexto, tentei fazer uma breve caracterização das memórias femininas sobre os seus quotidianos de mulheres de bacalhoeiros.

Uns dos tópicos essenciais das memórias femininas são as presenças e ausências dos seus maridos, consoante a tipologia do navio: nos navios à linha as viagens eram mais longas e ocorriam entre o início da Primavera e o final do Verão; nos navios arrastões as viagens eram mais curtas, mas estes navios faziam normalmente duas viagens por ano, estando no máximo um mês em casa entre cada viagem. Os navios à linha partiam obrigatoriamente de Lisboa de forma a participarem na Bênção dos Bacalhoeiros. Já para os arrastões tal não era obrigatório, podendo partir do Porto de Aveiro. Todas as mulheres são unânimes em afirmar que as partidas significavam muita tristeza e angústia. Porém, a forma de lidar com as partidas difere bastante. Há casos de mulheres que nunca assistiram a uma saída, de forma a minorar o sofrimento, mas também os há de mulheres que gostavam de ir às partidas como forma de apoio, de afecto, carinho e de expressar o amor para com o marido. Verificamos também que houve mulheres que nunca souberam lidar com as partidas e ausências e outras que se consciencializavam que essa era a profissão do marido e que só assim é que havia sustento para a família.

Nos discursos femininos as chegadas são lembradas como momentos geradores de sentimentos positivos e libertadores do estado de sofrimento em que as mulheres se encontravam durante as ausências. Porém, em alguns discursos as chegadas que mais são lembradas são aquelas que comportam acontecimentos negativos.

As memórias femininas sublinham os rituais de recepção. Ao receber a notícia que o marido já estaria a efectuar a viagem de regresso, a mulher compreende-a como algo libertador da angústia e tristeza vividas durante a ausência. Por isso inicia uma série de rituais que só fazem sentido pela chegada do marido e que se repetem em todas as chegadas: a limpeza geral da casa, a confecção de roupas novas, ir ao cabeleireiro, enfeitar a casa com flores, fazer os melhores comeres e se o barco entrasse no Porto de Aveiro ir esperá-lo à entrada da barra.

As mulheres lembram também o pagamento aos marítimos, dependente da tipologia do navio. Nos navios à linha, o pagamento era feito em duas tranches, antes do início da viagem e no final da mesma. Nos arrastões, o pagamento era mensal durante a viagem e no final havia uma percentagem do volume de pescado. Em ambos os casos, o vencimento do final da viagem é que compensava financeiramente. A ausência do marido incumbia à mulher o controlo financeiro do lar que, com maior ou menor dificuldade, tinha de gerir o orçamento e combater a sazonalidade da entrada de dinheiro.

As memórias femininas revelam, ainda, que uma das principais funções da mulher era gerir bem o dinheiro que os maridos ganhavam no bacalhau. Das mesmas depreende-se que só com uma capacidade de bem gerir é que era possível aguentar a sazonalidade do dinheiro. Porém, como algumas funções não eram tão bem remuneradas, algumas mulheres tinham que dedicar-se a trabalhos femininos paralelos, como a lavoura, a costura ou a criação de animais domésticos de forma a equilibrar o orçamento familiar.

Como a grande fatia do ordenado dos bacalhoeiros vinha no final da viagem e algumas mulheres não tinham como realizar trabalhos paralelos, a forma encontrada para equilibrar o orçamento familiar era comprar fiado e pagar no final da viagem do marido.

Importa dizer que os tópicos das memórias femininas relativos à vida quotidiana estão dependentes da presença ou ausência do marido em casa. Quanto à vida familiar sem marido, independentemente da categoria ou função do homem, o dia-a-dia das mulheres era preenchido com diversas preocupações, como a educação e bem-estar dos filhos ou a realização de trabalhos domésticos. Era às mulheres que cabia a educação dos filhos e o controlo do lar durante as ausências dos maridos. Ainda na vida familiar sem marido, a vida quotidiana das mulheres era invadida por inquietações relacionadas com a ocupação profissional do marido, com o seu bem-estar e com a sua saúde.

Segundo as memórias recolhidas, o marido ao ausentar-se para exercer a sua profissão não tinha de estar preocupado com o “respeito” que a sua mulher e os seus filhos tinham por ele durante a sua ausência. Assim, de forma a partilhar com o marido a vida de privação que ele levava no mar, a mulher entregava-se a uma vida recatada, sem grandes contactos sociais. Aliás, a própria sociedade era reguladora desse sentimento de “respeito”.

A vida familiar com marido, na grande maioria dos casos, permite aquilo que as mulheres caracterizam com um quotidiano mais alegre e menos preocupado. Porém, mesmo com a presença do marido, o controlo da casa, a educação dos filhos e a gestão do orçamento familiar eram controlados pelas mulheres, dando continuidade às acções tomadas durante as ausências. Quando nas presenças, o homem não se preocupava com os assuntos ligados à casa

ou à família, tal podia significar que aprovava a acção feminina durante a sua ausência e que confiava nela para dar continuidade ao que vinha a ser feito.

Independentemente da presença ou não dos maridos, o poder de decisão no foro familiar pertencia à mulher, havendo sempre o cuidado de informar o marido das decisões tomadas. Em termos de aceitação social, com a presença do marido em terra qualquer saída era bem vista.

A regulação e a pressão que a sociedade exerce sobre as mulheres dos bacalhoeiros influenciam claramente a ocupação do tempo feminino. Pelos discursos recolhidos percebe-se que a sociedade apenas aceitava que a mulher dos bacalhoeiros se ocupasse dos trabalhos femininos, da devoção e da visita a familiares. Neste sentido, o apoio que as mulheres recebiam durante as ausências dos seus maridos era essencialmente prestado pelos seus familiares e pela Casa dos Pescadores.

A devoção, como algo aceite socialmente, preenchia vastas vezes a ocupação feminina. Para além disso, a contínua preocupação com o bem-estar do marido na pesca originava a multiplicação de actos de devoção e fé.

Com viagens tão longas e que eram motivo de preocupação, angústia e ansiedade, as comunicações assumem importância determinante. A troca de cartas entre o pescador bacalhoeiro e a sua mulher constituía um dos momentos mais aguardados por ambos. Porém, a recepção das cartas era morosa e as notícias eram já desactualizadas. Neste sentido, as mulheres, quando tinham alguma notícia urgente para comunicar aos maridos, enviavam-na por telegrama, algo que consideram caro, mas bastante útil em certos casos. No que respeita às comunicações, as memórias femininas destacam, com especial ênfase, a Hora da Saudade, uma forma privilegiada de comunicarem com os maridos e um evento bem aceite socialmente.

As mulheres dos bacalhoeiros de Ílhavo, mesmo não tendo participado activamente na pesca, apresentam as memórias do seu quotidiano como estando sempre dependentes dessa actividade profissional. Assim, podemos concluir que a vida quotidiana das mulheres dos bacalhoeiros de Ílhavo está organizada sempre em função da actividade profissional dos maridos, uma vez que é dela que provém o sustento da família, que a mulher tem de saber gerir e aplicar. A centralidade da figura feminina é determinante na educação dos filhos, na gestão do lar e no ambiente. A pesca do bacalhau e a dependência da sua vida quotidiana da família em relação a tal actividade constituem o verdadeiro pano de fundo numa sociedade, como a de Ílhavo, em que a pesca do bacalhau obteve tanta expressão e impacto.

Apesar destas singularidades, dos discursos orais proferidos pelas mulheres dos bacalhoeiros, depreende-se que a visão social que a maioria delas possui da vida coincide com o papel e o estatuto que o Estado Novo concebia para a mulher portuguesa. Por isso não se deve estranhar que a valorização da família, a preocupação constante com a missão de educar os filhos, o enaltecimento dos valores morais e a necessidade dos trabalhos femininos domésticos estejam frequentemente presentes nas memórias de uma grande parte das mulheres dos bacalhoeiros.

Com efeito, a vivência destes valores e o desempenho destas tarefas colocavam as mulheres dos bacalhoeiros na pegada da mulher ideal na concepção do Estado Novo.

Segundo Irene Pimentel, Salazar ao afirmar que “a função da mãe não é inferior à do homem”, ao destacar “a utilidade social de uma mãe de família” e ao valorizar “a importância social e económica das tarefas femininas no lar”, estava a reconhecer um grande valor às tarefas desempenhadas no seio da família pela mulher (PIMENTEL, 2001).

Se assim é no geral, neste caso concreto, ou seja, a vida quotidiana das mulheres dos bacalhoeiros, a vivência dos valores familiares e morais, a postura social, o desempenho e a entrega às lides domésticas por parte da mulher assumem uma maior relevância, se tivermos em conta a prolongada ausência do marido na pesca do bacalhau.

6. Fontes e Bibliografia

6.1. Fontes

Fontes Arquivísticas

- Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro – Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação
- Paróquia de São Salvador – Arquivo
- Museu Marítimo de Ílhavo – Arquivo do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau – Fichas de Inscrição de Tripulantes (19.822 fichas)

Estatísticas

- Estatísticas Demográficas (INE), Censos de 1950, 1960 e 1970

Periódicos

- “Jornal do Pescador”, de 1939 a 1975
- “O Ilhavense”, de 1950 a 1975

Entrevistas

- Arminda Ferreira da Silva, Gafanha da Nazaré, 05/03/2008
- Auzenda Páscoa Santos Patacão, Gafanha d’Aquém, 26/02/2008
- Cabral Monteiro, Aveiro, 23/02/2008
- Capitão João Laruncho São Marcos, Ílhavo, 04/03/2008
- Crisanta Ramos Loureiro, Gafanha da Nazaré, 07/03/2008
- Maria Carlos Teixeira Vechina [Nova], Gafanha da Nazaré, 10/03/2008
- Maria Júlia Clara Sardo Labrincha, Gafanha d’ Aquém, 22/02/2008
- Maria Lucília de Oliveira, Ílhavo, 26/02/2008
- Maria de Lurdes Ferreira de Almeida [da Borda], Gafanha da Nazaré, 10/03/2008
- Maria Natália de Oliveira Senos, Ílhavo, 18/02/2008
- Maria dos Santos Frade [Célia], Ílhavo, 16/03/2008
- Paula Beatriz da Graça Namorado Ferreira, Ílhavo, 10/03/2008
- Rosa [Maria] de Jesus Ferreira, Ílhavo, 27/02/2008

- Rosa da Conceição da Cruz Santos, Ílhavo, 03/03/2008

Documentários Cinematográficos

- *Á Glória desta Faina*, 1994, Museu Marítimo de Ílhavo
- *The Lonely Dorymen: The Portugal's Men of the Sea*, George Sluizer e David Seltzer 1968, National Geographic Society
- *Terra Nova, Mar Velho*, 1983, Francisco Manso
- *A Grande Aventura*, 2008, Francisco Manso

6.2. Bibliografia

- ALCOFORADO, Maia, 1997, **Ílhavo Terra Maruja, Marujos da Terra dos Ílhavos**, Ílhavo, Câmara Municipal de Ílhavo
- AMORIM, Inês, 2001, **História do Trabalho e das Ocupações, vol. II – As pescas**, Oeiras, Celta
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1984, **Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa**, Aveiro, ADERAV
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985, **Portugal: perfil geográfico e social**, Lisboa, Livros Horizonte
- BLOK Anton, 1974, **The Mafia of a Sicilian Village. A study of violent peasant entrepreneurs**, Oxford, Basil Blakwell
- BRANDÃO, Raul, 1973, [1922], **Os Pescadores**, Lisboa, Circulo de Leitores
- CACHIM, José, 2005, “Mulheres da Minha Terra”, in: **Há Gaivotas no Mar**, Ílhavo, Confraria Gastronómica do Bacalhau
- CALÃO, Hugo e CACHIM, Isabel, 2007, **Senhor Jesus dos Navegantes: Mar e Devoção**, Ílhavo, Paróquia de São Salvador de Ílhavo – Comissão de Festas do Senhor Jesus
- COLE, Sally, 1994, **As Mulheres da Praia**, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- COLÓQUIO NACIONAL DO TRABALHO, DA ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 1º, 1961 - **Resumos das Comunicações**, Lisboa, Ministério das Corporações e da Previdência Social
- COLÓQUIO NACIONAL DO TRABALHO, DA ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2º, 1962 - **Resumos das Comunicações**, Lisboa, Ministério das Corporações e da Previdência Social
- COSTA, Firmino da, 1986, **A Pesquisa de Terreno em Sociologia**, Santos Silva e Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento
- CUTILEIRO José, 1977, **Ricos e Pobres no Alentejo**, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora
- CUTILEIRO José, 1988 [1965], “Honra, Vergonha e Amigos”, in, PERISTIANY, J. G., **Honra e Vergonha: Valores nas sociedades mediterrânicas**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- FONSECA, Senos da, 2007, **Ílhavo – Ensaio Monográfico do Século X ao Século XX**, Porto, Papiro Editora

- GARRIDO, Álvaro, (Coordenação), 2001, **A Pesca do Bacalhau: História e Memória**, Lisboa, Editorial Notícias
- GARRIDO, Álvaro, 2004, **Estado Novo e a Campanha do Bacalhau**, Lisboa, Circulo de Leitores
- GARRIDO, Álvaro, 2006, **Economia e política das pescas portuguesas: ciência, direito e diplomacia nas pescarias do bacalhau (1945-1974)**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- GOMES, Diniz, 1941, **Costumes e Gente de Ílhavo**, Anadia
- JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES, 1962, **25 anos de Assistência à Gente do Mar**, Lisboa, JCCP
- LAMAS, Maria, 2002 (Edição 1), **As Mulheres do Meus País**, Lisboa, Editorial Caminho
- LEITÃO, Joaquim Rebordão, 2006, **Uma crónica da pesca do bacalhau: memórias de um radiotelegrafista**, Torres Novas, Gráfica Torriana
- LIMA, Jaime de Magalhães, 1968, **Os povos do Baixo Vouga**, Aveiro, Edição das Câmaras Municipais da Murtosa e de Ílhavo
- MADDOX, Richard, 1993, **El Castillo. The Politics of tradition in an Andalusian town**, Urbana e Chicago, The University of Illinois Press
- MENESES, Inês, e MENDES, Paulo, 1996, **Se o mar deixar: comunidade e género numa povoação do litoral alentejano**, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- MOUTINHO, Mário, 1985, **História da Pesca do Bacalhau: Por uma Antropologia do “Fiel Amigo”**, Lisboa, Editorial Estampa
- NUNES, Ana Bela, 1991, “*A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal: um indicador do crescimento económico (1890-1981)*”, in: **Análise Social**, Vol. 26, nºs 112/113, pp. 707-722
- NUNES, Francisco Oneto, 1993, **Vieira de Leiria: a história, o trabalho, a cultura**, Vieira da Leiria, Edição da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria
- NUNES, Francisco Oneto, 2005, **Hoje por ti, amanhã por mim: a arte xávega no litoral central português**, Lisboa, [s.n.], tese de Doutoramento em Antropologia apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- PATRIARCA, Fátima, 1991, “A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais”, in: **Análise Social**, Vol. 26, nº 110, pp. 23-58
- PATRIARCA, Fátima, 1994, “A regulamentação do trabalho nos primeiros anos do regime corporativo”, in: **Análise Social**, Vol. 29, nº 128, pp. 801-839

- PATRIARCA, Fátima, 1995, **A Questão Social no Salazarismo 1930-1947**, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- PIMENTEL, Irene, 2001, **História das Organizações Femininas do Estado Novo**, Lisboa, Temas & Debates
- PINA CABRAL João de, 1989, **Filhos de Adão, Filhas de Eva**, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- PINA CABRAL, João de, 1991, “As categorias de comparação regional: uma crítica à noção de Mediterrâneo”, In **Os Contextos da Antropologia**, Lisboa, Difel
- ROCHA, Maria Luísa Vieira, 1996, **Um Barco ao Som do Tempo – Uma Etnografia da Memória dos Pescadores do Bacalhau**, Braga, [s.n.] Tese de Mestrado em Antropologia Social e Cultural apresentada à Universidade do Minho
- ROSAS, Fernando, 1986. **O Estado Novo nos anos trinta**, Lisboa, Editorial Estampa
- ROSAS, Fernando(dir.); BRANDÃO DE BRITO, J.M. (coord), 1996, **Dicionário de História do Estado Novo**, Venda Nova, Bertrand Editora
- SILVA, António Duarte, 1957, **A pesca do bacalhau: campanha de 1955-56**, Publicação nº 35, Lisboa, Gabinete de Estudo das Pescas
- TENREIRO, Henrique, Comunicação aos Órgãos da Informação – **Discurso proferido no jantar do XXX aniversário da Junta Central das Casas dos Pescadores**, 2 de Agosto de 1967, Lisboa, Orbis
- TENREIRO, Henrique, Comunicação aos Órgãos da Informação – **Reestruturação e Ampliação da Acção da Junta Central das Casas dos Pescadores**, Lisboa, 2 de Agosto de 1968
- VILLIERS, Alan, 2005, **A Campanha do Argus**, Lisboa, Editora Cavalo de Ferro

MODELO EUROPEU DE CURRICULUM VITAE**Informação pessoal**

Apelido - Nome **Costa, Nuno Miguel Patação Loureiro da**
 Morada Travessa da Rua da Agra, nº 25, Aradas, Aveiro, Portugal
 Telefone 234 428 794 / 966 092 883
 Correio electrónico nunomiguelcosta@netvisao.pt

Nacionalidade Portuguesa

Data de nascimento 02.07.1982

Sexo Masculino

Área de competência

- **Antropologia Cultural e Social**
- **Museologia**

Formação académica e profissional

- Licenciatura de Antropologia Cultural e Social no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) em Lisboa, 2002/2006, com média de 14 valores
- A frequentar o Mestrado em Museologia: Conteúdos Expositivos, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 2006/2008, no quadro do qual já concluiu todas as Unidades Curriculares constituintes da parte curricular, o que equivale à Pós – Graduação em Museologia, com média de 16 valores

Aptidões e competências pessoais

Língua materna **Português**

Outras Línguas **Inglês**

- Compreensão escrita Bom
- Expressão escrita Elementar
- Expressão oral Elementar

- Compreensão escrita **Francês**
- Expressão escrita Bom
- Expressão oral Elementar

Aptidões e competências de organização

- Presidente da Comissão de Finalistas da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes de Ílhavo em 2000/2001.
- Membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes de Ílhavo em 1999/2000 e 2000/2001

Aptidões e competências informáticas	<ul style="list-style-type: none"> - Possui Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação, pelo Espaço Aveiro Digital de Ílhavo, em 12 de Maio de 2006 - Conhecimentos informáticos sobre Word, Excel, Powerpoint, SPSS, Adobe Audition, Corel e Internet
Aptidões e competências sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Frequência de um Curso de Formação de Animadores de Campos de Férias, com a duração de 56 horas, realizado pelo Centro de Formação de Animadores da APCC, em Aveiro, entre 1 e 28 de Abril de 2002. - Oficial de mesa da Associação de Basquetebol de Aveiro de 2000 a 2002. - Prática de Basquetebol Federado no ILLIABUM CLUBE de 1988 a 2000. - Participação no Programa Ocupação de Tempos Livres do Instituto Português de Juventude (IPJ) em 1997 e 1998. - Monitor de Campo de Férias de Verão do ILLIABUM CLUBE em 1996, 1997 e 1998.
Outras aptidões e competências	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborou de Junho de 1999 a Fevereiro de 2006 na Pastelaria – Geladaria La Gran Via, aos fins-de-semana, feriados e meses de Verão.
Inscrição no Centro de Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Emprego de Aveiro, inscrição nº 089802 – 3720960, em 04/07/2006
Carta de condução	<ul style="list-style-type: none"> AV-375372 8 - B

Informação adicional

- Auxiliar de investigação na componente de História Oral do projecto “História do ISCTE. 35 Anos”, com a edição de livro, “*ISCTE 35 anos: Nascido para Inovar*”
 - Carta de Recomendação pela Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira
 - Carta de Recomendação pelo Professor Doutor Jorge Freitas Branco
- Na ausência de estágio curricular na Licenciatura, de seguida serão apresentados alguns títulos de trabalhos práticos realizados no âmbito das disciplinas do curso, tais como:
- Realização de uma história de vida em 2006 – Métodos e Técnicas de Investigação Antropológica – 17 Valores;
 - Trabalho de observação participante numa Praça pública em 2005 – Etnografia Portuguesa – 16 Valores;
 - História de família de um emigrante português em França e na Venezuela em 2005 – Antropologia Social II – 15 Valores;
 - Trabalho de análise de uma exposição fotográfica em 2005 – Antropologia Visual – 16 Valores;
 - Trabalho de observação, categorização e explicação do Museu Marítimo de Ílhavo em 2004 – Museologia Etnográfica – 15 Valores;
 - Análise dos conteúdos expositivos do Museu Nacional de Etnologia em 2004 – Análise de Objectos – 13 Valores;
 - Trabalho de observação participante em ambiente fechado em 2003 – Métodos Qualitativos para as Ciências Sociais – 16 Valores.

Anexos

- Dias 19 e 20 de Outubro de 2007, Participação no Colóquio Internacional, *Patrimónios Marítimos e Museologia*, organizado pelo Museu Marítimo de Ílhavo
- Dias 28 e 29 de Setembro de 2006, Participação no Colóquio Científico Internacional, *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, organizado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Dias 4 e 5 de Novembro de 2004, Participação no Colóquio *Museus, Discursos e Representações*, organizado pela Secção de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas e do Património e pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- De 1 a 28 de Abril de 2002, Frequência de um Curso de Formação de Animadores de Campos de Férias, com a duração de 56 horas, realizado pelo Centro de Formação de Animadores da APCC, em Aveiro.